

**AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS E VALORAÇÃO DOS
DANOS SOCIOECONÔMICOS CAUSADOS PARA
AS COMUNIDADES ATINGIDAS PELO ROMPIMENTO
DA BARRAGEM DE FUNDÃO**

**O Rompimento da Barragem de
Fundão na Perspectiva das Mulheres
Atingidas: Uma Análise de Gênero**



AGOSTO DE 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Fundação Getulio Vargas

O Rompimento da Barragem de Fundão na Perspectiva das Mulheres Atingidas: Uma Análise de Gênero / Fundação Getulio Vargas. – Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2022.

122 p.

Em colaboração com: Adriana de Paula Cavalcante Fraga, Ana Carolina Araujo Fernandes, Carolina Ribeiro Araújo, Carolina Ximenes de Macedo, Cintia Messias Dall'Agnol, Daniel Rondinelli Roquetti, Doraci Cabanilha de Souza, Fernanda Pinheiro da Silva, Haydée da Cunha Frota, José Agnello Alves Dias de Andrade, José Del Ben Neto, Léa Lameirinhas Malina, Luís Pedro Silva Moreira, Marcela Elena Varconte, Marcos Dal Fabbro, Maria Letícia de Alvarenga Carvalho, Maria Patrícia da Silva, Mariana Luiza Fiocco Machini, Mario Prestes Monzoni Neto, Natalia Lutti Hummel Wicher, Roseli Bueno de Andrade, Taís Helena da Silva Teodoro.

Acima do título: Projeto Rio Doce – Avaliação dos Impactos e Valoração dos Danos Socioeconômicos Causados para as Comunidades Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão.

Inclui bibliografia.

1. Projeto Rio Doce. 2. Fundão, Barragem de (MG). 3. Barragens e açudes - Aspectos sociais. 4. Violência contra a mulher. 5. Mulheres - Condições sociais. 6. Racismo ambiental. I. Título.

CDD – 627.8

EQUIPE TÉCNICA

Adriana de Paula Cavalcante Fraga

Ana Carolina Araujo Fernandes

Carolina Ribeiro Araújo

Carolina Ximenes de Macedo

Cintia Messias Dall'Agnol

Daniel Rondinelli Roquetti

Doraci Cabanilha de Souza

Fernanda Pinheiro da Silva

Haydée da Cunha Frota

José Agnello Alves Dias de Andrade

José Del Ben Neto

Léa Lameirinhas Malina

Luís Pedro Silva Moreira

Marcela Elena Varconte

Marcos Dal Fabbro

Maria Letícia de Alvarenga Carvalho

Maria Patrícia da Silva

Mariana Luiza Fiocco Machini

Mario Prestes Monzoni Neto

Natalia Lutti Hummel Wicher

Roseli Bueno de Andrade

Taís Helena da Silva Teodoro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Território	19
Figura 2 — Casa	36
Figura 3 — Lavadeira	49
Figura 4 — Fartura	61
Figura 5 — Rede	80
Figura 6 — Sonho	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Perfil das participantes por faixa etária, elaborado a partir das fichas de inscrição aplicadas nas atividades de identificação de danos da FGV	16
Gráfico 2 — Perfil das participantes por escolaridade, elaborado a partir das fichas de inscrição aplicadas nas atividades de identificação de danos da FGV	17
Gráfico 3 — Perfil das participantes por raça/cor, elaborado a partir das fichas de inscrição aplicadas nas atividades de identificação de danos da FGV	17

LISTA DE SIGLAS

AFE — Auxílio Financeiro Emergencial

CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CNDH — Conselho Nacional de Direitos Humanos

EPTs — Elementos Potencialmente Tóxicos

FGV — Fundação Getúlio Vargas

GFDRR — Global Facility for Disaster Reduction and Recovery

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTQIA+ — Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, pessoas queer e demais possibilidades de orientação sexual

MAB — Movimento dos Atingidos por Barragens

NOVEL — Sistema Indenizatório Simplificado

ONU — Organização das Nações Unidas

PDNA — post-disaster need assessment

PIM — Programa de Indenização Mediada

PNADCA — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual

POF — Pesquisa de Orçamentos Familiares

RAIS — Relação Anual de Informações Sociais

SINAN — Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	8
1 INTRODUÇÃO	12
2 ABORDAGEM METODOLÓGICA	14
3 CONTEXTUALIZAÇÃO E APORTES CONCEITUAIS	20
3.1 Relações entre a exploração do meio ambiente e a exploração das mulheres.....	20
3.2 Mulheres em situação de desastres.....	28
3.3 Contribuições dos estudos da FGV sobre a temática de gênero no âmbito do Projeto Rio Doce.....	32
4 A SITUAÇÃO DAS MULHERES ATINGIDAS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO	36
4.1 Relações econômicas e condição social.....	37
4.2 Relações sociais, violência e saúde.....	61
4.3 Educação, futuro e resistência	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE A.....	109
APÊNDICE B.....	113
APÊNDICE C.....	116
APÊNDICE D.....	119
APÊNDICE E.....	122

SUMÁRIO EXECUTIVO

A partir de rodas de conversa realizadas com mulheres em territórios atingidos ao longo do Rio Doce, entrevistas com pesquisadoras de diferentes campos do conhecimento que se relacionam com a temática de gênero e pesquisas em distintas fontes bibliográficas, este relatório tem o objetivo de analisar como o rompimento da Barragem de Fundão afeta especificamente a vida das mulheres atingidas.

Parte-se aqui de estudos diversos que defendem que o paradigma desenvolvimentista tecnológico moderno opera em uma lógica de exploração da natureza que está diretamente ligada à exploração dos corpos e do trabalho das mulheres. Este modelo, aliado ao colonialismo e ao processo de escravização de milhões de pessoas no Brasil, é considerado central para o entendimento de uma estrutura patriarcal, machista, racista e sexista que coloca as mulheres, em especial mulheres não brancas, em situações de maior vulnerabilização.

Tal estrutura é agravada em situações de desastre. Os danos gerados pelo rompimento de Fundão são sentidos por toda a população que convive com os territórios atingidos, mas afetam as mulheres de maneira particular justamente pelos papéis sociais a elas historicamente impostos. Este documento analisa essas especificidades. Ao ouvir as mulheres e cotejar suas narrativas com bibliografia e pesquisadoras especializadas, traçou-se um panorama sobre a situação das mulheres atingidas, as especificidades de seus danos, suas demandas e perspectivas.

O Capítulo 1 deste documento se refere à Introdução, onde são expostos contextos e objetivos. O Capítulo 2 é dedicado à metodologia utilizada. Tal pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa. Sua estratégia foi baseada na triangulação de informações a partir de três tipos de fontes: (i) narrativas de mulheres atingidas; (ii) entrevistas com pesquisadoras e estudiosas sobre temas de interesse; (iii) pesquisas bibliográficas com foco em desigualdade de gênero, feminismo, mulheres e desastres etc.

Foram realizadas sete rodas de conversas com mulheres atingidas que contaram, ao todo, com 73 mulheres moradoras de 19 municípios afetados pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão. Além disso, quatro pesquisadoras de áreas diversas, mas todas especialistas em questões de gênero, foram entrevistadas. As entrevistas com pesquisadoras e a escolha dos temas centrais que viabilizaram as análises, expostas no Capítulo 4 como será detalhado a seguir, foram guiadas pelos principais tópicos trazidos pelas próprias mulheres atingidas nas rodas de conversa

realizadas. São eles: i) Relações Econômicas e Condição Social; ii) Violência e Saúde; iii) Educação e Futuro.

O Capítulo 3 deste relatório elenca e relaciona uma série de aportes teóricos que dão a base para as análises posteriores. Trata primeiramente de ideias que relacionam a exploração da natureza à das mulheres e trabalha brevemente conceitos como o ecofeminismo e o racismo ambiental. Em seguida, são trazidos estudos mais focados em mulheres que passam por processos de desastres e, por fim, apontadas contribuições de outros trabalhos da FGV sobre a temática de gênero já realizados no âmbito do Projeto Rio Doce.

O Capítulo 4 traz os resultados de diálogos com mulheres atingidas e pesquisadoras entrevistadas que foram analisados à luz das bibliografias consultadas. Em decorrência desse percurso metodológico, neste estudo foi possível identificar os seguintes pontos de atenção, desenvolvidos ao longo do documento e em suas considerações finais.

Há muita discrepância no reconhecimento de mulheres como atingidas quando comparado aos homens quando se trata de pagamentos de auxílios financeiros e/ou indenizações por parte do processo reparatório. Diversas atividades econômicas praticadas por mulheres não são reconhecidas pelo processo de reparação, o que invisibiliza essas mulheres ou as trata como dependentes de seus maridos. Isso faz com que percam sua autonomia financeira, gera endividamento e maior entrada no mercado de trabalho informal. Há também apropriação do trabalho feminino como cuidado ou ajuda, e não atividade digna de remuneração e decorrente indenização.

As instituições responsáveis pela reparação não provêm informações suficientes sobre possíveis medidas para ressarcir financeiramente as mulheres atingidas na perspectiva de suas especificidades, tampouco mobilizam investimentos e esforços nesse sentido. Ao longo dos mais de seis anos em que se opera o processo reparatório protagonizado pela Fundação Renova e pelos interesses das empresas responsáveis pelo desastre, as vozes das mulheres não vêm sendo ouvidas. O processo de reparação não responde às necessidades dessas mulheres, ao contrário, vulnerabiliza-as ainda mais.

As mulheres atingidas pelo rompimento de Fundão percebem um claro aumento após o desastre dos distintos trabalhos domésticos que desenvolvem, inclusive do cuidado familiar e com a comunidade. Esse aumento da sobrecarga doméstica não está sendo endereçado pelo processo de reparação. Tais trabalhos são historicamente não remunerados e geram desgastes e preocupações.

Ao mesmo tempo que o desastre demanda das mulheres maior cuidado para com seus pares, arrefece redes econômicas e laços associativos, o que propicia a ruptura de redes de afetos, aprendizagens e ajuda mútua.

A diminuição da qualidade da alimentação dessas mulheres e suas famílias, aliada à constante incerteza sobre a qualidade da água com a qual convivem, gera a elas intenso sofrimento social e adoecimento emocional. Sendo a alimentação uma face do trabalho doméstico que tende a ficar, sob a legitimação social, a cargo das mulheres, elas atualmente sofrem com a realidade de uma dieta nutricional mais pobre do que possuíam anteriormente. A demanda por assistência estatal ou social para acesso a cestas de alimentos também é ampliada.

Observou-se a fragilização e a desestruturação das redes sociais dessas mulheres. A forma como tem sido conduzido o processo de reparação e a falta de clareza sobre os critérios quanto ao recebimento de indenizações e auxílios financeiros têm criado cisões diversas entre as pessoas. Há também a perda de espaços de lazer, como o rio e mar, o que diminui o compartilhamento de problemas e de responsabilidades de cuidado, o que sobrecarrega ainda mais, física e mentalmente, essas mulheres.

As mulheres engajadas em processos mobilizatórios relacionados com a luta por reparação por vezes não são reconhecidas como lideranças dentro do processo reparatório ou mesmo dentro de suas comunidades. Isso faz com que tenham sua imagem desqualificada, sofrendo deslegitimação e estigmatização de seus papéis de luta.

Eventos extremos como desastres aumentam os índices de violência contra mulheres e meninas, o que ocorre no caso do rompimento de Fundão. A perda de empregos, lazer, perspectivas, inseguranças quanto à contaminação, aumento do consumo de álcool e drogas nas regiões atingidas são fatores ligados ao aumento dessa violência.

O próprio processo de reparação é também responsável pela violência contra mulheres, já que nega a elas autonomia financeira, não garante a devida proteção a mulheres ainda mais vulnerabilizadas e gera demora ou ineficiência na resolução de solicitação de mudança/separação de moradias temporárias por parte de mulheres vítimas de violência.

A preocupação com os filhos, com a família e a sobrecarga doméstica e de tarefas de cuidado agudizam processos de adoecimento físico e mental vivenciados pelas mulheres. Tais responsabilidades requerem o investimento de muita energia física e grande desgaste psicológico, sem qualquer apoio do processo de reparação em curso.

Em muitos casos, elas têm que enfrentar essas situações sozinhas, como chefes de seus núcleos familiares.

A total desestruturação do cotidiano dessas mulheres gera, por consequência, a desestruturação de suas perspectivas de futuro. Diversas dessas perspectivas foram remodeladas e, hoje, estão ligadas à retomada de suas vidas vividas no passado, antes do desastre.

Quando perguntadas sobre projetos de vida e futuros sonhados para si, as mulheres muitas vezes os atrelam ao bem-estar da família, em especial dos filhos. Suas perspectivas são coletivistas, não se ligam apenas ao bem-estar individual, mas dependem do bem viver de seus familiares e rede comunitária. Apesar de tudo, mulheres atingidas diariamente insistem em seus sonhos e projetos de vida, e protestam contra a destruição da sua rotina e do meio ambiente ao qual pertencem. Reivindicam o rio e seu modo de vida de volta.

É comum entre as mulheres, sobretudo aquelas em situações de maior vulnerabilização, que seus projetos de vida profissional e processos de formação educacional sejam encerrados em decorrência das altas demandas nos trabalhos domésticos. Estes trabalhos geram desvantagens ou até mesmo interrompem outras atividades e projetos que as mulheres poderiam ter para si.

Após o desastre, as mulheres tanto têm maiores dificuldades para dedicar tempo de qualidade para auxílio na educação formal de seus filhos quanto a educação informal que ocorria por meio da transmissão intergeracional de conhecimentos em momentos coletivos se arrefece.

Sobre as mulheres recai certa culpabilização da comunidade por “desvios de conduta” de seus filhos e parentes, como o uso excessivo de álcool ou drogas. Há um anseio para que haja intervenções da reparação e/ou estatais que garantam a integridade e o bem-estar da juventude que passa pelo processo de desastre, sem que toda a responsabilidade recaia sobre essas mulheres.

Apesar de todos os problemas anteriormente elencados, é evidente o ímpeto de resistência de muitas das mulheres atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. Diante do colapso ocasionado pelo desastre, elas se veem compelidas a se reerguer e reagir na luta por melhores condições de vida para suas famílias e comunidade.

Por fim, o Capítulo 5 diz respeito às Considerações Finais, traz as principais análises de pesquisa e sinaliza para um processo de reparação que contemple e enderece toda a sorte de danos sofridos pelas mulheres atingidas.

1 INTRODUÇÃO

O rompimento da Barragem de Fundão, operada pela empresa Samarco Mineração S.A. (controlada pelas empresas Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton), um dos maiores desastres socioambientais do planeta, ocorreu em 05 novembro de 2015 e depositou cerca de 45 mil toneladas de lama de rejeitos na calha do Rio Doce, os quais percorreram o rio até desaguar no litoral do Espírito Santo.

Passados quase sete anos do rompimento, período de conclusão deste relatório, a lama de rejeitos persiste em todo o curso do Rio Doce, afetando os modos de vida de comunidades urbanas e rurais que convivem com um cotidiano marcado pela degradação ambiental e insuficiência das medidas de reparação concebidas e operacionalizadas pela Fundação Renova. Esse cenário impacta negativamente toda a população atingida, agravando vulnerabilidades sociais preexistentes nesses territórios, como aquelas relacionadas com questões de gênero e de raça, e criando novas situações de vulnerabilização.

Este relatório busca analisar como o rompimento da Barragem de Fundão afeta especificamente a vida das mulheres¹ atingidas. O texto está estruturado em cinco capítulos a contar com esta introdução. No Capítulo 2 apresenta-se a abordagem metodológica a partir da qual a investigação foi realizada, destacando-se as formas de levantamento de informações primárias e secundárias e os principais aspectos analisados. Em seguida, no Capítulo 3, são trazidas ideias que relacionam a exploração da natureza à exploração das mulheres. Conceitos como o ecofeminismo e o racismo ambiental são trabalhados brevemente para evidenciar a estrutura social sob a qual se dão tanto o desastre quanto o processo de reparação. Análises mais detidas sobre mulheres em contextos de desastres, assim como contribuições de outros estudos da FGV sobre a temática de gênero já realizados no âmbito do Projeto Rio Doce, finalizam este capítulo. O Capítulo 4 apresenta os principais resultados e discussões a respeito das transformações vividas pelas mulheres em suas relações econômicas, condições sociais e familiares, alimentação, situações de violência doméstica, agravos de saúde física e mental, preocupações com sua educação e de seus filhos, sonhos, perspectivas de futuro e movimentos de resistência contra os efeitos do desastre. Por fim, o Capítulo 5 agrega considerações finais ao documento.

¹ Apesar de extremamente relevante, este relatório não se aprofunda em questões de identidade de gênero e orientação sexual. A categoria “mulher”, no entanto, é aqui tratada em sentido amplo.

Relevante destacar que apesar de o relatório apresentar análises sobre os danos acarretados às mulheres atingidas de forma geral, ao longo do texto são feitas considerações a respeito das interseccionalidades de fatores como gênero, classe e raça, uma vez que mulheres negras, não brancas e outros grupos vulnerabilizados tendem a sofrer de modo mais intenso os danos acarretados por crises ambientais e desastres.

Por fim, importa registrar que desigualdades de gênero exacerbam danos existentes e geram novos danos socioeconômicos que são vivenciados na bacia do Rio Doce. Desastres afetam mulheres, em toda sua diversidade, de maneira distinta e particular, fato muitas vezes invisibilizado e que, ao contrário, deve ser compreendido e endereçado em suas especificidades por medidas de reparação.

2 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este relatório busca compreender como o desastre do rompimento da Barragem de Fundão transformou as diferentes dimensões dos modos de vida de mulheres que vivem em territórios atingidos ao longo de todo curso do Rio Doce. Conforme será aprofundado na contextualização e aportes conceituais, situações de desastre afetam mulheres de forma singular. Neste sentido, objetiva-se investigar por meio de metodologia qualitativa os seguintes aspectos:

- Danos experienciados exclusivamente por mulheres, transformando seus modos de vida;
- A importância das desigualdades de gênero, no que concerne às mulheres, condição social que agrava ou intensifica experiências de dano;
- O agravamento de vulnerabilidades preexistentes associadas às desigualdades de gênero presentes nos territórios atingidos;
- A geração de situações de violência contra mulheres;
- As dificuldades enfrentadas por mulheres no processo de reparação, sua invisibilização, de seus ofícios e práticas.

A pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa. A estratégia de pesquisa foi baseada na triangulação de informações a partir de três tipos de fontes: (i) narrativas de mulheres atingidas; (ii) entrevistas com pesquisadoras e estudiosas sobre temas de interesse; (iii) pesquisas bibliográficas com foco em desigualdade de gênero, feminismo, mulheres e desastres etc.²

As narrativas decorrem de rodas de conversa realizadas exclusivamente com mulheres no âmbito do processo de identificação de danos para elaboração de matrizes territoriais de Tumiritinga, Galileia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta e Aimorés (FGV, 2021p)³, Rio Casca a Caratinga⁴ (FGV, 2021o), Vale do Aço (FGV, 2002a)⁵ e Região Costeira,

² Esta estratégia segue os procedimentos adotados pela FGV nas avaliações não monetárias por ela conduzidas no âmbito da formulação de suas matrizes territoriais, conforme pode ser conferido em FGV (2021p; 2021o).

³ Matriz Indenizatória Territorial para os Municípios de Tumiritinga, Galileia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta e Aimorés, no Médio Rio Doce.

⁴ Matriz Indenizatória Territorial para os Municípios de Bom Jesus do Galho, Caratinga, Córrego Novo, Dionísio, Marliéria, Pingo d'Água, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Raul Soares, Rio Casca e Timóteo, no Alto Rio Doce.

⁵ Matriz Indenizatória Territorial para os municípios de Belo Oriente, Bugre, Fernandes Tourinho, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Naque, Periquito, Santana do Paraíso e Sobrália, no Médio Rio Doce.

Estuarina e Marítima do Espírito Santo (FGV, 2022b)⁶, seguindo premissas metodológicas detalhadas no Apêndice A deste relatório.

As interações anteriormente mencionadas ocorreram entre julho de 2021 e fevereiro de 2022. Ao todo, foram realizadas sete rodas de conversas que contaram com 10 participantes em média⁷ (mínimo de três e máximo de 28), atividades realizadas especificamente nos seguintes territórios atingidos:

- 1 na região do alto Rio Doce, com participantes de diversas comunidades lindeiras ao curso do Rio Doce em porção territorial que compreende os municípios mineiros de Bom Jesus do Galho, Caratinga, Córrego Novo, Dionísio, Marliéria, Pingo d'Água, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Raul Soares, Rio Casca e Timóteo;
- 2 na região do médio Rio Doce, sendo uma no território do Vale do Aço, composto pelos municípios de Ipatinga, Santana do Paraíso, Ipaba, Belo Oriente, Bugre, Iapu, Naque, Sobrália, Periquito e Fernandes Tourinho, e uma com mulheres de comunidades dos municípios de Tumiritinga, Galileia, Resplendor e Aimorés; e
- 4 na região do baixo Rio Doce, sendo uma com mulheres de Conceição da Barra, uma com mulheres de Linhares, uma com mulheres de São Mateus, e uma com mulheres das comunidades remanescentes de quilombo de Sapê do Norte, no município de Conceição da Barra.

Durante os primeiros contatos com as comunidades e a realização das rodas de conversa, foi necessário dar atenção especial às possibilidades e condições de participação das pessoas atingidas diante do cenário de crise sanitária mundial, ocasionada com a pandemia do SARS-CoV-2 (Covid 19), já que esses momentos de interação precisariam ser realizados de forma virtual⁸. Para isso, foram levantadas informações sobre os meios de comunicação (*smartphone*, computador) aos quais as pessoas atingidas possuem acesso e as condições relativas à internet em áreas urbanas e rurais, ponderando-se entre as alternativas encontradas para que as atividades

⁶ Matriz Indenizatória Territorial para os municípios de Aracruz, Conceição da Barra, Linhares, São Mateus e Serra, na Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo.

⁷ O número de participantes por oficina sofreu variações de acordo com a disponibilidade e interesse das mulheres participantes e características das comunidades, relativas ao acesso à internet e ferramentas de interação a distância.

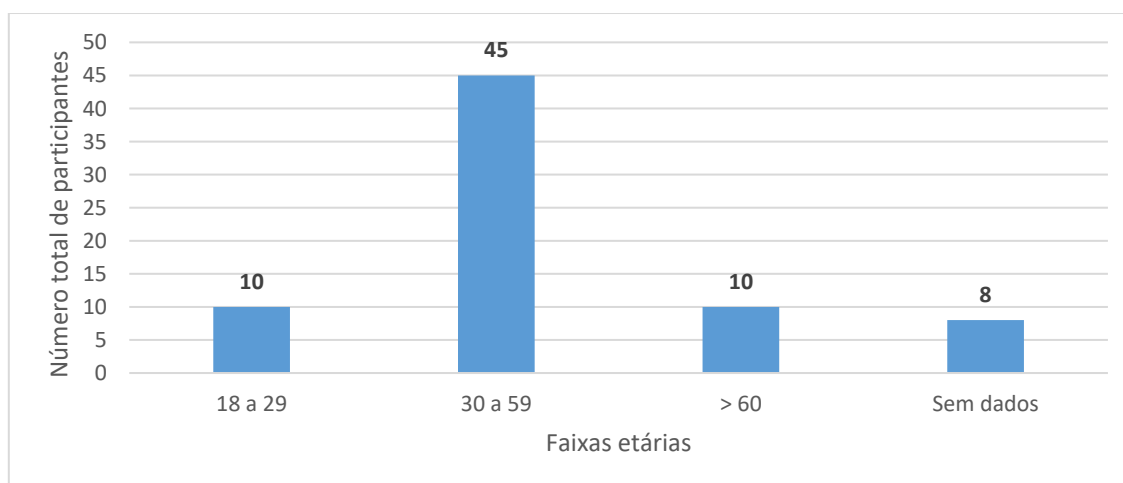
⁸ Em um contexto no qual o isolamento social era medida determinada pelas autoridades públicas para prevenção e combate à pandemia do SARS-CoV-2 (Covid 19), a realização de interações virtuais era a única forma de conduzir trabalhos participativos com as comunidades. Esta realidade inviabilizou a realização do trabalho em comunidades que não dispõem de acesso à internet e telefonia, com oferta de serviços minimamente adequados para interações remotas.

pudessem abranger a participação da maior quantidade possível de mulheres interessadas.

Ao todo, participaram 73 mulheres moradoras de 19 municípios atingidos pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão. Os gráficos seguintes representam o número absoluto de participantes no que se refere aos diferentes aspectos de seu perfil social.

No que diz respeito à faixa etária, a população adulta, entre 30 e 59 anos, foi de 45 participantes, o que corresponde a 61,6%, enquanto jovens e idosas participaram em menor grau e igual proporção, com cerca de 14% para cada uma dessas faixas etárias. Onze por cento das pessoas não responderam a essa questão. Os dados estão ilustrados no Gráfico a seguir.

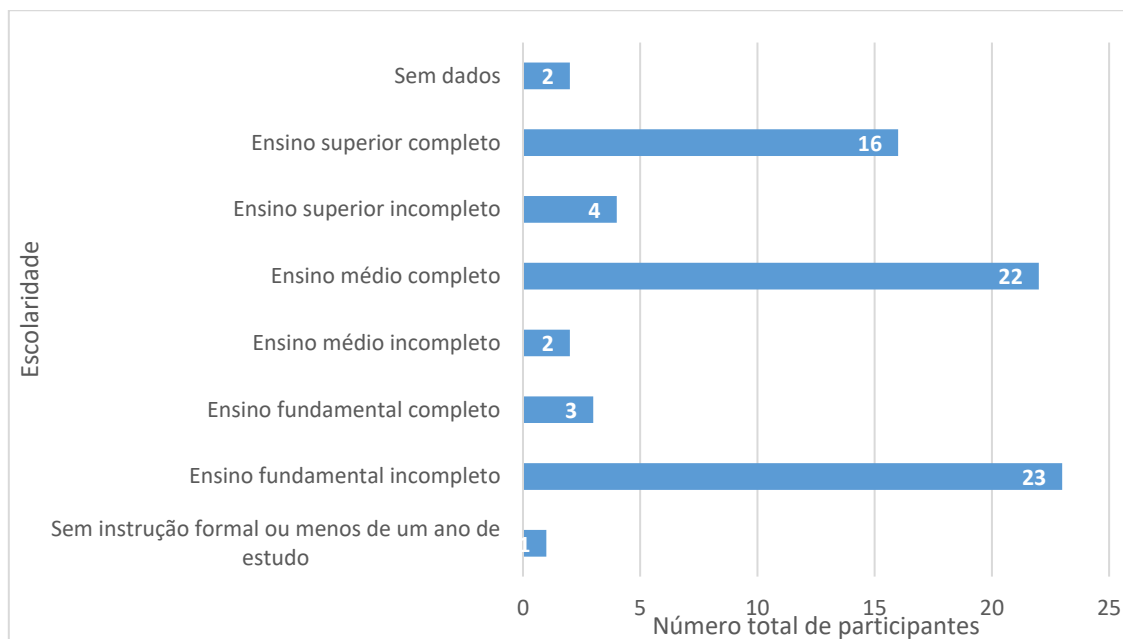
Gráfico 1 — Perfil das participantes por faixa etária, elaborado a partir das fichas de inscrição aplicadas nas atividades de identificação de danos da FGV



Fonte: Elaboração própria (2022).

No que diz respeito à escolaridade, uma participante declarou não ter instrução formal, enquanto cerca de 35,6% das participantes, 26 mulheres, possuíam instrução formal até o ensino fundamental, completo ou incompleto. Mulheres que estudaram formalmente até o ensino médio, completando-o ou não, correspondem a cerca de 33% das participantes, enquanto mulheres que concluíram o ensino superior correspondem a cerca de 22% das participantes ou 16 pessoas, conforme apresentado no Gráfico 2.

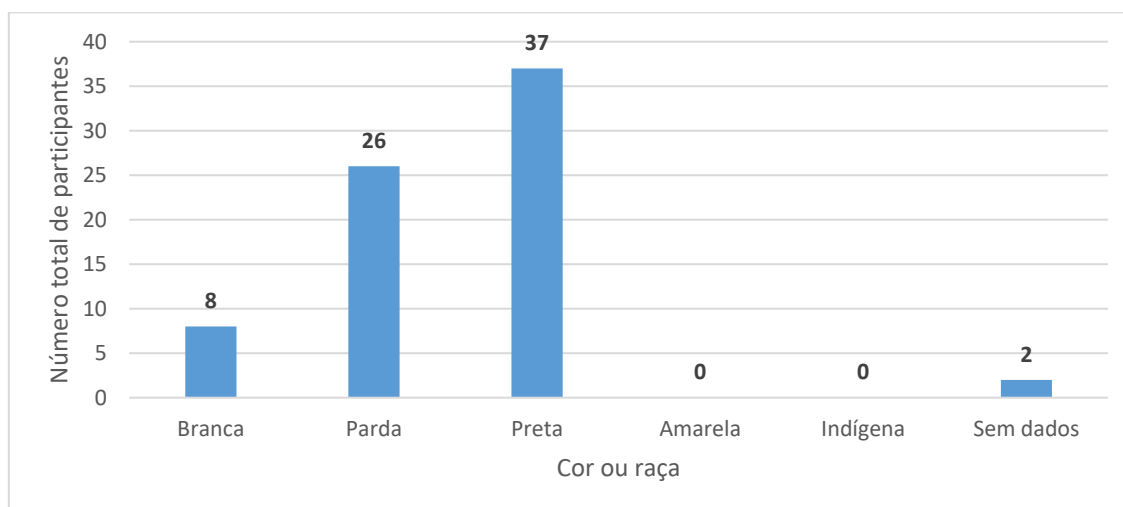
Gráfico 2 — Perfil das participantes por escolaridade, elaborado a partir das fichas de inscrição aplicadas nas atividades de identificação de danos da FGV



Fonte: Elaboração própria (2022).

Em relação ao perfil por raça/cor, cerca de 86% das mulheres que participaram das rodas de conversa se declararam pretas ou pardas, 63 mulheres no total. Cerca de 11% se declararam brancas, oito mulheres, e duas pessoas não responderam a essa questão. O perfil das participantes por raça/cor em números absolutos está representado no Gráfico seguinte.

Gráfico 3 — Perfil das participantes por raça/cor, elaborado a partir das fichas de inscrição aplicadas nas atividades de identificação de danos da FGV



Fonte: Elaboração própria (2022).

As pesquisadoras e estudiosas entrevistadas sobre temas de interesse foram contatadas formalmente pela equipe do FGVces e convidadas a realizem, cada uma, diálogos de cerca de duas horas de duração guiados pelo roteiro reproduzido no Apêndice B. Ao todo, foram entrevistadas, ao longo do mês de julho de 2022, quatro pesquisadoras: Margarita Olivera, Livia Tavares Mendes Froes, Denise Moraes Pimenta e Cristiane de Assis Portela — dos registros e armazenamento em banco de dados, foi atribuído a todas as interações de campo promovidas pela FGV um código para que o registro pudesse ser referenciado, mantendo a anonimização das pessoas envolvidas, como garantido no TCLE, procedimentos apresentados no Apêndice E. Frisa-se que o consentimento para participação livre e esclarecida também foi aplicado às pesquisadoras entrevistadas.

As narrativas provenientes das interações com mulheres atingidas foram analisadas conjuntamente com referências bibliográficas, pertinentes às temáticas abordadas nas rodas de conversa, trianguladas com questões apontadas pelas estudiosas entrevistadas. Compõem o acervo documental, além de bibliografias especializadas, materiais técnicos relacionados com o caso do desastre da Barragem de Fundão, tais como Notas Técnicas de Câmaras Técnicas do Comitê Interfederativo (CIF), relatórios elaborados pela Ramboll e pelos Institutos Lactec na condição de *experts* do Ministério Público Federal, relatórios de atividade da Fundação Renova e demais produtos elaborados pela própria FGV.

Ao final, chegou-se a um conjunto de informações trianguladas que aprofundam, qualitativamente, situações de disparidade de gênero, injustiças e violações de direitos experienciadas exclusivamente pelas mulheres atingidas pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão, objetivos anteriormente anunciados. Essas situações encontradas e os resultados das análises estão descritos no capítulo a seguir.

Figura 1 — Território



Fonte: Ilustração de Carolina Ribeiro (2022).

3 CONTEXTUALIZAÇÃO E APORTES CONCEITUAIS

Este capítulo se dedica a elencar e relacionar uma série de aportes teóricos considerados essenciais para a compreensão da situação das mulheres atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. Para tanto, trata primeiramente de ideias que relacionam a exploração da natureza à exploração das mulheres e trabalha brevemente conceitos como o ecofeminismo e o racismo ambiental. Em seguida, são trazidas análises mais focadas em mulheres que passam por processos de desastres e, por fim, traz as contribuições de outros estudos da FGV sobre a temática de gênero já realizados no âmbito do Projeto Rio Doce. Após o aprofundamento desses conceitos e ideias, o Capítulo 4 trará resultados de diálogos com mulheres atingidas que serão analisados à luz das bibliografias expostas e entrevistas com pesquisadoras realizadas para este trabalho.

3.1 Relações entre a exploração do meio ambiente e a exploração das mulheres

São diversas as autoras e autores que defendem que o paradigma desenvolvimentista tecnológico moderno opera em uma lógica de exploração da natureza que está diretamente ligada à exploração dos corpos e trabalho das mulheres.

Carolyn Merchant, estadunidense, filósofa e historiadora da ciência, é autora da obra *"The death of nature"*⁹⁹ (1998), na qual defende que a criação e o desenrolar do racionalismo científico são responsáveis no Ocidente pelo deslocamento de uma estrutura de pensamento que vai do orgânico para o mecânico, o que legitimou tanto a exploração das mulheres quanto a da natureza. Merchant escreve que a visão de natureza em diversas culturas era baseada em uma força produtora e geradora de vida, um organismo, uma mãe provedora que cuida, mas é também incontável. Com o advento da ciência moderna, essa natureza foi reduzida a uma somatória de partículas inertes e movidas por forças externas. Tornada passiva, poderia e deveria ser dissecada, ordenada e transformada em recursos que beneficiariam a produção econômica. Caberia aos homens dominarem essa natureza, força desconhecida que, se não controlada, poderia ser uma ameaça a seu poder e escolhas (KUHNEN, 2017).

Nesse contexto, a criação e o desenrolar da visão dualista cartesiana separa o domínio da natureza daquele da cultura. Esse último seria diretamente atrelado a uma razão ordenadora e masculina, enquanto a mulher seria cada vez mais aproximada do domínio

⁹⁹ A morte da natureza.

da natureza, relacionada com o cuidado, a reprodução, a geração de vida, a domesticidade. À mulher passa a ser atribuído algo de não racional, que foge ao controle e precisa, assim como a natureza, ser dominado.

A filósofa italiana Silvia Federici aponta para a relação entre a execução de centenas de milhares de mulheres no começo da era moderna e o surgimento do capitalismo. A autora defende em *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (FEDERICI, 2017) que essa guerra contra as mulheres buscava destruir a autonomia e o controle que elas exerciam sobre sua função reprodutiva, sua saúde, seu trabalho. Tal disputa, então, prepararia o terreno para o surgimento do capitalismo aliado a um regime patriarcal mais opressor. Federici estabelece conexões entre a caça às bruxas e o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho, que confina as mulheres a funções reprodutivas e domésticas.

Em análise que segue caminhos similares, a antropóloga Anna Tsing (2015) escreve sobre a emergência do Estado e a propriedade privada, a agricultura intensiva de cereais e a domesticação das mulheres:

A transformação biológica das pessoas e das plantas que acompanhou a agricultura intensiva de cereais pode ser entendida de melhor forma, portanto, por meio do advento dos arranjos sociais hierárquicos e pela constituição do Estado. Estados encorajam o estabelecimento de fazendas sedentárias e estáveis. O Estado incentivou unidades domésticas de base familiar e garantiu as formas de propriedade privada e herança que traçaram linhas dentro e entre famílias. O patriarca era o representante do Estado no nível da unidade de trabalho doméstica: era ele quem assegurava que os impostos e dízimos seriam recolhidos para a subsistência das elites. Foi no interior dessa configuração política que tanto as mulheres quanto os grãos foram confinados e manejados para maximizar a fertilidade. Os grãos selecionados por meio da domesticação eram sementes com alto teor de carboidratos. Dietas com alto teor de carboidratos permitiram às mulheres terem mais filhos. Ao invés de investirem em limitar a fertilidade, como fazem a maioria dos forrageadores, as pessoas repentinamente passaram a querer o número máximo possível de filhos, não apenas por conta do fetiche da fertilidade, mas também porque a família precisava de mais trabalho para os cereais. (...) Essa obsessão pela reprodução, por sua vez, limitou a mobilidade das mulheres e suas oportunidades para além do cuidado com as crianças. Apesar das possibilidades matriarcais criadas por esse processo, parece justo chamar esse caso de amor interespecífico de “a derrota histórica do sexo feminino” (TSING, 2015, p. 186, 187).

Mesmo que com temáticas de pesquisa diversas, Tsing, Federici e Merchant defendem a correlação entre o desenrolar do sistema capitalista patriarcal moderno e a exploração da natureza e dos corpos e trabalho das mulheres. Essa lógica criada e desenvolvida na Europa se expande e se atualiza no Sul global por meio das invasões coloniais, as quais exploram, oprimem e vulnerabilizam povos originários como indígenas e

populações de origem africana. Estudiosa entrevistada^{FGV_ILE_025} para este relatório aponta como a colonialidade, que se faz presente até os dias atuais, se torna essencial para esse projeto civilizatório e para a própria constituição do capitalismo. Durante as colonizações, é constituída uma sorte de hierarquias e estratificações em relação a tudo aquilo que fugia à estrutura do homem branco europeu rico heteronormativo. O que é diferente é tratado como inferior, e isso conforma a matriz colonial do poder, baseada também na construção de papéis sociais de gênero.^{FGV_ILE_025}

Outra das estudiosas entrevistadas descreve:

a mesma estrutura que sustenta a exploração da natureza é a estrutura que sustenta a exploração dos nossos corpos, né? E aí a gente pode relacionar tanto a exploração do trabalho feminino, do trabalho doméstico, do trabalho do cuidado, quanto na exploração dos corpos, no sentido literal, quando a gente pensa na herança colonial escravista, né? Herança escravista do nosso país, e como faz sentido pensar também dentro de um recorte de raça e etnia é essencial. Então, é a mesma estrutura, é o evento colonial.^{FGV_ILE_026}

Destaca-se aqui a importância desse evento colonial para o entendimento das realidades do Sul global, e a necessidade de atualização de teorias eurocêntricas para a realidade de povos indígenas e não brancos que possuem lógicas relacionais diversas. A filósofa argentina Maria Lugones, por exemplo, faz frente a um pensamento feminista hegemônico eurocêntrico que leva pouco ou nada em consideração teóricas feministas não brancas. Ela defende que as situações de colonialidade criam diferentes espaços discursivos nos quais se inserem milhões de mulheres ao redor do mundo, “cuja situação de raça, classe, sexo e gênero não são contempladas pelos vieses de pensamentos europeus” (SOUZA; PEREIRA, 2020, p. 433)¹⁰.

¹⁰ “(...) a teoria descolonial de Lugones torna-se essa linha de fuga contra o discurso feminista eurocêntrico, apresentando outros olhares de uma parte do feminismo, pensamentos que foram inviabilizados através da história; invisibilidade esta que se encontra profundamente ligada aos processos de colonização e colonialidade histórica e que entrecruza teorias políticas e práticas sociais. (...) Lugones perfaz, portanto, em sua tese sobre um feminismo decolonial, uma intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade, demonstrando que mulheres de zonas que sofreram processos coloniais, mulheres não brancas, principalmente, foram postas em um lugar ainda mais inferiorizado e não abarcado pelos discursos feministas europeus em voga no século XX.” (SOUZA; PEREIRA, 2020, p. 435, 438)

3.1.1 Ecofeminismos e territorialidades¹¹

Em diálogo com tais correlações, surge nos anos 1970 o termo “ecofeminismo”, que sugere a união das lutas feministas e ecológicas. As correntes ecofeministas, assim como as autoras anteriormente citadas e diversas outras e outros aqui não mencionados, defendem a relação entre a exploração e degradação do meio ambiente e a opressão e subordinação das mulheres (MELLOR, 2000).

Ecofeminismo baseia-se não apenas no reconhecimento das ligações entre a exploração da natureza e a opressão das mulheres ao longo das sociedades patriarcais. Baseia-se também no reconhecimento de que essas formas de dominação estão ligadas à exploração de classe, ao racismo, ao colonialismo e ao neocolonialismo (GAARD; MURPHY, 1998 apud TORRES, 2009, p. 165-166).

Vale ressaltar que o ecofeminismo, como movimento teórico e político, não pretende associar mulheres a um estado de natureza e homens a um estado de cultura, o que manteria, assim, os dualismos predatórios. Karla Armbruster defende que “é a opressão compartilhada entre mulheres e natureza numa cultura ocidental predominantemente masculina e não uma identidade essencial e biológica que constrói uma proximidade especial entre elas” (ARMBRUSTER, 1998 apud TORRES, 2009, p. 168). E continua, em acordo com Garrard e Plumwood, dizendo que “ecofeminismo trabalha explicitamente para desafiar ideologias dominantes de dualismo e hierarquia dentro da cultura ocidental que constrói a natureza como separada e inferior à cultura humana (e as mulheres como inferiores aos homens)” (ARMBRUSTER, 1998 apud TORRES, 2009, p. 168).

Assim como ocorre para os feminismos¹² ou para as vertentes ecologistas, o ecofeminismo não é uma linha de pensamento e ação una, homogênea, mas abriga múltiplas vertentes que dialogam em convergência ou divergência de abordagens e

¹¹ Para reflexões acerca dos conceitos de território e territorialidades, ver, por exemplo, Saquet (2007; 2009). Para a análise sobre a importância do território e das territorialidades nos modos de vida e na construção de identidades de comunidades e grupos sociais atingidos na bacia do Rio Doce, ver, por exemplo, FGV (2021p).

¹² “De fato, assim como não é possível falar da categoria mulheres como uma entidade única e homogênea, tampouco é possível considerar que existe um único feminismo que representa a diversidade de mulheres. As diferentes vertentes do feminismo, que surgiram e serviram de sustento teórico para as lutas que tiveram a mulher como principal protagonista, conformaram corpos teóricos específicos para entender a partir de olhares diferenciados a situação de opressão ou inequidade que sofreram e sofrem essas diferentes mulheres” (OLIVERA; PODCAMENI; LUSTOSA; GRAÇA, 2021, p. 35-36).

embasamentos¹³, conformando-se mutuamente. O ecofeminismo também se cria e atualiza a partir de campos diversificados do conhecimento, como, para além da ecologia e dos estudos feministas, os ativismos políticos, a agroecologia, a filosofia, o socialismo, correntes espiritualistas, conhecimentos tratados como tradicionais etc. (ARMBRUSTER, 1998).

Pesquisadora entrevistada para este relatório acrescenta, inclusive, que entre povos indígenas e tradicionais “a gente tem aprendizados muitas vezes não nomeados dessa forma, que se filie indiretamente a correntes, mas que lembram reivindicações que estão situadas dentro desses campos [campos do ecofeminismo]”^{FGV_ILE_028}, e destaca a importância de se atentar e compreender formas de pensar e categorias que são gestadas pelas próprias comunidades tradicionais de mulheres¹⁴, e não apenas pelo dito conhecimento científico.

A abordagem ecofeminista tem mostrado que o processo de dominação da natureza é parte do sistema capitalista patriarcal mundial, associado à ideia de modernização, progresso tecnológico e desenvolvimento. Em diferentes partes do mundo, no entanto, muitos sujeitos — destacando-se os movimentos organizados por mulheres — têm percebido que esse tipo de desenvolvimento restringe seus benefícios a alguns. A literatura ecofeminista destaca o protagonismo de mulheres na luta ecológica, que ocorre devido à percepção de uma vinculação entre a ameaça a formas de vida e organização humanas e a destruição do meio ambiente. Tais movimentos organizados de mulheres têm se dado conta da relação entre a violência patriarcal contra as mulheres e outros indivíduos que não correspondem ao perfil do homem masculino branco e a dominação da natureza, tendo em vista sua exploração para o acúmulo do capital em detrimento da destruição de modos de vida de coletivos locais tradicionais (KUHNEN, 2017, p. 7).

Nesse sentido, a crítica ecofeminista pretende problematizar e complexificar pré-concepções identitárias e relacionais entre humanos e entre eles e não humanos. Ela

¹³ Apesar de ser um trabalho essencial para a compreensão e transformação das vertentes de discussões feministas, ecológicas e ecofeministas, este relatório não tem o objetivo de esmiuçar e cotejar tais vertentes, tendo sido realizados estudos nesse sentido por, apenas a título de exemplo, Strathern (2006), Shiva e Mies (1993), Lélia Gonzalez (2020) etc.

¹⁴ “Quando a gente pensa territórios quilombolas por exemplo, é importante perceber que territórios quilombolas são lugares de protagonismo de mulheres. Então a gente tem desde as histórias que narram o surgimento das comunidades com uma presença muito marcada por mulheres, seja mulheres que são referências míticas, mulheres que são origem de uma forma mágica aos territórios, mas também pela presença dessas mulheres que são antepassadas, que são esses troncos velhos e que são reconhecidas pelas comunidades. Então eu entendo que essas correntes podem ser comparadas e melhor pensadas e iluminadas, quando a gente compreende como essas próprias intelectuais estão forjando categorias e reconhecendo essas possibilidades de renomear aquilo que mulheres juntas fazem, então reconhecendo como movimentos de mulheres, mais do que o feminismo, mais do que outras categorias conceituais mais definidas, a gente tem um campo muito profícuo.”^{FGV_ILE_028}

entende que os problemas do mundo contemporâneo requerem novas formas de mediação na busca de um futuro mais sustentável e de abundância (TORRES, 2009).

Estudiosa entrevistada no âmbito deste relatório^{FGV_ILE_025} discorre sobre as abordagens ecofeministas, colonialidade e a economia feminista:

Eu acho que todas essas diferentes ideias, da colonialidade e a natureza, esse papel do homem por cima da natureza, essa ausência de cosmovisão e recuperação dos saberes ancestrais, de uma relação harmônica entre todos os seres vivos, são bastante recuperadas pelo ecofeminismo. E o que é interessante é que a economia feminista, que vai ser uma vertente nova dentro da teoria econômica, ela vai recuperar bastante as questões do ecofeminismo. De fato, a economia feminista vai ter como principal ideia a questão de colocar a vida no centro, tirando o lucro e os lugares do capital. Então, como vão fazer para colocar a vida no centro, e a vida no sentido amplo? Como vão fazer para incluir a reprodução quando pensamos no ciclo econômico, quando pensamos na acumulação? A acumulação não pode ser unicamente de ganhos de dinheiro, de capital, tem que ser uma acumulação de vida. Como transformar isso?^{FGV_ILE_025}

Acrescentando uma camada às discussões anteriores, a feminista indígena guatemalteca Lorena Cabnal coloca a inseparabilidade das defesas dos corpos e territórios das mulheres. Ela escreve que “defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política” (CABNAL, 2018, p. 27), e acrescenta que qualquer luta contra mineração, agrotóxicos, transgênicos ou quaisquer possíveis ameaças às terras, águas, bichos, plantas deve ser também uma luta pela emancipação das mulheres e seus corpos. “A mesma reflexão vale na lógica inversa. Se queremos feminismos que defendam os corpos emancipados, mas esses feminismos não falam de territórios emancipados, então a luta do feminismo não se sustenta (CABNAL, 2018, p. 27).

A autora defende ainda que o processo colonial trouxe consigo o racismo que, juntos, criam um modelo econômico que se baseia em um sistema de violência e opressão sobre a terra e os corpos das mulheres: “violência sexual, genocídio, saques e invasões são as bases fundantes desse modelo (...) A violência territorial é uma das formas de violência cometidas contra as mulheres e contra os povos” (CABNAL, 2018, p. 25-26). Mas destaca também que todo esse histórico de violência gera formas de resistência das mulheres que lutam para reivindicar seus direitos.

Temos que ter muita criatividade política para desmontar todas as formas patriarcais — racismo, machismo, colonialismo — porque essas violências não estão separadas. A raiz dessas opressões começou a ser gerada há milhares de anos. Precisamos chegar nessa raiz. Se só lutamos contra o racismo ou só contra o neoliberalismo — de forma isolada —, lutamos com base em opressões de apenas um lado da teia

da vida. (...) Por tudo isso, para terminar, deixo uma questão para refletirmos juntas: que ações podemos fazer para descolonizar, despatriarcalizar e descapitalizar nossos territórios-corpo e territórios-terra? (CABNAL, 2018, p. 27-28).

3.1.2 Racismo ambiental

Em diálogo com as críticas ecofeministas, é preciso acionar mais uma vertente de análise que se liga diretamente à situação das mulheres atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão: o racismo ambiental. O termo surgiu nos anos 1980 baseado nas lutas de Warren County, cidade da Carolina do Norte nos Estados Unidos, que tentava que rejeitos tóxicos não fossem depositados naquele local. A constatação, após uma série de denúncias advindas de variados territórios estadunidenses, de que a escolha da deposição de resíduos perigosos em determinada área era ligada à composição racial da comunidade que lá habitava, o que fazia com que comunidades racializadas sofressem maior exposição a rejeitos perigosos, levou à criação do termo (OLIVERA et al., 2021).

A pesquisadora Tania Pacheco, especialista no tema, define racismo ambiental como “As injustiças socioambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e sobre outras comunidades discriminadas por sua raça, origem ou cor” (PACHECO, 2022). Ela destaca que tais comunidades passam há séculos por processos de vulnerabilização. Povos indígenas, quilombolas, comunidades rurais e urbanas afrodescendentes costumam ser as maiores vítimas de racismo ambiental.

A partir dessa categoria, entende-se que as decisões ambientais devem ser lidas à luz do racismo estrutural, ou seja, há corpos e populações mais atingidos que outros por problemas ambientais em função de decisões políticas inseridas em modelos sociais produtores de desigualdades, frutos da colonização patriarcal que vulnerabiliza os não brancos, em especial mulheres negras. Novamente de acordo com Tânia Pacheco e sua colega Cristiane Faustino,

No Brasil (...) o esforço histórico das elites para o embranquecimento da nação, o mito da democracia racial e a miscigenação — que tem na violência sexual contra as mulheres ‘de cor’ um de seus marcos históricos invisibilizados — dificultam o reconhecimento do próprio racismo e o estabelecimento de políticas de desconstrução das desigualdades que desfavorecem a maioria da população ‘não branca’, sobretudo as mulheres (PACHECO; FAUSTINO, 2013, p. 90).

Lélia Gonzalez, uma das mulheres pioneiras nos estudos sobre cultura negra no Brasil e grande intelectual, fala sobre a importância de análises correlacionadas entre feminismos e racismos:

Por tudo isso, o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não serem brancas (GONZALEZ, 2020, p. 129).

Assim, é importante destacar que as lutas ecológicas, feministas e antirracistas devem ser articuladas para alcançarem suas buscas por justiça socioambiental. Considerar a interseccionalidade de fatores como gênero, raça, classe e idade, entre outros, é essencial para a compreensão de que eles se combinam na produção de pessoas e comunidades vulnerabilizadas que costumam ser as que mais sofrem com mudanças climáticas, crises ambientais, desastres e os prejuízos que eles proporcionam, como será trabalhado a seguir. A doutora em direito Rosângela Angelin escreve:

Além de serem igualadas à natureza nos esquemas de reconhecimento e exploração, as mulheres são mais afetadas pelas crises ambientais do que os homens. A fim de apontar elementos de compreensão e análise crítica sobre o tema acima exposto, Gebara reporta-se à francesa Nicole Claude Mathieu, afirmando que o fato das mulheres serem mais afetadas com as crises ambientais não engloba nenhuma relação dessas com a natureza, mas sim, envolve, em nível mundial, a existência de relações de poder exercida pelos homens sobre as mulheres. Diante desse contexto construído, as mulheres acabam sendo as maiores vítimas da destruição ambiental e são as primeiras a serem afastadas dos bens produzidos pelo meio ambiente, sofrendo sobre seus corpos as ameaças que o desequilíbrio ecológico as impõe. Por isso, elas se preocupam mais com a saúde da família, reivindicam água potável, alimentos saudáveis, condições de vida salubres (ANGELIN, 2014, p. 1585).

Pesquisadora entrevistada para este relatório acrescenta:

“ah, é mais importante o sexismo ou o racismo? O gênero ou a raça?” Não. É tudo, porque a mulher racializada está realmente na pior das situações, porque é excluída, porque é discriminada, porque a pobreza do tempo dela é muito maior, porque ela não tem os recursos para terceirizar esses cuidados, porque ela sofre por essa matriz colonial do poder.^{FGV_ILE_025}

As mulheres atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, grande parte em situação econômica desfavorável e não brancas, como será trabalhado a seguir, sofrem consequências da estrutura racista, patriarcal, machista, colonialista e ecocida a que estão submetidas. O entendimento dessa estrutura é essencial tanto para a análise dos danos específicos que acometem essas mulheres quanto para o desenrolar de uma

lógica de reparação atenta e preocupada com tais especificidades. Antes que seja esmiuçada a situação dessas mulheres, no entanto, é importante contextualizar um pouco mais o contexto de desastres e destacar algumas contribuições da FGV até o momento.

3.2 Mulheres em situação de desastres

As mudanças climáticas ocasionadas por um capitalismo predatório, somadas a descasos e erros tecnológicos, fazem com que eventos extremos sejam a cada dia mais frequentes no Brasil e no mundo. Inundações, deslizamentos, secas, furacões, tsunamis, terremotos, incêndios, rompimentos de barragens minerárias e vazamentos de materiais perigosos são fenômenos que implicam componentes naturais e sociais que, inclusive, os fazem ser tratados como um desastre. Conforme já tratado pela FGV em relatórios anteriores sobre a relação intrínseca entre o ambiental e o social em situações de desastres:

(...) Desastres (...) têm sempre em comum um fator essencial: são as consequências para a presença humana e sua relação com o desastre que os caracterizam enquanto tais.

Dessa maneira, o estudo da dimensão relacional entre pessoas e ambientes torna-se necessário uma vez que, nas sociedades modernas industriais, o crescimento de riscos e desastres está cada vez mais ditado por forças políticas, econômicas e sociais que obrigam pessoas a se adaptarem a ambientes moldados institucionalmente (VAYDA E MCKAY, 1975). O processo de degradação ambiental causado por ação de certa parte da humanidade demonstra que riscos que eram tratados como advindos de “fora”, ou seja, da chamada natureza e de suas forças incontroláveis, voltam-se cada vez mais para “dentro” da própria humanidade, que se torna também responsável por eventos críticos dada a maneira como se relaciona com a natureza. (...) Desastres sempre ocorrem nas sociedades, o componente humano é fator-chave para sua existência, mas são acarretados pelas relações sociedades-ambientes. Uma série de relações institucionais, inclusive, por motivações políticas e/ou econômicas, podem ser fatores embrionários de desastres, como no caso das falhas e insuficiências técnicas que levaram ao rompimento da Barragem de Fundão (FGV, 2021w, p. 96-97).

Assim como desastres implicam necessariamente uma correlação com fatores sociais, a maneira como as consequências de um desastre se espalham e são sentidas pelas populações não é homogênea, e é diretamente ligada a fatores de vulnerabilidade. Sobre populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pessoas não brancas, LGBTQIA+, crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência e mulheres incide um maior grau de vulnerabilização, associado também às interseccionalidades entre esses grupos. Ou seja, tais características se relacionam e, por consequência, elevam os

níveis de vulnerabilização da pessoa ou grupo social em questão. Dessa maneira, como escreve Freitas,

Pela procedência desse tema, justifica-se o interesse em introduzir elementos que permitam indicar a importância de fatores como classe, raça/etnia e gênero, que repercutem sobre as mulheres inseridas no processo de prevenção e resposta às situações de desastres socioambientais (FREITAS, 2010, p. 889).

O presente relatório se volta às questões de gênero, com foco nas mulheres, implicadas no desastre ocorrido por ocasião do rompimento da Barragem de Fundão, destacando que gênero, raça e classe são fatores interseccionais que devem ser tratados conjuntamente. Deve-se ter em conta, também, que vivemos tempos de intensificação de situações de desastres. De acordo com uma das pesquisadoras entrevistadas^{FGV_IJE_025}, as mudanças climáticas acelerarão a cada dia mais a ocorrência de eventos extremos nos quais emergirão questões como o racismo ambiental, o sexismo, o classismo, que devem impreterivelmente ser levadas em conta ao invés de invisibilizadas. Em suas palavras,

(...) pessoas que moram em periferias, (...) que são as principais afetadas pelos deslizamentos, alagamentos, são realmente as pessoas com muito menos condições e colocadas em uma situação de desprivilegio muito grande, que faz com que seja muito mais difícil dar conta dos custos, tanto econômicos, como sociais, mentais, como de aumento de intensidade de trabalho, de trabalho não remunerado^{FGV_IJE_025}

Defende-se aqui também que as mulheres são peças-chave para a prevenção e a intervenção em situações de desastres socioambientais, apesar de não estarem representadas em importantes acordos internacionais que se relacionam à temática, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e no Protocolo de Kyoto (ARMSTRONG, 2001). Tratados mais recentes, como o Acordo de Paris aprovado em 2015, trazem um olhar para gênero, mulheres e questões climáticas, mas muitas vezes falham em integrar as discussões sobre gênero e mulheres nos seus artigos mais relevantes (EMPODERA CLIMA, 2022).

Apesar disso,

Kellie Tranter¹⁵ demonstrou que mais mulheres do que homens morrem como efeito direto e indireto dos desastres socioambientais. Assim é que 90% das 140.000 vítimas do ciclone que açoitou Bangladesh, em 1991, foram mulheres; igualmente, mais mulheres do que homens morreram durante a onda de calor de 2003, na Europa; e

¹⁵ TRANTER (2008, p. 1).

o tsunami de 2006 no Sri Lanka matou de três a quatro mulheres para cada homem. Quais seriam as razões? Por que as mulheres estão mais sujeitas do que os homens às consequências dos desastres? (FREITAS, 2010, p. 892).

Em reportagem para a Folha de S. Paulo, Amanda Magnani escreve em texto de novembro de 2021:

A emergência climática afeta a todos, mas não de forma igual. Em um contexto global de desigualdade no qual grupos vulneráveis são desproporcionalmente atingidos pelas consequências das ações humanas no planeta, as mulheres estão na linha de frente da crise.

Segundo relatórios da ONU, independentemente do setor em questão, cabe às mulheres carregar a maior parte do fardo causado pelas mudanças climáticas. Essa vulnerabilidade é resultado de uma série de fatores sociais, econômicos e culturais. Aproximadamente 70% do 1,3 bilhão de pessoas vivendo em condições de pobreza no mundo são mulheres. Elas ainda são as chefes de família em 40% dos lares mais pobres em áreas urbanas. Em áreas rurais, predominam na força de trabalho mundial da produção alimentar (de 50% a 80%), mas dispõem de menos de 10% das terras.

Esse desequilíbrio de poder prejudica o acesso de mulheres a recursos, tecnologia e informações necessários para se adaptar à crise climática.

(...) Para elas, a crise ambiental apresenta uma ameaça a direitos essenciais, como à vida, à saúde e à moradia digna.

(...) “Em locais mais afetados por desastres ecológicos, há um aumento da violência doméstica, além de que mulheres estão entre as principais vítimas de conflitos resultantes das mudanças climáticas. Elas compõem, ainda, o maior grupo de pessoas deslocadas de suas terras como resultado das mesmas”, diz Bah¹⁶.

Pesquisadoras que produziram o documento “A dimensão de gênero no Big Push para a sustentabilidade no Brasil. As mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira” analisam os efeitos das mudanças climáticas sobre corpos feminizados e destacam o quanto esse contexto incide sobre a vida de mulheres e meninas do Brasil

ampliando as assimetrias de gênero e as opressões sofridas pelas mulheres. As mudanças climáticas provocam maior incidência de desastres, ondas de calor, extremos de frio, elevação do nível do mar, maiores períodos de seca, enchentes, acidificação dos oceanos, derretimento de calotas e do permafrost, deslocamento de populações inteiras de animais, plantas e pessoas, entre outros. Estes eventos implicam, entre outras coisas, aumento do número de pessoas doentes, feridas, amputadas e enlutadas que requerem cuidados, assim como o aumento na quantidade média de tempo necessária para deslocamentos, coleta de água, sanitização dos alimentos e dos lares, produção e elaboração de alimentos consumo familiar, etc. (...) as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelos cuidados

¹⁶ Cherner Bah, fundador do Children’s Forum Network em Serra Leoa e cofundador da Purposeful, um centro africano de ativismo feminista.

e tarefas domésticas, remuneradas e não remuneradas. Assim, diante dos efeitos das mudanças climáticas, gera-se uma carga de trabalho adicional (física e mental) sobre os corpos feminizados, impactando especialmente as mulheres em condições de maior exposição e vulnerabilidade que contam com menos ferramentas e rendas para enfrentar tais mudanças, dadas as brechas de salário, empregos, acesso a bens e serviços públicos, representação e direitos (OLIVERA; PODCAMENI; LUSTOSA; GRAÇA, 2021, p. 24).

No mesmo documento, as autoras detalham efeitos relacionados com as mudanças climáticas e desastres que incidem mais fortemente sobre as mulheres, como a diminuição da área cultivável e o fato de as mulheres de comunidades rurais serem responsáveis por mais da metade da produção global de alimentos, além de terem importante papel na manutenção da biodiversidade e garantir segurança e soberania alimentar. Pontuam, ainda, sobre o aumento de incidência de doenças e enfermidades que atinge sobremaneira as mulheres, que em geral assumem o papel de cuidadoras e, assim, tornam-se mais expostas a situações de contágio e com maior sobrecarga de cuidados domésticos não remunerados. Nesse sentido, as autoras tratam do aumento não só dos índices de pobreza econômica entre essas mulheres, mas da “pobreza de tempo”, também quando indicam que, por serem as principais usuárias de serviços de transporte público no Brasil,

(...) as mudanças climáticas e a maior incidência de eventos extremos, tais como enchentes, alagamentos e danificação de estruturas de mobilidade públicas assim como transportes públicos com baixa eficiência energética, podem acarretar uma piora na sobrecarga do uso do tempo feminino, resultando em uma maior pobreza do tempo das mulheres (OLIVERA; PODCAMENI; LUSTOSA; GRAÇA, (2021, p. 26).

Pesquisadora entrevistada para esse relatório^{FGV_ILE_025} explica que, em geral, quando se pensa em pobreza, pensa-se na pobreza monetária, mas a ideia de pobreza de tempo começou a ser mais utilizada para chamar atenção a uma desigualdade no hiato do tempo, uma distribuição desigual, uma disponibilidade diferente do tempo entre gêneros. Ela acrescenta que mulheres no Brasil destinam o dobro do tempo que homens a tarefas domésticas e cuidados, dado que é inclusive subestimado, já que não há uma pesquisa sistemática destinada ao uso do tempo por homens e mulheres. Como o tempo é finito, isso significa que a mulher tem menos tempo disponível para qualquer outra coisa, seja trabalhar, estudar, se dedicar à vida pública, política, à vida social, ao próprio cuidado.

Além disso, em áreas que passam mais intensamente por secas, chuvas incertas e insegurança hídrica, as mulheres são as principais responsáveis pelo abastecimento de água doméstica e, portanto, sofrerão mais as consequências de situações de escassez

hídrica. Por haver entre elas maior índice de pobreza, terem salários menores, menos direitos trabalhistas e vínculos empregatícios mais frágeis, as mulheres tendem a perder mais seus empregos ou verem sua renda reduzida diante de situações de crise (OLIVERA; PODCAMENI; LUSTOSA; GRAÇA, 2021).

Por tudo isso, análises e ações em contextos de desastres não podem dispensar questões de gênero e suas interseccionalidades, com raça e classe por exemplo. Saldanha também destaca que, “historicamente, as perspectivas teóricas dominantes que norteiam o tema de desastres têm sido determinadas e escritas pelo sexo masculino” (SALDANHA, 2021, p. 58). Apesar da cada vez maior ocorrência de eventos desastrosos incrementar também análises que consideram desastres a partir de perspectivas de gênero, trata-se de um campo relativamente novo e ainda em desenvolvimento. Mais escassos ainda são processos de prevenção ou mitigação e reparação no pós-desastre que considerem adequadamente tais perspectivas. Assim,

torna-se necessário, se não urgente, considerar as mulheres como possíveis agentes de mudança nas políticas de combate aos desastres e garantir que elas possam participar nas discussões e decisões relacionadas à minimização dos impactos dos desastres socioambientais (SALDANHA, 2021, p. 68).

Em apresentação oral em um círculo de discussões sobre mulheres e desastres organizado pela FGV¹⁷, a professora Dulce Maria Pereira destaca que desastres incorrem muitas vezes em uma tomada do território devastado por processos guiados pela supremacia masculina, desarticulação de comunidades, morte do conhecimento coletivo e submissão das mulheres. Essas mulheres, no entanto, ao mesmo tempo que são esquecidas ou empurradas para fora de seus espaços por conta de interesses das corporações, são os sujeitos que persistem na luta, disputam espaço com interesses capitalistas, são peças-chave de mobilização.

3.3 Contribuições dos estudos da FGV sobre a temática de gênero no âmbito do Projeto Rio Doce

A FGV já produziu estudos dedicados a tratar de questões específicas relacionadas com as mulheres atingidas. O relatório “A Situação das Mulheres Atingidas pelo Desastre do Rio Doce a partir dos Dados da Ouvidoria da Fundação Renova” foi publicado em 2019 e partiu de duas perguntas iniciais: (i) Quais são as principais reivindicações referentes

¹⁷ Encontro do Círculo de Colaboração Gênero e Deslocamentos Compulsórios, realizado em agosto de 2022 (FGV, 2022).

aos direitos das mulheres atingidas levadas à ouvidoria da Fundação Renova? E (ii) Que relações podem ser extraídas a partir da análise do conteúdo dessas reivindicações, considerando-se os danos relatados?

Depois de explorar um referencial teórico, normativo e instrumental por meio de estudos de caso comparados para identificar questões específicas sobre gênero e contextos de desastres, esse relatório traz os resultados da pesquisa na Ouvidoria que indicam que os relatos colhidos versavam essencialmente sobre:

- i) Atividade econômica e de subsistência, com foco especial no subtema da pesca, que apresenta 15,9% de incidência;
- ii) Cadastro de pessoas atingidas para recebimento de auxílios financeiros, em especial demandas de solicitação de informações, conclusão e situação cadastral, compondo um total de 32,34%;
- iii) Problemas nos programas de resposta e reparação, respectivamente o AFE (Auxílio Financeiro Emergencial) e o PIM (Programa de Indenização Mediada), cuja incidência percentual é de 25,09% e 21,5% do universo anterior;
- iv) Saúde, com destaque à saúde física em geral (12,14% de recorrência), acesso à saúde (11,82%) e a evolução ao longo dos anos dos relatos de saúde mental, que vão de 1,2% em 2016 para 12,8% em 2019. Ainda, os relatos que apontam para condições crônicas como o câncer mostram-se críticos e extremamente sensíveis, assim como os que relatam tentativas de suicídio e depressão;
- v) Sobrecarga doméstica, que se apresenta como segundo principal tema identificado nos relatos (33,92%), sendo composto principalmente de demandas relativas às dificuldades de manter os custos do lar (23,64% do total geral e que, ao longo dos anos, aumenta de 5,2% em 2016 para 37,9% em 2019), e também cuidados com os filhos e netos (16%);
- vi) Relatos que contêm descrições sobre conflitos familiares e casos de violência doméstica. (FGV, 2019a, p. 10-11).

O relatório ainda aponta que há uma relação intrínseca entre atraso ou não recebimento de auxílios financeiros por parte da reparação pelas mulheres e sobrecarga doméstica. Essa sobrecarga, por sua vez, está ligada ao aumento das questões de saúde física e mental. É destacado que relatos que pedem o desmembramento do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE)¹⁸ estão muitas vezes ligados à existência de conflitos familiares e/ou violência doméstica. Esses pedidos de desmembramento também estão ligados a atividades econômicas desempenhadas por mulheres que são invisibilizadas por conta da sua classificação cadastral

¹⁸ Para casos em que, por exemplo, houve a separação de casais e o homem era o titular do Auxílio Financeiro, sendo a mulher tratada como “dependente”. Destaca-se que o processo cadastral conduzido pela Fundação Renova reconhece como “responsáveis pelo lar” e, portanto, titulares do AFE, 66,3% de homens e apenas 33,7% de mulheres.

como dependentes do “responsável familiar”, papel atrelado de forma desproporcional à figura masculina, o que impede a indenização ou recebimento do AFE de forma individualizada pelas mulheres. Por fim, o relatório expõe que não há um protocolo específico por parte da Fundação Renova voltado ao tratamento prioritário de grupos de mulheres como gestantes, lactantes e idosas. Por sua vez, o relatório “A violência doméstica contra as mulheres atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão” foi publicado em 2021, tendo como objetivo diagnosticar o cenário da violência doméstica nos territórios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão (MG) e, a partir disso, propor alternativas de prevenção e remediação. Para tanto, foram combinadas diferentes análises e metodologias de pesquisa:

- (i) Levantamento e sistematização de bibliografia sobre gênero e desastres além de casos paradigmáticos sobre o tema;
- (ii) Análise de três bases de dados que contêm informações sobre violência doméstica no Brasil: Sistema de Informação de Agravos de Notificação — SINAN (Ministério da Saúde); Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência — Ligue 180 (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos); e Disque Denúncia 190 (Polícia Militar), com análises comparativas entre os municípios atingidos e grupos de comparação;
- (iii) Entrevistas com atores relevantes de três municípios atingidos selecionados para esta pesquisa e posterior sistematização qualitativa;
- (iv) Levantamento e sistematização de parâmetros reparatórios para o enfrentamento e prevenção da violência doméstica e recomendação de medidas reparatórias e preventivas para o caso do Rio Doce. (FGV, 2019a, p. 13).

Entre os resultados encontrados, estão um aumento na média das taxas de denúncias totais no Disque Denúncia para municípios atingidos de Minas Gerais no período pós-rompimento quando utilizado um grupo de comparação específico na estimação, aumento que ocorreu também em casos em que a vítima e o autor eram parceiros. O estudo destaca a possível existência de impactos heterogêneos do rompimento em subgrupos específicos de pessoas atingidas, que não puderam ser investigados devido à limitação dos dados.

Quanto à análise das notificações de violência contra as mulheres a partir de dados do SINAN para o período entre 2009 e 2018, verificam-se

(...) diferenças expressivamente maiores para as atingidas quando comparadas com as mulheres dos grupos de comparação, representando aumentos percentuais de 171,6% para violência física, 134,9% para violência psicomoral, 123,5% para todas as violências, 70,6% para violência financeira e econômica e 38,1% para violência sexual (FGV, 2019a, p. 172).

Por fim, as entrevistas realizadas em três municípios atingidos explicitam que os incrementos de violência demonstrados pelas bases públicas de dados foram também

percebidos por atores de áreas como saúde, assistência social e gestores públicos, os quais relacionam tal incremento às consequências do rompimento da Barragem de Fundão e do processo de reparação oficial em curso, implementado pela Fundação Renova (FGV, 2020j).

4 A SITUAÇÃO DAS MULHERES ATINGIDAS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Após a contextualização e apresentação de aportes conceituais considerados importantes para as análises que se seguem, o texto a seguir pretende trazer algumas das principais questões sofridas e expostas pelas mulheres atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, as quais foram narradas em interações realizadas ao longo do território afetado. O texto está dividido em três seções (e algumas subseções): i) Relações econômicas e condição social; ii) Relações sociais, violência e saúde; e iii) Educação, futuro e resistência. Tais seções não pretendem dar conta da totalidade de danos sofridos pelas mulheres atingidas, muitos dos quais já foram expostos nas matrizes territoriais produzidas pela FGV, mas explicitam e aprofundam recorrências observadas ao longo dos territórios na perspectiva de subsidiar respostas reparatórias mais justas para essas mulheres, suas famílias e comunidades.

Figura 2 — Casa



Fonte: Ilustração de Carolina Ribeiro (2022).

4.1 Relações econômicas e condição social

Esta seção traz resultados e discussões que versam sobre a condição econômica das mulheres atingidas, problemas relacionados com reparação e reconhecimento da condição de atingidas, sobrecarga doméstica e cuidados relacionados com água e alimentação. Para tanto, está dividida em três subseções: i) Autonomia financeira e não reconhecimento da atividade econômica das mulheres no processo de reparação; ii) Sobrecarga doméstica e perda de rede de apoio; iii) Alimentação.

4.1.1 Autonomia financeira e não reconhecimento da atividade econômica das mulheres no processo de reparação

Como descrito em diversos estudos já realizados pela FGV, as mulheres atingidas pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão sofreram forte impacto em sua autonomia financeira. Suas atividades geradoras de trabalho e renda foram prejudicadas, desde aquelas com vínculo mais estreito com o rio, como a pesca e a agricultura, até outras formas de trabalho como o comércio e a prestação de serviços. O desastre prejudicou as redes de vendas e trocas de produtos e a circulação financeira nas localidades atingidas, reverberando na renda de muitas mulheres. Algumas relataram que até os dias atuais — quase sete anos após o desastre — não conseguiram restabelecer seu padrão anterior de renda, o que as prejudica financeira, social e psicologicamente.

N: A gente tivemos tanto prejuízos, nós sabemos que, a gente vendia para o PNAE da escola, a partir do momento que a lama entrou no nosso plantio, que nós produzimos a laranja, a mexerica, o limão e a banana. Nosso prejuízo foi tão grande, até hoje não conseguimos recuperar. Acho um absurdo essa Samarco, aqui na nossa família, até hoje não vimos um real dessa Samarco.^{FGV_ILV_042}

N: Aí você vai olhar a renda que você teria seis anos atrás, você não tem mais. Aí vem a pandemia de ficar com essa focinheira o dia todo. É muito triste saber de um dilema desse. O ser humano, enfim, o que a gente precisa é saúde e o dinheiro. Entendeu? Cinco anos atrás eu tinha tanto de renda e agora eu tenho quanto? Eu não tenho nada de renda. Eles acabaram com nosso ganha~pão do dia a dia. Aí você tem que se virar para outros lugares. Nessa casa nunca entrou R\$ 1 real da Samarco. Estão enrolando a gente para não pagar a gente até hoje. É uma falta de respeito muito grande com a população.^{FGV_ILV_042}

Como pontuado no Capítulo 3 deste relatório, as mulheres são cerca de 70% das pessoas pobres no mundo (PARLAMENTO EUROPEU, 2017), o que já as coloca em situação de maior fragilidade mesmo anteriormente ao desastre. O endividamento dessas mulheres e suas famílias é uma das consequências dessa perda de renda.

Pesquisadora entrevistada para este relatório destacou que o endividamento feminino possui um peso muito grande na saúde dos lares onde vivem essas mulheres, acarretando, entre outros danos, impactos à qualidade da alimentação da família, diminuição da rede de sociabilidade e apoio e até mesmo adoecimento emocional. Dessa maneira, o direito dessas mulheres à vida digna fica fragilizado e cada vez mais difícil de ser alcançado.

O que fazemos com esse ano que a mulher não recebeu renda nenhuma? O que aconteceu? A mulher se endividou. Esse é um aspecto superinteressante, eu não sei se nas oficinas de vocês apareceu, mas o fato do peso do endividamento na vida das mulheres, o endividamento para garantir a subsistência, créditos formais e informais para pagar o feijão, para pagar um gasto corrente, isso gera condições terríveis. A crise econômica e a crise dos cuidados vão fazer com que as mulheres percam essa construção de redes que é tão essencial para várias coisas, que implicam inclusive em não adoecer mentalmente, que implica inclusive em conseguir sair de ciclos de violência.^{FGV_ILE_025}

Diante das mudanças e da obstrução parcial ou completa de atividades laborais exercidas pelas mulheres antes do desastre, configura-se a busca por outras maneiras — em geral informais — de conseguir renda para si e para os seus lares, já que seu posto como chefe de família parece ser uma condição corriqueira. Quando não são as principais responsáveis pela manutenção da renda nos lares, essas mulheres possuem importante papel em sua composição.

De acordo com estudos apresentados pela FGV (s.d.), a partir do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia, metade da população atingida pelo rompimento de Fundão trabalha no mercado informal (tanto no estado do Espírito Santo quanto em Minas Gerais), possui remuneração abaixo do salário médio nacional e é majoritariamente constituída por pessoas negras (considerando a soma de pardas e pretas conforme prevê o IBGE). Outras pesquisas também realizadas pela FGV igualmente expõem o perfil da população atingida e chamam atenção para sua vulnerabilização:

Tal consideração adquire especial relevância no caso em questão dado o perfil sociodemográfico das vítimas, que são em sua maioria negras e pobres (WANDERLEY, 2015; PEREIRA, 2020), fator que pode potencializar as desigualdades raciais e sociais presentes nos territórios e aumentar a vulnerabilidade já enfrentada por tais grupos no pré-desastre. Outros estudos já apontavam para este perfil social e racial das comunidades atingidas, como o de Wanderley (2015), Pereira (2020) e Acselrad (2018, p. 164) (FGV, 2021v, p. 20).

Como demonstram estudos socioeconômicos e demográficos recentes, a pobreza no Brasil tem aumentado. Em 2021, o percentual de brasileiros nas linhas de pobreza era de 22,3%, um total de 47,3 milhões de pessoas de acordo com o Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS)¹⁹. Este é o maior percentual dos últimos 10 anos e, desse percentual, 73% corresponde à população negra. Tais situações são agravantes para a qualidade de vida das mulheres atingidas. Como indicam Olivera, Podcameni, Lustosa e Graça (2021), mulheres em situação de pobreza, muitas vezes negras e chefes de família, tendem a viver em zonas mais periféricas e com menos infraestrutura, tornando-se mais suscetíveis a eventos extremos como desastres. Seu acesso a empregos mais bem remunerados também é mais escasso, o que impacta “de forma negativa a possibilidade de geração de renda e mobilidade social” (OLIVERA; PODCAMENI; LUSTOSA; GRAÇA, 2021p. 24). As autoras ainda acrescentam que a desigualdade de gênero se manifesta

(...) em maiores níveis de pobreza das mulheres (tanto em termos monetários quanto de tempo disponível), na sobrecarga de trabalho não remunerado e de cuidados, na inserção precária no mercado laboral, no acesso limitado a recursos econômicos e tecnológicos, na menor representação nos espaços de tomada de decisão nas esferas políticas, econômicas e sociais, bem como na persistência da discriminação e da violência contra elas incluindo sua forma mais extrema, que é o feminicídio (OLIVERA; PODCAMENI; LUSTOSA; GRAÇA, 2021, p. 15).

Além de já partirem de uma situação de desvantagem, como destacado, narrativas coletadas nas interações com mulheres atingidas pelo rompimento de Fundão indicam ainda uma desvalorização do trabalho da mulher quando comparado ao dos homens.

N: As pessoas que não plantavam verdura, colhiam. Mesmo os donos de terreno também contratavam pras pessoas trabalharem. E agora também diminui isso, diminui quem plantava e as pessoas que trabalham na colheita. E quem trabalhava na colheita a maioria era de mulheres, de 50 pessoas, 40 eram mulheres. As pessoas falam que mulher aqui é igual homem pra trabalhar, a gente fica brincando que as mulheres tão mais fortes que o homem, porque senão a gente passa muita dificuldade. E agora tá muito difícil, diminuiu esses serviços de plantação, aí hoje a gente tem que inventar coisa, vender cocada, chup chup.^{FGV_ILV_045}

N: A gente tem que se desdobrar. Temos que fazer um bico. Borda uma toalha para vender. Eu pego taboa também, meu primo faz esteira para vender. Aqui também tem artesanato de esteira. É assim, um bico, faz uma coisa, faz outra. Eu vou comprar uma roçadeira, eu tô esperando receber um dinheiro para comprar uma roçadeira. Eu gosto de roçar. Na agricultura eu roço o pasto. Eu faço roçada, com a gasolina, eu sei roçar. Só que aquele negócio, contrata mais homem,

¹⁹ Disponível em: <https://imdsbrasil.org/doc/lmds_apresentacao_pobreza_2021_24-06-2022.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2022.

tem isso também. Se eu chegar com a minha roçadeira, 'eu quero um trabalho para roçar', a diária de uma roçadeira é R\$ 150, sendo que o trabalho de um homem braçal é R\$ 60. Não vão querer me pagar esse valor porque eu sou mulher, tá entendendo? É assim.^{FGV_ILD_078}

Às disparidades salariais entre homens e mulheres – estas ganham cerca de 20% menos do que os homens no Brasil²⁰ – se somam outras medidas de desigualdade, como o não reconhecimento pelo processo de reparação em curso. Muitas contam em interações realizadas pela FGV para este relatório que não foram procuradas em nenhum momento do processo de reparação. Grande parte sequer possui cadastro como atingida, primeira etapa do processo de reconhecimento pela Fundação Renova. Tais fatos narrados são corroborados pela nota técnica “A Situação das Mulheres atingidas pelo Desastre do Rio Doce a partir dos dados da ouvidoria da Fundação Renova” (FGV, 2019a) que indica que, como destacado no Capítulo 3, 32,43% das reclamações coletadas na ouvidoria da Fundação Renova referiam-se a situação cadastral da atingida; 25,09% indicavam problema no acesso ao Auxílio Financeiro Emergencial (AFE); e 21,5% incidiam sobre problemas no recebimento de indenizações (FGV, 2019a, p. 51).

Mulheres ouvidas no âmbito desse relatório que antes do desastre desenvolviam diversas profissões como feirantes, agricultoras, pescadoras, cabelereiras, entre outras ocupações que sofreram uma série de prejuízos, e que mesmo sendo reconhecidas pela comunidade como praticantes de tais ofícios, não são vistas pelo processo de reparação.

N: Muito difícil, viu? Muito pouco. Eles não querem reconhecer a mulher como trabalhadora. Eles não acreditam na capacidade da mulher pescar, na capacidade da mulher colher seu próprio fruto, tá lá plantando a sua própria plantação, eles não acreditam. Eu vejo na cara deles, que eles não querem reconhecer as mulheres.^{FGV_ILV_042}

N: A mulher fazia de tudo, plantava, capinava. A gente plantava em terreno de terceiros, a gente não tinha terreno. Era a meia, a terça parte, a gente dava uma porcentagem porque o terreno não era da gente. Mas era a família que plantava, eu, minha mãe, meu irmão, meu pai. Colhia, plantava, capinava, todo mundo junto. (...) A mulher trabalhava tanto quanto as outras pessoas, já trabalhava desde nova, desde adolescente, porque aqui é um distrito pequeno, todo mundo aqui é roça.^{FGV_ILV_045}

N: Eu era pescadora, moradora, comerciante, artesanato, vendedora. Hoje, eu saí até do advogado que ele disse que eu tinha receber dois danos. Pescadora ou comerciante, que eu tinha que escolher. Eu falei 'Não doutor, eu sou profissional, eu tenho meus documentos, eu aposentei porque sou documentada. Então porque hoje eu vou receber

²⁰ Segundo levantamento da consultoria IDados, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE (G1, 2022).

dois danos?’ Eu falei ‘eu não aceito, o senhor cancela isso para mim’. FGV_ILD_078

Pesquisadora consultada para este relatório^{FGV_ILE_026} defende que a ausência de reconhecimento da mulher brasileira como trabalhadora rural e pescadora é de longa data:

Se a gente for pesquisar, quando a mulher pescadora teve acesso ao reconhecimento da carteirinha RGP de pescadora? Quando tiveram direito à licença maternidade? À aposentadoria? Vemos que é recente. Antigamente mesmo no registro das agricultoras, estava escrito “esposa de agricultor”, não era agricultora. No caso a pescadora, mesmo que não vá para alto-mar, faz todo o processo de cuidado do peixe. De tratar do peixe. Nos contextos de mangue com lixo e rejeitos tóxicos. A quantidade de problemas ginecológicos que as marisqueiras e pescadoras têm é muito grande. Então, no Brasil essa discrepância é uma constante (...). A discrepância existe porque o que a mulher faz não é considerado trabalho. Aí é a chave para compreender a discrepância. Aí, a gente vê as consequências: as mulheres sendo mais suscetíveis a estarem em situação de pobreza, a situação de insegurança alimentar.

A pesquisadora chama atenção para a dificuldade de reconhecimento monetário deste e outros ofícios realizados por mulheres, pontuando que esse tipo de atividade “é sempre visto como uma ajuda”^{FGV_ILE_026}. Nessa lógica, o trabalho feminino se atrela às práticas de cuidado, afeto e amor, mas não ganha em reconhecimento financeiro ou até social. Em paralelo à exploração da natureza, o trabalho feminino é apropriado de modo a não ser monetarizado, o que deixa essas mulheres mais suscetíveis a situações de pobreza.

Foi recorrentemente citado durante as rodas de conversa com as mulheres atingidas que a falta de informação foi grande inimiga do acesso dessas mulheres à reparação. Algumas acreditavam que apenas uma classe de trabalhadores teria direitos e que suas atividades econômicas não seriam passíveis de indenização. Outras sequer tiveram ciência de qualquer reunião ou oportunidade de esclarecimento por parte dos representantes da Fundação Renova em seus territórios. Membros de associações de mulheres longevas nas localidades atingidas narraram que não foram procuradas para diálogo ou explicações de seus direitos. Deste modo, a desinformação colaborou fortemente para a exclusão dessas mulheres de grande parte do processo reparatório, assim como para o não entendimento das especificidades de seus danos.

N: Um ponto importante é o da informação. O que aconteceu com ela aconteceu com muitos agricultores da região. Porque quando tudo aconteceu a gente achava que quem tinha que ser reparado era o pescador, que foi a primeira classe a ser atingida, a gente achava que nós agricultores não teríamos direito. Nós mulheres nunca fomos

procuradas por nenhuma instituição, nem por advogados, nem mesmo pela Renova, pra tá recebendo esse tipo de informação, ninguém pra dizer se tínhamos ou não direitos.^{FGV_ILD_073}

N: (...) nós mulheres não fomos convocadas pra nenhuma reunião. Não procuraram as mulheres para saber como fomos impactadas, nossa associação dentro do assentamento tem mais de 16 anos, e a gente não foi convidada pra nenhuma reunião em nenhum momento. Nossa associação dentro do assentamento foi contemplada com um secador de pimenta, num projeto feito pela “Copterra”, custeado por uma atividade da Renova, de reparação, mas não fomos chamadas a conversar nesse ano. A parte informativa foi e está sendo o principal impacto, pelo menos no meu ver. Porque sabemos que temos direitos, mas como um prazo [prazo de fechamento do cadastro da Fundação Renova] determina se temos direito ou não? Isso não é lógico.^{FGV_ILD_073}

Conforme também demonstrou a FGV (2019a), ao longo dos anos em que opera o processo reparatório, as vozes das mulheres não vêm sendo ouvidas. Embora elas representem a quase metade das pessoas atingidas (49,3%), são apenas 39% das pessoas presentes no momento do cadastramento, contra 61% dos homens. “Em outras palavras, parcela considerável das mulheres atingidas teve a sua declaração feita por um homem e não por si mesma” (FGV, 2019a, p. 70). Além disso, o mesmo relatório demonstra que proporção muito semelhante entre homens e mulheres se encontra na composição da figura do “responsável familiar” e na distribuição da titularidade dos auxílios financeiros e indenizações, e critica o fato de a Fundação Renova não ter estabelecido “abordagens afirmativas capazes de ampliar a representatividade de mulheres no momento da entrevista” (FGV, 2019a, p. 71). Mais uma vez, essas ações impossibilitam a apreensão de danos específicos das realidades dessas mulheres e, portanto, uma reparação devida.

As mulheres relataram que mesmo quando são reconhecidas como atingidas, recebem um valor indenizatório menor que os valores destinados para homens, ainda que exerçam a mesma função econômica. Muitas falam sobre o constrangimento de serem entendidas pelo processo de reparação como dependentes dos seus companheiros e esposos, tendo o cadastro a eles atrelado e recebendo um valor inferior. Outras relatam dificuldade em explicar e convencer funcionários da Renova de que eram chefes de suas famílias. Na reparação em curso, de acordo com os relatos das mulheres atingidas, parece ser um pressuposto que a renda das famílias advenha necessariamente de um homem.

Estudiosa entrevistada para este relatório pondera que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres atingidas para conseguirem acesso à reparação parecem possuir fortes vínculos com os lugares de subordinação que a sociedade machista tem a elas destinado ao longo dos séculos. O processo reparatório, fruto dessa mesma sociedade,

acaba por reproduzir essa lógica que pressupõe para as mulheres um lugar de subalternidade social, o que repercute na inferiorização da sua renda e seu trabalho.

Eu falo em geral de mulheres, de corpos feminizados, porque eu acho que esse papel social de gênero tem muito a ver com uma construção social, cultural, política do lugar do que seria o feminino, que é um lugar de alteridade, que é um lugar de sujeição, de subalternidade, de opressão, um lugar diminuído a respeito do lugar do homem. (...) O trabalho da mulher dentro do sistema produtivo sempre foi considerado um trabalho secundário, nunca a mulher foi considerada substituta do homem, sempre é complementar ao homem. Sempre se pensou dentro da consolidação de uma família nuclear, no capitalismo e na sociedade moderna se pensa sempre em termos da família nuclear heteronormativa, homem e mulher, porque é um sistema que consolida a reprodução da vida e a reprodução da força de trabalho que é o elemento principal do sistema capitalista, sem força de trabalho o sistema capitalista não funciona. ^{FGV_ILE_025}

Outra das pesquisadoras entrevistadas problematiza: “(...) eu duvido que no plano de mitigação das empresas haja um programa específico para as mulheres. É pensado muito a família e o chefe de família. Não tem a preocupação com as mulheres”. ^{FGV_ILE_026}

Situações como as anteriormente relatadas, enfrentadas recorrentemente por mulheres de toda a bacia do Rio Doce, faz com que algumas atingidas classifiquem abertamente o sistema de reparação como um sistema patriarcal, que opera a partir de uma desigualdade preconcebida de gênero, o que se reflete no não reconhecimento de muitas mulheres como atingidas, no não entendimento das especificidades de seus danos e no acesso limitado a reparação. São muitas as narrativas que explicitam e denunciam essa questão, algumas delas a seguir elencadas:

N: Em Cachoeira Escura teve muita diferença de dinheiro. O homem recebeu mais que mulher, e no começo eles tavam fazendo só pra pescador, depois que veio e começou a aceitar as mulheres, mas começou agora. A gente só ficou sabendo das possibilidades depois de uma reunião que fizemos com vocês da FGV. Mas no começo eles falavam que iam aceitar só os pescadores, as mulheres não. Muito difícil essa desigualdade, para os homens em praticamente tudo o salário é maior. O engenheiro sempre vai ter salário maior que a engenheira. Se sair o dinheiro da reparação, eu acho que tem que ser igual pra todo mundo. Homem e mulher trabalham, ajudam dentro de casa. Tem que ser igual pra todo mundo. ^{FGV_ILV_045}

N: Pode colocar que a gente foi submetida a um modelo patriarcal no cadastro pois somente o homem teve reconhecimento. No meu caso, até hoje se meu marido não é reconhecido eu não existo pra eles. Isso porque meu negócio é diferente do dele, mas é uma luta para ser reconhecido, até hoje eu não consigo. ^{FGV_ILD_104}

N: Logo no começo, no início do processo de cadastro, a mulher foi muito fragilizada. No começo não queriam reconhecer a mulher, a mulher entrava como dependente do marido junto com os filhos. E essa luta foi a luta nossa junto com a Defensoria Pública, o Ministério Público

para fazer valer nossos direitos. Então no começo nós não tinha, a mulher não tinha, praticamente não tinha nem seu direito de voz. Eles só ouviam mais os homens. Mas nós lutamos muito junto com a Defensoria Pública e com o Ministério Público para dar voz à mulher. Aonde que nós tivemos nosso direito de reconhecimento que a mulher ela também trabalha e é independente. Porque eles só queriam reconhecer o homem, que só o homem trabalhava. Mas a mulher também tem seu trabalho. Ela é independente. Eu toda vida fui independente, nunca dependi do meu marido para eu poder ter o meu dinheiro. E eles queriam colocar a gente como dependente dos maridos.^{FGV_ILD_078}

N: Quando eu fui fazer minha entrevista eles perguntaram “E seu esposo?”. Eu falei que “Eu não tenho esposo, eu sou viúva, eu que sou a chefe de família, eu que cuido dos meus filhos, eu que cuido deles. E eles têm que receber também que eles trabalham, eles pescam e fazem as coisas deles também junto comigo”. Depois de muita luta, muita luta, perguntando sobre o marido, sobre o marido. Eu falei “Não tem marido, eu é que tenho que cuidar de tudo”.^{FGV_ILD_078}

N: Meu marido é pescador profissional, profissional assim, ele tem a carteira, o protocolo, tem tudo, né? Eu tenho minha carteirinha também de pescadora, só que ele paga o INPS, diferente de mim que eu tenho a carteira, mas não pago INPS (...) Conclusão: quando fizeram o cadastro do meu esposo, me colocaram como dependente do meu esposo. Sim, beleza, só que o negócio é o seguinte, não colocaram que eu pesco, não colocaram que eu faço artesanato. Não me perguntaram o que eu fazia, o que eu tinha de lucro dentro do Rio Doce.^{FGV_ILV_042}

Outras medidas reparatórias criticadas pelas mulheres atingidas remetem à indenização pecuniária aplicada na bacia desde 2020, conhecida como NOVEL — Sistema Indenizatório Simplificado. De acordo com as mulheres ouvidas, tal instrumento só reconhece danos declarados em um volume reduzido de atividades econômicas, o que é bastante crítico, como já demonstrou a FGV em diversos relatórios (FGV, 2021p, 2021o; 2022a). A pluriatividade é uma realidade na bacia do Rio Doce, o que pode conferir às pessoas diferentes possibilidades de renda e meios de subsistência, exigindo que sejam observados os impactos negativos a essas atividades e danos decorrentes. As mulheres atingidas ainda reclamaram que no NOVEL os valores indenizatórios são baixos e as pessoas atingidas muitas vezes ainda têm que arcar por conta própria com os custos de contratação de advogados para as representar.

N: Eles que impõem para gente uma categoria que muitas vezes não é categoria que você exerce. E se você tem 2 ou 3 categorias, você tem que escolher ou uma ou outra. Muitas vezes a categoria que vem no sistema não é a que você exerce mesmo na sua profissão. Eles não voltam atrás, tem que ser da forma que eles querem. E que seja o valor injusto, é sempre um valor inferior. Pescador informal R\$ 4 mil, desconta advogado – 20%, e o imposto de renda, tira 20 mil, 30 mil, 40 mil. Essa indenização, justa pelo que eles causaram?^{FGV_ILD_078}

A busca por reconhecimento de si e de sua comunidade no processo de reparação consome tempo destas mulheres, que em muitas ocasiões deixam de exercer outras atividades em seus lares ou trabalho para participarem de reuniões, de tratativas com advogados ou buscando atendimento nos centros da Fundação Renova em suas comunidades ou cidades vizinhas. A perda deste tempo de vida, de lazer, de trabalho gera desgaste emocional, social e financeiro para essas mulheres, que ainda se sentem frustradas por não terem retorno positivo a partir do investimento e engajamento na busca por direitos. Muitas continuam sem acessar a reparação e o acesso que conquistam para as demais pessoas de suas comunidades ainda é aquém da demanda apresentada.

N: No decorrer desses 6 anos, a gente, além de ser mulher, mãe, ter nossos afazeres, a gente teve que se levantar para ajudar a comunidade, porque estava se definhando. Então acaba sendo pressionada de ter que participar de várias reuniões cansativas, que comem seu tempo, pois você poderia estar na sua casa fazendo suas coisas, para ajudar a comunidade que você vive. Eu não nasci em Povoação, mas minha família tradicionalmente é daqui. Meu avô é um dos fundadores antigos da comunidade. A gente sempre teve envolvido com associação para trazer melhorias para a comunidade. Mas era aquela coisa mais tranquila, os problemas pareciam menores, depois do rompimento a gente teve que aprender a se virar e lidar com grandes empresas que não têm respeito com a gente, não reconhece, reconhece meia dúzia, muita gente não está sendo considerada impactada, sendo que o rio passa aqui do lado. É desgastante você sempre tem que estar falando, mas temos que fazer isso para ajudar pessoas que não têm essa voz e oportunidade.^{FGV_ILD_104}

Como assinalou uma pesquisadora consultada, sendo o tempo um recurso finito, investi-lo na procura pela reparação significa menos tempo para outras atividades, como as que geram renda e/ou cuidado para si e sua família. Na medida em que investem esse tempo, não garantem o esperado e não conseguem ser restituídas, estão sofrendo ainda mais danos. A “pobreza de tempo”, termo trabalhado por uma das pesquisadoras entrevistadas, já foi destacada no capítulo anterior desse relatório:

Como o tempo é finito, isso significa que a mulher tem menos tempo disponível para qualquer outra coisa, seja trabalhar, seja também estudar, se dedicar à vida pública, política, à vida social, ao próprio cuidado. Então essa é a ideia da pobreza do tempo.^{FGV_ILE_025}

Pesquisadoras e estudiosas consultadas^{FGV_ILE_025, FGV_ILE_027} também ponderam que a estrutura patriarcal sob a qual se vive e que consequentemente afeta a concepção e operacionalização da reparação pode ser uma das principais chaves de resposta para a reprodução do tratamento desigual para mulheres nesse processo. Elas indicam que a invisibilização e subalternização das mulheres é um problema de cunho social que

costuma ser repetida por instituições diversas, como empresas e Estado. Tais pesquisadoras se questionam sobre a conformação dos quadros de hierarquia dentro da Fundação Renova e das próprias empresas responsáveis pelo desastre. Ponderam que esses espaços tendem a reproduzir estruturas patriarcais com a maior parte dos cargos de chefia ocupados por homens, brancos, de elite, ou seja, pessoas que acumulam uma série de privilégios sociais por interseccionarem características que a sociedade premia com poder, na maior parte das vezes.

Soma-se a isso a figura do Estado, que deveria vigiar e promover a justiça para as pessoas atingidas, mas que também se conforma nas suas mais altas estruturas de poder por pessoas com o mesmo perfil. Diante do exposto, a “arquitetura de poder” deve ser observada como mecanismo que influencia a ineficiência da política reparatória, em especial com as mulheres.

Estudiosas entrevistadas para este relatório defendem:

Eu acho assim, além de uma decisão deliberada, é misógino, porque é uma sociedade profundamente misógina e devem ter sido homens que definiram quem cobrar esse auxílio, como cobrar esse auxílio, deve ser um auxílio que deve ter sido pensando em origem como reparação para as perdas econômicas associadas com o desastre e não pelas perdas dentro do lar, porque mais uma vez aparece essa hierarquia, a mulher só está vinculada com o lar. (...) ^{FGV_ILE_025}

Estado é sempre visto como um lugar branco e masculinizado. Se esse Estado está fazendo ouvidos moucos para a demanda das mulheres... eu consigo ver essa analogia. É uma violência de um Estado branco, masculinizado heterossexual. Personificando esse Estado, mesmo sabendo que ele não é homogêneo. Mas faço isso para radicalizar uma ideia. E ele comete essa violência porque ele não conhece o corpo feminino. ^{FGV_ILE_027}

A cientista política Flávia Biroli faz uma análise sobre a baixa participação das mulheres em cargos de poder, notadamente na política, e as estruturas que as relegam a espaços específicos. Com menos comando sobre a criação e aplicação de leis, políticas e ações, estas não respondem às necessidades dessas mesmas mulheres.

Embora não seja fácil estabelecer uma correspondência causal entre a responsabilização diferenciada de mulheres e homens pelo trabalho doméstico e sua baixa presença na política, é importante levar em conta que é nessas condições — que envolvem acesso diferenciado a tempo, a renda e a redes de contato e, por outro lado, custos maiores para perseguir uma carreira política (Miguel e Biroli, 2011, cap. 2) — que essa outra forma de desigualdade se define e se reproduz. No Brasil, a presença das mulheres na Câmara dos Deputados tem sido de no máximo 10% das cadeiras; considerando-se as Assembleias Estaduais esse percentual muda pouco, as mulheres foram 11,3% do total de parlamentares eleitos em 2014. Variáveis do próprio campo político devem ser também levadas em consideração, mas os estudos

que buscam explicações para as desigualdades de gênero nesse âmbito têm mostrado que as práticas e valores que sustentam uma divisão sexual do trabalho fundada em concepções convencionais do feminino e do masculino têm impacto na participação das mulheres em todos os âmbitos da sociedade e na política em particular (...) Menos presentes na esfera política, as mulheres têm menores condições de influenciar as decisões e a produção das normas que as afetam diretamente. Embora essa forma de exclusão não atinja apenas as mulheres, mas também boa parte dos homens — nesse sentido, o acesso às esferas políticas nas democracias contemporâneas mantém componentes censitários e raciais, ainda que isso não seja explícito —, a responsabilização diferenciada pelo trabalho doméstico e pelo cuidado das crianças e dos indivíduos mais vulneráveis impõem a elas obstáculos adicionais. Esse é um caso em que os filtros de classe (e os de raça) se combinam com aqueles que a divisão sexual do trabalho ativa, definindo obstáculos adicionais para a participação das mulheres mesmo dentro de um mesmo estrato socioeconômico (BIROLI, 2015, p. 96-97).

Pesquisadora entrevistada^{FGV_ILE_027}, ao ponderar sobre as formas de exclusão das mulheres no processo de reparação, afirma que as mulheres atingidas têm sofrido diversas violências tanto nos momentos em que se engajam na busca por seus direitos de reconhecimento como atingidas — e se frustram perante as políticas de reparação em curso — quanto nas demais esferas de suas vidas sociais que vão se deteriorando mediante as consequências do desastre. Diante de tais violências sistemáticas, pesquisadora consultada ressaltou que o caso poderia ser observado inclusive pela ótica da Lei Maria da Penha que visa proteger as mulheres de formas de violência doméstica e familiar, entre estas, violências psicológica, patrimonial, moral, física e sexual.

De acordo com os relatos das mulheres atingidas, algumas formas de violência são mais fáceis de serem percebidas, como a moral, psicológica e patrimonial. Como será demonstrado mais à frente neste relatório e como exposto em relatórios anteriores (FGV, 2019^a; 2021a), essas mulheres não estão livres de sofrerem as outras formas de violência, conforme demonstra o aumento dos níveis de problemas domésticos após o desastre. Dessa maneira, é possível afirmar que o processo de reparação tem gerado violências contra as mulheres. Viver em lugares impactados pelo desastre tem feito aflorar e tem exposto essas mulheres a mais situações de violência se comparado ao período anterior ao desastre. Estudiosas entrevistadas comentam:

Aí vou usar os termos da Maria da Penha, é uma violência patrimonial, psicológica, física. O Estado segue violentando essas mulheres que trabalham reprodutivamente o tempo todo e o mantêm, e ele não precisa se preocupar com um monte de coisa. Se a gente fosse fazer uma analogia, esse Estado mereceria nada menos que a Maria da Penha. É uma violência de gênero. Se elas não estão recebendo

auxílio ou estão recebendo menos, é violência. Se não estão sendo ouvidas.^{FGV_ILE_027}

Então pensando as conquistas que a gente tem... pensando em uma que se popularizou, e que é importante a gente marcar sempre, falando especificamente de violências, que é a Lei Maria da Penha de 2006. E só para tomarmos como exemplo a Lei Maria da Penha, considerar que ela é o resultado (por isso temos que celebrar muito) de séculos e décadas que a gente vem tentando argumentar que a violência é um problema público e não um dado que deve ser dimensionado dentro das relações privadas. (...) O que a gente observa nesses contextos é que o que ocorre é a suspensão desses direitos que já são fragilizados. Já falei sobre a Lei Maria da Penha e nessas situações que os direitos ficam em suspenso, por tudo ter sido desestruturado. Essas políticas nesse caso se mostram menos eficazes. Tanto a Maria da Penha, ou a dos feminicídios de 2016, ou a criação das delegacias da mulher. Temos que pensar que em contextos que envolvem sujeitos coletivos, e que muitos desses direitos, não só nesses contextos, mas também nesse contexto já se mostram frágeis, temos que pensar em alternativas que fortaleçam esses direitos.^{FGV_ILE_028}

Tais violências se aprofundam quando se trata de populações mais vulnerabilizadas, como as mulheres quilombolas que participaram das interações realizadas pela FGV. Como destacado ao longo de todo este documento, é necessário olhar atento às interseccionalidades, e mulheres negras, indígenas ou de comunidades tradicionais, como as quilombolas, são colocadas pelas estruturas patriarcais e racistas em lugares de maior fragilidade socioeconômica, mesmo sendo detentoras de direitos específicos. A FGV já tratou em relatórios anteriores (FGV, 2022b) sobre uma série de direitos que as legislações internacional e brasileira criaram como medidas protetivas a povos tradicionais e indígenas, como direitos territoriais, de autodeterminação, autorrepresentação, manutenção de suas formas próprias de organização social e produção e reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Ainda assim, o que se vê na prática é um processo de reparação que não se volta aos direitos desses povos e comunidades e nem de suas mulheres, como demonstram as narrativas seguintes citadas por mulheres quilombolas.

N: Mas até agora ninguém recebeu nada da nossa comunidade, nem os pescadores, nem as mulheres, nem os homens. Ninguém aqui foi reconhecido, nem o homem, nem a mulher, as informações só chegaram aqui no final do ano. A situação de lapu é a mesma do Quilombo Esperança.^{FGV_ILV_045}

N: Em relação à situação de como nós fomos reparados, eu acredito que pelo menos aqui, dentro da nossa comunidade, ninguém ainda foi contemplado. O único tio que foi contemplado mora em Santana, porque ele é artesão. Em 2019 eu fiz a minha inscrição na Renova, mas eu fiz como feirante, porque como todos aqui, que conhecem, sabem que eu fui criada na feira, juntamente com a minha mãe e todos os depoimentos que [nomes] deram é verídico. A minha mãe também parou de trabalhar na feira justamente por causa disso, porque a gente levava a nossa produção para a feira e quando chegava lá não tinha

para quem vender, então tinha que trazer novamente. (...) Eu peguei e dei entrada em 2019, e como eu entrei como feirante e como ambulante, eu entrei pelo PIM, então eu fui indeferida, porque falaram que, de acordo com o estudo que fizeram, o diagnóstico que fizeram no município, eu não fui atingida, o meu território não foi atingido. (...) Então agora que eu estou tendo que voltar para o advogado, para ele refazer o requerimento, ou até mesmo eu conseguir entrar no requerimento, porque até então eu não consegui ainda. Então assim, quando vocês falaram que iam fazer esse diagnóstico, eu me senti feliz, porque aí vai vir informação para nós. Porque às vezes a gente entra em uma situação, mas a gente não é tão informada para conseguir ser contemplado por aquilo que realmente somos merecedores. ^{FGV_ILD_076}

Figura 3 — Lavadeira



Fonte: Ilustração de Carolina Ribeiro (2022).

4.1.2 Sobrecarga doméstica e perda de rede de apoio

Diversos fatores têm contribuído para o aumento do trabalho das mulheres com o cuidado dos seus lares e de suas famílias, entre os quais pode-se destacar a interrupção das atividades laborais e de lazer pessoais, de seus companheiros e companheiras, filhos e filhas e demais pessoas com as quais convivem.

As mudanças bruscas impostas pelo desastre sobre os modos de vida trouxeram alterações na rotina das pessoas e famílias, resultando em mais tempo dedicado aos ambientes domésticos, como já documentado pela FGV em produtos anteriores (FGV, 2021p, 2022a). As mulheres, que socialmente são responsabilizadas pelo trabalho doméstico, sofreram o impacto da maior permanência de seus familiares nas residências, inclusive com familiares adoecendo física e emocionalmente durante estes anos pós chegada da lama.

Olivera, Podcameni, Lustosa e Graça (2021), ao analisarem a distribuição de tarefas domésticas por gênero, evidenciam a situação estrutural e estruturante de sobrecarga a que são submetidas as mulheres. A partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADCA) do IBGE (2020), as autoras elaboram um gráfico sobre a proporção de pessoas de 14 anos ou mais que realizaram afazeres domésticos no próprio domicílio, por sexo, condição no domicílio e tipo de afazer doméstico. Os dados demonstram que, quando homens e mulheres moram sozinhos, não existem diferenças muito destacáveis sobre os afazeres. Contudo,

a distribuição muda substancialmente quando se consideram os casais. As mulheres que têm cônjuge ou companheiro mantêm ou até aumentam a sua dedicação às tarefas domésticas enquanto os homens que têm cônjuge ou companheira, reduzem significativamente o tempo dispendido em preparo de alimentos, limpeza de roupas e limpeza de domicílio. Somente em pequenos reparos é que a carga das mulheres que vivem com homens é aliviada em apenas 0,9% (Gráfico 1). Assim, fica evidente como, a partir da conformação da família nuclear, aparecem os mencionados papéis de gênero e a desigualdades na distribuição de tarefas, gerando uma sobrecarga para as mulheres (OLIVERA; PODCAMENI; LUSTOSA; GRAÇA, 2021, p. 19).

A divisão sexual do trabalho leva homens a ocuparem espaços públicos e mulheres a esfera privada, tornando-se responsáveis por todo trabalho reprodutivo, como os serviços domésticos, o cuidado com a família e o zelo pelo lar (HERRERA, 2017). Importante apontar que a questão fundamental nessa divisão não é a atribuição de diferentes atividades em si, mas a desigualdade no valor dado a elas. Mesmo sendo trabalhos centrais, que dão a base, inclusive, para que trabalhos na esfera pública se desenrolem, os trabalhos domésticos são tratados como diminutos, menos importantes, não trabalhos. Se quem os desempenha percebe a dedicação e reconhece a exaustão dessas atividades, eles passam muitas vezes despercebidos por quem os recebe (BIROLI, 2018). Dessa forma, mesmo sendo um trabalho diretamente comprometido e fundamental para a vida humana, é desvalorizado socialmente. Carrasco intitula o trabalho doméstico como a “mão invisível” e descreve:

Os diferentes espaços, trabalhos e atividades que fazem parte dos processos de vida e reprodução não desfrutam do mesmo reconhecimento social, mas existe entre eles um componente hierárquico de valores, resultados de uma longa tradição patriarcal liberal. A partir de tal tradição tem se pretendido estabelecer a visão de uma sociedade dividida em duas esferas separadas com pouca inter-relação e baseadas em princípios antagônicos. Por um lado, a esfera pública (masculina), que estaria focada no que se considera social, político e econômico-mercantil e regida pelos critérios de êxito, poder, direitos de liberdade universais etc., e relacionada fundamentalmente com a satisfação do componente mais objetivo (o único reconhecido)

das necessidades humanas. Por outro, a esfera privada ou doméstica (feminina), que estaria focada no lar, baseada em laços afetivos e sentimentos, desprovida de qualquer ideia de participação social, política ou produtiva e relacionada diretamente com as necessidades subjetivas (sempre esquecidas) das pessoas. Nessa rígida dualidade, somente o mundo público desfruta de reconhecimento social. A atividade ou participação na denominada esfera privada, destinada socialmente às mulheres, fica relegada ao limbo do invisível, o que lhe nega toda possibilidade de valorização social (CARRASCO, 2003, p.16).

Mais uma vez, a crítica se fundamenta na desigualdade de valorização desses trabalhos. A reprodução social ou o trabalho doméstico possui valor de uso, e o trabalho produtivo realizado majoritariamente pelos homens porta um valor de troca, vinculado à produção de bens e mercadorias (HERRERA, 2017).

As mulheres atingidas que dialogaram com a FGV têm percebido o aumento de seus trabalhos nos lares, trabalho este não remunerado e que gera preocupações e desgastes físicos e mentais. Se em situações de suposta normalidade as mulheres já possuem, como demonstram os dados anteriores, maior sobrecarga dos afazeres domésticos e de cuidado com familiares, em contextos de eventos extremos como desastres essa situação se agrava sobremaneira e se soma às diversas preocupações com o futuro e com a saúde pessoal, familiar e de sua comunidade, como será trabalhado mais detalhadamente nas seções seguintes.

Estudiosa entrevistada para este relatório discorre sobre o excesso de trabalho a que estão submetidas essas mulheres:

É muito trabalho. Antes era o cotidiano. De repente elas precisam gerir o momento extraordinário, que é o momento atípico. E depois é reconstruir o mundo fazendo com que o extraordinário, aquele evento atípico, ele se torne minimamente cotidiano para que possam sobreviver. Então é literalmente aquele monte de lama em cima de seu cotidiano, e tentar fazer uma terraplenagem naquela lama, tentar sobreviver em cima dela. ^{FGV_ILE_027}

As narrativas a seguir demonstram tais questões:

N: Principalmente das mulheres, porque são elas que fazem a alimentação das casas na maioria das vezes. A preocupação é mais das mulheres. E também a base de produção de hortaliças também é feita pelas mulheres, as hortas são comandadas pelas mulheres. Acredito que essa preocupação é maior entre nós, porque nos apegamos mais a detalhes que passam despercebidos aos olhos dos homens. Essa questão do cuidado... A gente percebe que os homens levam essa situação mais tranquilamente, mas quem é mãe tem uma preocupação maior com filhos (...) Então a mulher de maneira geral tem uma preocupação maior. ^{FGV_ILD_073}

N: Eu acho que teve sim aumento de serviço, porque os homens não saem mais pra pescar, e aí fica mais sujeira, mais bagunça. Com meus irmãos e meus pais dentro de casa sobra tudo pra nós. Mais homem dentro de casa, mais serviço. E também não tá tendo como plantar.^{FGV_ILV_045}

N: Tô dando mais apoio, cuidando do meu esposo, meu esposo andou dando desmaio também, depois que veio desse serviço aí. Meu esposo realmente não está bem de saúde. Incrível que ele deu dois desmaios, já fiz exame de coração, exame da barriga. E os médicos não sabe o motivo da dor e dos desmaios. Desmaia e quando acorda tá dentro do hospital. Tem sido muito gasto em medicamento. De todas as formas esse dano no Rio Doce está nos prejudicando. De todas as formas que você imaginar. É na saúde, é em tudo.^{FGV_ILV_042}

N: Eu também aumentei os cuidados e gastos com o meu marido. É de fundo emocional. Já tinha problema, ao ficar assim, só acrescenta.^{FGV_ILV_042}

O cuidado com a família também está envolvido nas atividades de reprodução social destinadas às mulheres. Os trabalhos de cuidado envolvem serviços realizados no ambiente doméstico como a provisão da alimentação, o acompanhamento na educação dos filhos e filhas, o cuidado com as pessoas idosas, parentes com problemas de saúde, entre outros. Esses cuidados do dia a dia demandam interação, vínculo afetivo e um enorme gasto energético pelo modo contínuo em que ocorrem. Para Glenn (1992, p. 1), o trabalho de cuidado é “um conjunto de atividades e relações envolvidas em manter pessoas, tanto no plano do dia a dia quanto intergeracionalmente”.

Flávia Biroli (2018), pesquisadora e autora do livro *Gêneros e desigualdades: limites da democracia no Brasil*, destaca que as relações de cuidado se apresentam num contexto feminino não por mulheres possuírem uma disposição natural mais elevada para cuidar das outras pessoas, e sim por uma trama de relações sociais de poder em que mulheres foram posicionadas no lugar de cuidadoras. A autora explica que há uma expectativa que se difunde desde a infância para que as mulheres preencham esse papel.

De acordo com estudiosa entrevistada^{FGV_ILE_025}, é preocupante que o tempo dispendido pelas mulheres com o cuidado e todas as outras responsabilidades domésticas para suas famílias e comunidade ao entorno não seja considerado um trabalho remunerado, não recebendo reconhecimento por parte do Estado ou das ações de reparação nos territórios atingidos. Afinal, o aumento da sobrecarga doméstica dessas mulheres, relatado recorrentemente em interações realizadas pela FGV, é um dos danos decorrentes do desastre e deveria ser endereçado pelo processo de reparação, que se vale, mesmo que indiretamente, do trabalho dessas mulheres para se abster de suas responsabilidades. Pesquisadora entrevistada fala sobre essa temática:

Assim como já até virou meme, “o que você chama de amor é trabalho não pago”. Se a gente pensar que em um momento de reparação se desconsiderou a mulher, em vários momentos. Tanto restituição financeira, com o testemunho, da narrativa, da fala, o adoecimento que não é legitimado. (...) Primeiro a mulher cuida do cotidiano, depois do extraordinário e depois da gestão do desastre. Ela não saiu da linha do cuidado. Antes não se cuidava, porque o cuidado era amor. Romantizado. O que você chama de amor eu chamo de trabalho não pago. Na verdade, apenas mudou de nome para desastre. Ela continua no trabalho reprodutivo. No trabalho que não é pago pelo Estado, e nem pelas organizações. E não é valorizado pelas organizações, mesmo trabalhando fora. Quando ela fica em casa ela não é remunerada para cuidar dos filhos, fazer o almoço para o marido ir para a fábrica. Sendo que isso tira um peso das costas do Estado. A mulher vai cuidar da saúde da sua família, as pessoas vão para a escola, ficam menos doentes, ela vai cuidar da roupa do marido. Imagina se não tivesse essa mulher, que inclusive trabalha fora, o que o Estado ia ter de problemas na saúde, alimentação, gestão das violências todas. (...) Passou isso tudo, ela continua tendo para o Estado a mesma função importante do trabalho reprodutivo. Se não pagamos ela antes, não a reconhecemos, e fingimos que isso foi amor, e nomeamos de amor, vamos fazer agora também. Com ou sem desastre. A mulher faz parte do trabalho restaurativo, da reconfiguração do doméstico, do cotidiano. Ela fez isso enquanto tinha o rio, ela vai continuar fazendo na lama.^{FGV_IJE_027}

Empenhadas nas tarefas de prover o bem-estar dos seus lares, as mulheres se responsabilizam e são responsabilizadas por uma série de trabalhos com a função de manter aqueles ao seu redor com qualidade de vida. Neste processo, tornam-se especialistas em alguns tipos de atividade, sem que isso seja notado como um trabalho e devidamente retribuído financeiramente, seja pelo Estado, seja pela política de reparação. Trata-se de uma estrutura que naturaliza o trabalho doméstico imbuído às mulheres, não remunerado e desvalorizado. Tudo isso colabora para que elas tenham maiores dificuldades de se engajarem em atividades políticas/sociais para reivindicação de seus direitos, como pontuado anteriormente, além de contribuir para diversos cenários de vulnerabilização e situações de violência.

Pesquisadora entrevistada para este relatório discorre sobre as questões de cuidado e seu não reconhecimento econômico:

É muito impressionante como essa tarefa de cuidado é lida como uma coisa feminizada e que não tem reconhecimento, não tem reconhecimento econômico, você não recebe nada, e não tem reconhecimento social, você nem sequer é considerada trabalhadora. (...) Como nós vamos construir a rede de mulheres organizadas se nem sequer temos nenhum auxílio público político para cuidados e temos que passar o dia inteiro cuidando de crianças, cuidando de maridos, cuidando de idosos, de doentes da família, indo buscar a água.^{FGV_IJE_025}

De acordo com Lima e Queiroz (2019), a invisibilização do trabalho da mulher tem efeitos perversos em suas vidas, individual e coletivamente. Por receberem menor reconhecimento por suas atividades, essas mulheres estarão em situações sociais que lhes renegam poder, estreitam acesso a recursos e as expõem a vulnerabilidades.

A invisibilidade do trabalho das mulheres possui efeitos que tocam em sua saúde e aprofundam desigualdades de poder e de acesso a recursos. Quando começa sua jornada de trabalho e quando ela termina? A difícil equação entre cuidado e trabalho, entre o doméstico e o público, trazem desafios para a demarcação de quando o trabalho da mulher começa e acaba. (...) Quando fazemos essa reflexão sobre os espaços de poder e de tomada de decisão, os efeitos da invisibilidade perseveram. A mulher, deslegitimada em sua produção e em seu trabalho reprodutivo, é constantemente privada das ações de poder dentro e fora de casa (LIMA; QUEIROZ, 2019, p. 36 e 37).

Além do trabalho em seus lares, as mulheres atingidas destacaram que ainda se encarregam por demandas de suas comunidades. Essas mulheres estão frequentemente envolvidas no cuidado com vizinhos e outras pessoas de seu convívio próximo, um comportamento que tende mais ao coletivismo, constantemente engajado na tarefa de cuidar do outro.

Empenhadas na tarefa de promover o bem-estar em suas casas e em sua rede de vizinhança, as mulheres atingidas têm sentido o cansaço que este trabalho traz, maximizado pela situação de sofrimento social em que elas e sua rede de sociabilidade vivem devido ao desastre.

N: A gente, na minha idade, já aprendeu que não dá mais para individualizar a minha família. A gente acaba se envolvendo e tendo que fazer alguma coisa, uma hora é pro asilo, outra hora é um vizinho. Nós, na nossa rua, temos perdido pessoas, não é de Covid, tem morrido pessoas novas. Eu tenho uma vizinha que deu câncer. Nós acabamos abarcando. Temos uma inquilina do meu irmão. Tudo é difícil, tudo piorou. Na nossa rua, olhamos os que aqui mora, participamos da comissão dos atingidos. Buscar algumas sugestões para minimizar essas dores. Começa em casa e vai se estendo, mas com muito pouco retorno. ^{FGV_ILV_042}

N: Eu acho assim que de maneira geral o que nos desanima na questão desses trabalhos extras é que o cansaço bate. Muitas mulheres aqui têm as atividades com os filhos, costumavam sair com os filhos, atividade de custo baixo de ir na praia, ir no rio, uma atividade mais tranquila. E tanto pelo excesso de trabalho do impacto acabou que inviabilizou isso. ^{FGV_ILD_073}

Essa rede de sociabilidade, então, é parte da vida dessas mulheres, e se desenrola não somente pelo cuidado de familiares e comunidade, mas também por meio das atividades econômicas que essas mulheres praticavam antes do desastre. Associações de mulheres conformam-se, para além de um sentido puramente econômico, de produção

material, em uma rede de afetos. São muitas vezes espaços em que essas mulheres se reconhecem como sujeitos, o que interfere diretamente em sua saúde física e mental^{FGV_ILE_026}. Pesquisadora entrevistada^{FGV_ILE_026} fala que esses são também espaços de formação e aprendizado dessas mulheres, de valorização de seus saberes, tema que será aprofundado na seção 4.3. Outra das pesquisadoras comenta que, por estarem mais na vida pública, homens tendem a ter mais lugares de sociabilidade que mulheres, como bares, jogos etc. As estratégias associativistas, então, seriam um importante espaço de sociabilidade feminina^{FGV_ILE_028}.

O desastre, ao mesmo tempo que demanda das mulheres maior cuidado para com seus pares, que também são parte de sua rede, arrefece laços associativos entre mulheres e suas redes econômicas e familiares. Esses laços contribuam para suas trocas de aprendizados e carga mental, seu lazer, seu descanso e também suas redes de projetos econômicos. A essas mulheres cabe mais trabalho não remunerado e menos tempo de trocas de ideias, saberes e possibilidades de geração de renda.

N: O natal para nós, hoje em dia, tem uma mudança de antigamente. Porque os familiar da gente não tinha muito receio de passar o final de ano na nossa casa. Depois do que passou a barragem do Rio Doce, nossos familiar ficou com receio de tá com a gente na nossa casa devido à água. Os familiares, amigos se afastou um pouco da nossa casa.^{FGV_ILV_044}

N: Eu lutei muito pelo rio que eu fui lavadeira de roupa dezessete anos, baseei tudo, levava no rio e lavava. Hoje nós não mexe mais com água do rio. Lavava tudo era no rio. Lavava para fora, bastante roupa mesmo. De muitas pessoas. Eu ia com minhas filhas, e minhas comadre. Na nossa comunidade, tudo nós quase mexia mais era com o rio. Com muita roupa, a gente lavava tudo e ia pro rio. As vizinhas, as que tinha, igual eu tinha minha filha, levava. A gente falava “Vamo no rio, gente?” e já descia aquela turma de mulheres para lavar roupa. Era bem divertido. A gente ganhava pouco, mas era divertido. Algumas crianças tava brincando dentro do rio, era aquela confusão, mas era bom. Era divertido essas coisas. Eu, pelo menos, pegava a barrigada de boi, fazia, aí eu punha abacate. Eu mesma fazia o sabão em casa, que eu não tinha dinheiro para comprar a soda, aí eu adequava. Punha a cinza, punha água, ia pingando, aí fazia o sabão. Pois no sebo, quando ele dava um ponto, para inteirar mais um pouco já vinha com o abacate para render mais um pouco. É que nós mora no assentamento, a gente ia para o rio. Nessa época não tinha nem cisterna nem nada. Nós buscava água na rua, lá no Pingo D’água. Nós buscava para beber. Três quilômetros que nós ia.^{FGV_ILV_044}

N: Faz dezesseis anos que a nossa associação trabalha com o PNAI [Programa Nacional de Alimentação Escolar], com o PAA [Programa de Aquisição de Alimentos]. Então para nós foi muito difícil, como é difícil até hoje. Agora que a gente tá com expectativa melhor, próximo ano, porque conseguimos captar um recurso. E esse recurso, nosso projeto foi aprovado, a gente vai fazer um poço artesiano com estufa. A gente não conseguiu mais fazer as mudas, a gente teve que comprar. A gente comprava as mudas fora, a coisa mais difícil que tem é fazer muda, berçário exige uma água muito boa. A gente comprava.

Comprava duas mil, três mil mudas e não conseguia recuperar nem mil. É melhor ter a Emater que acompanha a gente. A gente continua fazendo, eles estão orientando a gente. Vamos tirar água de outro lugar para a horta. Hoje tá longe de chegar onde a gente era antes do desastre. Mas a gente ainda tá lutando. A gente não pode parar, porque nós já temos uma direção pro que a gente produz. Se a gente parar, a gente sai fora do mercado. E aí, como vai ser? A gente teve que diminuir as vendas, rejeitar várias propostas de venda. Hoje a gente tá limitado. Nossa associação é vinte mulheres. Aliás, hoje estamos em quinze, porque um bocado teve que sair e buscar trabalho fora. As meninas mais novas teve que trabalhar fora. A gente que tá mais velha, também a gente tem a experiência, se a gente sair e deixar, vai fracassar. As meninas mais novas tiveram que sair para trabalhar. Hoje estamos em quinze e se não melhorar, a tendência é cair mais. Foi, está sendo difícil para gente. Muito difícil. ^{FGV_ILV_044}

Além disso, com a completa desestabilização do cotidiano e o arrefecimento de redes de apoio ocasionadas pelo desastre, emergiram situações e demandas fora da experiência de vida conhecida pelas mulheres, comprometendo assim a forma como elas se organizavam em rotina.

N: A questão do aumento da jornada de trabalho acaba atrapalhando a relação entre mães e filhos, porque acabamos tendo um tempo reduzido pra nos dedicarmos a eles. Essa relação, acaba diminuindo o contato. Acabamos deixando, não queria usar essa palavra, mas deixando meio que de lado pra se dedicar ao trabalho porque é uma necessidade imediata. ^{FGV_ILD_073}

Segundo Carrasco (2003), podemos estabelecer as seguintes categorias para o uso do tempo para pessoas em idade ativa: o tempo para necessidades pessoais, o tempo de trabalho de mercado, o tempo de trabalho doméstico e o tempo do ócio. A autora explica que cada um desses tempos apresenta características próprias e distintos graus de flexibilidade ou possibilidade de substituição. O tempo do trabalho doméstico ou reprodutivo, como já mencionado, abarca os afazeres domésticos, o cuidado do lar e o cuidado com a família. O tempo das atividades pessoais inclui dormir, comer, atividades de higiene pessoal etc. O trabalho remunerado envolve as formas de obtenção de renda, e o tempo de ócio, a realização de atividades de lazer, ou em alguns casos atividades para o desenvolvimento pessoal. Os dois tempos que possuem menos flexibilidade são o tempo de trabalho doméstico e o tempo de trabalho remunerado.

Dessa forma, quando há um desordenamento do cotidiano, como ocorreu no caso do rompimento da Barragem de Fundão, abre-se uma situação imperativa em que as mulheres são sobrecarregadas pelo aumento das atividades domésticas e de cuidado, perdem autonomia por terem seus trabalhos produtivos menos valorizados, são as primeiras que perdem suas ocupações ou aumentam o tempo gasto com o trabalho de mercado para o complemento da renda para a família, e por consequência acabam por

abrir mão do tempo de ócio e até do tempo dedicado às necessidades pessoais e de cuidado de si.

A habitual rigidez determinada pelos tempos dedicados a trabalho de mercado somada às necessidades de tempos de cuidado resulta em que, em geral, as mulheres intensifiquem notavelmente seu tempo de trabalho total e reduzam seu tempo de ócio, utilizável como variável de ajuste, e em casos extremos, reduzam também o tempo dedicado a satisfazer suas necessidades pessoais, situação que se converte em limite para as famílias monoparentais, particularmente para as de baixa renda (CARRASCO, 2003, p. 38).

O contexto se torna particularmente grave quando se trata de diminuição do cuidado de si, e perda de tempos de descanso, pois como tratado na seção 4.2 essa escassez de tempo reflete no adoecimento físico, emocional e psicológico.

N: Eu ganhei mais 10 filhos, para além dos pescadores idosos que estão sempre me perguntando “o que eu vou fazer agora?” (...) E a gente tem que ter muito jogo de cintura para lidar com tudo isso. Às vezes fica com psicológico abalado com tudo isso. Só de vocês me ouvi já ajuda. As pessoas nunca perguntou como a gente tá, o que estamos sentindo, eles não sabem quais são nossas necessidade como mãe, atingida e mulher. Pra nós não é fácil largar uma família, uma casa (...).^{FGV_ILD_123}

4.1.3 Alimentação

Uma face do trabalho doméstico que fica, sob a legitimação social, a carga das mulheres muitas vezes é a alimentação. São as mulheres as principais responsáveis por gerir os alimentos de seus lares e preparar refeições para toda a família. Por estarem imbuídas desta função, as mulheres acompanham de muito perto a economia doméstica e toda a sorte de recursos que entram em seus lares.

Essas mulheres relatam, nos diversos territórios atingidos, que comidas que antes do desastre eram fartas em suas mesas agora se tornaram escassas, como o peixe, mariscos e até mesmo verduras. As pessoas atingidas ainda possuem medo de contaminação por estes alimentos, o que faz com que as mulheres não os preparem mais para si e suas famílias.

N: Quando eu boto um peixe na mesa eu já fico pensando, e não é em mim não gente, é na minha geração, meus netos. Porque realmente está tudo contaminado e é metal pesado mesmo.^{FGV_ILD_076}

N: E pra dizer que caranguejo parece que é mais frágil, acabou o nosso caranguejo, acabou o nosso manguezal. Eu fui criada com marisco, com frutos do mar.^{FGV_ILD_076}

Aliado a esse cenário de escassez de alguns alimentos, antes com preços acessíveis ou produzidos pelas famílias e muitas vezes coletados nos rios e mares, muitas famílias têm vivido com uma dieta nutricional mais pobre do que a que possuíam anteriormente. Foi citado pelas mulheres atingidas que devido à diminuição do consumo do peixe por medo da contaminação, as compras ficaram muito caras, sobretudo quando envolvem aquisição de carne bovina ou de peixe. A dificuldade financeira para adquirir essa carne faz com que as mulheres optem por adquirir ovos, fonte de proteína animal que está acessível para a renda daquelas famílias.

Outras mulheres indicaram ainda que, após o desastre, têm trocado alimentos naturais por ultraprocessados e dependido mais dos alimentos comprados no supermercado. Segundo Andrade (2014), situações como essa acabam por reduzir a variedade nutricional e abrir espaço para o maior consumo de carboidratos e gorduras. De acordo com essa mesma autora, esse tipo de substituição na alimentação de comunidades rurais representa uma piora na reprodução alimentar e uma tendência à deterioração das condições de vida das famílias. Como comenta Costa (2009), esse tipo de produto é caracterizado pelo excesso de conservantes, corantes, acidulantes e demais aditivos, e há quem questione se podem ser considerados produtos “alimentícios”. Nas palavras da autora, eles “funcionam, na verdade, como antinutrientes, inibindo a assimilação de elementos nutritivos importantes, como aminoácidos e minerais” (COSTA, 2009, p. 1). A necessidade de realizar esse tipo de substituição na alimentação de suas famílias foi citada por mulheres atingidas com tom de preocupação em relação ao futuro.

Algumas das mulheres escutadas pela FGV ainda relataram que têm precisado cada vez mais da ajuda de amigos, instituições e também do Estado para o provimento de cestas básicas para conseguirem alimentar suas famílias.

N: Fica, hoje tem que comprar carne. Eu vou ser clara com vocês, o que salva a gente é ovo. Tem que comer ovo, fazer o quê? Hoje não tinha mais peixe para colocar na mesa dos nossos filhos. FGV_ILD_078

N: Nós mulheres temos um ditado nas comunidades, passa fome nas comunidades ribeirinhas quem tem preguiça. As mulheres que vive da pesca junto com seus maridos, elas própria vai ali pega um peixe de pindaíba, pega um siri, vai na coroa e traz sua alimentação para casa. Hoje fica complicado dar alimentação para gente. Antes a mulher entrava dentro do mangue e pegava o caranguejo com facilidade. Hoje é difícil até para o homem ir lá pegar. A carne tá um absurdo, ninguém consegue comer. Desisti de comprar porque o preço tá lá em cima. A realidade é essa. Toda aquela fartura que a gente tinha, hoje não tem mais. Você vai comprar um peixe que antes tava 5 a 7 reais o quilo, tainha, camboá. Hoje a camboá tá 20 a 25 reais o quilo. FGV_ILD_078

N: Igual eu que tenho muitos filhos. Hoje troquemos o peixe, o caranguejo, a ostra, o siri. Hoje o caranguejo dá dor de barriga. E não tem aquele gosto que nem era. Porque agora tá contaminado. Além de

não encontrar, quando encontrar tem medo de dar. É muitos filhos. Não tem como a gente sobreviver disso. Troquemos o peixe, o caranguejo, a ostra, o siri por supermercado por ovo, salsicha, carne. Carne, uma vez que a gente compra, que é muito filho. Tem vez que a gente vai embora para casa e não tem nem o que comer. Eu compro uma cesta básica para eles, e ganha cesta básica dos amigos e da cesta social. Isso é muito difícil. Nunca precisamos da doação de cesta básica, e hoje é isso que está existindo. Troca peixe por supermercado. Hoje é tudo eucaristia.^{FGV_ILD_078}

De acordo com estudiosa entrevistada, situações como estas de vulnerabilização social e de insegurança alimentar recaem sobre as mulheres como uma preocupação a mais, que lhes gera angústia, podendo ser fonte de sofrimento social e adoecimento emocional. Deve-se aqui ter em conta mais uma vez que o trabalho reprodutivo que diz respeito à alimentação é protagonizado por mulheres — ainda que ele não seja remunerado ou reconhecido pela sociedade (MELO; CASTILHO, 2009), e que a responsabilidade para com esse assunto se mostra uma preocupação das mulheres atingidas pelo desastre. A fala de uma pesquisadora entrevistada ilustra esse ponto:

Por que as mulheres são as principais defensoras da água? É porque a mulher tem algum vínculo com a água? Não, é porque a mulher é a principal responsável da água, sabe o que significa não ter água potável para produzir alimentos para a família, sabe o que significa ter que gastar duas horas a mais, porque para conseguir água tem que caminhar até lá em cima do rio, porque a água aqui embaixo está toda contaminada, é a experiência material que nos leva a esse conhecimento.^{FGV_ILE_025}

É importante ainda considerar que, de acordo com a mais recente Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, famílias que possuem mulheres como a principal provedora no orçamento têm maior risco de insegurança alimentar. Essa situação se complica ainda mais quando essas casas são chefiadas por mulheres negras. Isso porque, de acordo com as hierarquias sociais e desigualdades colocadas, como a remuneração do trabalho, as mulheres estão na base da pirâmide social e são mais constantemente colocadas em situação de vulnerabilização. A sociedade brasileira, baseada em heranças do sistema escravagista que perdura por séculos, encontra na população negra até os dias atuais os piores índices de vulnerabilidade, o que se reflete em menor escolaridade, piores trabalhos e menor renda. Quando esses fatores sociais são interseccionados para o caso das mulheres negras, que sofrem socialmente as discriminações por serem mulheres e negras, as situações de vulnerabilização se agravam. Estudiosa consultada comenta:

E o efeito disso sobre os níveis de adoecimento mental das mulheres, porque a fome, “ah, a fome afeta todo mundo”, a responsável pela

soberania alimentar é a mulher, é na cabeça da mulher que recai. O homem fica desesperado quando perde o emprego, isso é uma realidade, entra em depressão, mas a mulher é muito mais, porque a mulher sequer tem essa possibilidade de sair, conseguir um emprego e garantir, né?^{FGV_ILE_025}

Como destacado em estudo realizado pelo CEPAL (2019), insegurança alimentar e desnutrição aumentam a incidência de doenças e outras questões que, além de gerarem riscos à saúde, incidem na sobrecarga do trabalho das mulheres. Elas são as principais responsáveis pelo abastecimento de água doméstico, energia para cozinha e aquecimento. São intensamente afetadas pela seca, demais intermitências hídricas e consequências do desmatamento e outros tipos de degradação ambiental, como as ocorridas por conta de rompimento de Fundão (OLIVEIRA; PODCAMENI; LUSTOSA; GRAÇA, 2021).

Após as análises aqui realizadas sobre os problemas no reconhecimento da mulher como atingida por parte do processo de reparação em curso, sua perda de autonomia financeira, sobrecarga doméstica, arrefecimento de rede de apoio e consequências para sua alimentação e de suas famílias, a seção a seguir abordará mais profundamente questões relacionadas com brigas, desunião, violência doméstica e saúde das mulheres da bacia do Rio Doce.

Figura 4 — Fartura



Fonte: Ilustração de Carolina Ribeiro (2022).

4.2 Relações sociais, violência e saúde

O rompimento da Barragem de Fundão, compreendido como um “acontecimento coletivo trágico” que acarretou perdas e danos de forma abrupta e involuntária na vida das pessoas, vem desorganizando em diversos níveis as rotinas e modos de vida (ZHOURI et al., 2016) das mulheres.

Como exposto na seção anterior, o desastre comprometeu a renda, as atividades produtivas e de trabalho remunerado nos territórios, bem como os afazeres reprodutivos ligados à manutenção dos lares e ao cuidado com familiares e comunidade. Ademais, o processo de reparação empreendido perpetuou e agravou quadros de desigualdade de gênero ligados, por exemplo, ao acesso das mulheres aos programas AFE, PIM e mais recentemente ao Sistema de Indenização Simplificado (Novel), impactando em sua autonomia financeira e em suas condições materiais de vida.

Todos os aspectos já trabalhados, somados à perda de espaços de lazer, sociabilidades e contato com a natureza, falta de critérios claros quanto ao recebimento de

indenizações e auxílios nos círculos de convivência das mulheres, aumento do consumo de drogas lícitas e ilícitas nas comunidades e receio acerca da contaminação, comprometem também, de forma significativa, as redes de relações sociais e a saúde das mulheres. Tais cenários têm impulsionado o agravamento de quadros de vulnerabilidade social preexistentes bem como a exposição de atingidas a novas situações de risco relacionadas com a intensificação de conflitos e de violências e a adoecimentos físicos e mentais.

Esta seção tem o objetivo de aprofundar as análises sobre as mudanças nas redes de relações sociais das mulheres e a fragilização de vínculos comunitários e familiares, refletindo sobre suas implicações no aumento de vulnerabilização social e no risco de violência doméstica. Além disso, visa abordar os quadros de adoecimentos físicos e mentais de mulheres ao longo da bacia do Rio Doce, uma vez que, conforme literatura e pesquisadoras da temática, as mulheres tendem a sofrer de forma mais intensa os reflexos dos desastres em relação à saúde (FGV, 2019a; SIENA, 2009; SIENA; VALÊNCIO, 2009; OPS, 2002). Para tal, o conteúdo apresentado organiza-se por meio de dois subitens: i) Brigas, desuniões e violência doméstica e ii) Saúde.

4.2.1 Brigas, desuniões e violência doméstica

As interações realizadas em campo pela FGV evidenciaram profundas alterações nas redes de relações sociais das pessoas atingidas ao longo da bacia do Rio Doce. Tais mudanças foram também evidenciadas em oficinas e rodas de conversa organizadas exclusivamente com mulheres de diferentes municípios dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, repercutindo de forma específica em suas vidas.

De acordo com Rosa (2019), em pesquisa sobre os impactos do rompimento da Barragem de Fundão na vida das mulheres no município de Mariana (MG), o território possui papel importante para a constituição de vínculos sociais e para a construção subjetiva das mulheres, sendo espaços vividos que conformam suas histórias e identidades, onde são construídas e alimentadas suas relações e redes de apoio. Esses espaços propiciavam uma vida social ativa para muitas delas por meio da convivência em atividades de lazer, trabalho, religião, associações e demais grupos sociais. Os danos ambientais causados pelo desastre no Rio Doce e afluentes, nas regiões estuarina e costeira do Espírito Santo e em todo o ecossistema, geraram efeitos em cadeia nas relações estabelecidas pelas pessoas com essas localidades e, conseqüentemente, em suas relações entre si.

N: Nós antes, no tempo passado, vinha muita gente de fora, meus parente, minhas tia, meus primo. Vinham tudo de fora os parentes da gente. A gente fazia aquela caranguejada, ia na praia tomava banho, ia no rio. A gente mesmo ia lá e pegava e chegava toda molhada e ia cozinhar os caranguejos para eles. A gente comia bastante caranguejo. Era muito bom a vida antes. Levava para casa deles quando eles ia embora. Mas hoje, depois desse rompimento para cá, nem aqui mais os parente não vem. Nunca mais: eu tive distância de filho, de primo, meus irmãos, tia. Ninguém vem mais hoje, acabou aquela farrinha que nós tinha antigamente. (...) Hoje nem os parentes não vem nas casa da gente, porque sabe que está contaminado.^{FGV_ILD_078}

N: Eu moro no Pontal há muitos anos, minha mãe é uma das primeiras moradoras, aí em um dado momento fui estudar. (...) Depois retornei casada com duas filhas, e nesse momento que voltei tinha muita vida no Pontal, social e bem interativa entre os moradores. Principalmente no grupo das crianças, tinha mães engajadas, projetos sociais. Eu sempre ajudei nessas questões sociais, na escola, associações de moradores. Era uma vida bem mais tranquila, a gente tinha um número de turista bem maior. O turista que vinha e deixava dinheiro era o mineiro, vinha o ano inteiro. Naquele tempo eu tinha um barzinho, *lan house* e pousada. Era muito mais movimentação, as pessoas interagiam mais entre si. Era bem mais leve do que é hoje, com o passar dos anos dos impactos, os atritos foram crescendo.^{FGV_ILD_104}

N: Antes da chegada da lama existiam muitas confraternizações das comunidades. Os festejos, a família do meu ex-marido recebia os festejos em suas casas, eram os festeiros. Com a chegada da lama houve um abalo muito grande no encontro entre as comunidades, que era quase a nossa Disneylândia, né? A partir daqui a gente fazia outros momentos [de encontro] em outras comunidades, em outros quilombos. A gente fazia encontros de final de ano, de primeiro de janeiro, tinha uma agenda bem extensa ao longo do ano, e isso enfraqueceu muito. A pessoa que era responsável pela festa de um ano já passava o bastão pro outro. Aí a outra família já ia pensando o que fazer, o congo, o Ticumbi, as apresentações na frente das igrejas... Era uma coisa nossa, das comunidades, que agradava os turistas, mas era nossa, e eu sinto muita falta desse ambiente de encontro, de confraternização que a gente tinha. Do Natal pra frente já começava [os encontros nas festas coletivas]. No meu trabalho eu sinto e muito. Eu tava com as famílias que chegavam de Brasília, Linhares, me procuravam pra entregar as coisas [as encomendas de comida], e hoje modificou muito, adocece.^{FGV_ILD_073}

Como abordado na seção anterior, as redes de relações estabelecidas pelas mulheres evidenciam o vínculo afetivo de estar no coletivo, propiciando trocas, momentos de prazer e lazer^{FGV_ILE_026}. Segundo Rosa (2019), as redes de convívio social constituídas pelas atingidas em Mariana (MG) eram fundamentais também no âmbito do trabalho, possibilitando a venda e troca de itens produzidos, além do suporte social para as atividades de cuidado de crianças e de pessoas idosas e adoentadas, como já destacado na seção anterior. Além de os danos ambientais modificarem de forma intensa a vida social das mulheres e sua relação com o território, a forma como tem sido conduzido o processo de reparação e a falta de clareza sobre os critérios quanto ao

recebimento de indenizações têm criado cisões diversas entre as pessoas, gerando a fragilização e a desestruturação das redes sociais dessas mulheres.

N: O desastre chegou aqui em Povoação dia 20 de novembro, quando chegou muita coisa mudou, tenho quase uma vida inteira na luta, os impactos, além do ambiental, foi os laços comunitários, não afetou só a renda e modo de vida, mas afetou de forma drástica esses: os laços afetivos. A gente tinha hábito de sentar nas calçadas e tocar violão, cumprimentar uns aos outros. Após o desastre tudo isso se rompeu, os muros estão cada vez mais altos, o assunto na rua é quanto você recebeu, porque ele recebeu e eu não, quando que vai sair o dinheiro. Aqueles laços que a gente perdeu de uma forma irreversível e a gente se vê perdido dentro da comunidade, a gente teve que aprender a lidar com muita coisa, teve que se reinventar. De uma forma que a gente tem que provar para as mineradoras quem nós somos, e assim perdemos nossa identidade, nossa vida própria, perdeu tudo. É um sentimento muito ruim, precisamos gritar pra mostrar quem eu sou, mostrar que a gente existe. Não foi nós que provocamos nada, a gente só quer uma forma digna de reconhecimento, é um sentimento muito ruim, não gosto de estar mencionando, trouxe muita divisão, cada vez mais tem mais lideranças que são levantadas e vamos perdendo nosso território e identidade.^{FGV_ILD_104}

Segundo apresentação oral da professora Dulce Maria Pereira²¹, os desastres sociotecnológicos causados sobretudo pelas grandes corporações são movidos por um interesse de apropriação dos territórios que necessitam, para tal, de um processo de controle dos sujeitos e de desarticulação comunitária²². As mulheres, nesse sentido, ocupam papel estratégico, uma vez que em muitos casos costumam ter atuação significativa em processos de mobilização dentro das comunidades. Para estudiosa entrevistada^{FGV_ILE_025}, as crises socioambientais, econômicas e políticas vão tentar destruir as redes alimentadas pelas mulheres, seja de forma explícita, seja por meio da perda de ocupações e de atividades produtivas, ou ainda pela perda de tempo livre relacionada com aumento de afazeres domésticos e de cuidados.

Além disso, ainda conforme a professora Dulce Maria Pereira, as mulheres engajadas em processos mobilizatórios — além de muitas vezes serem acusadas de não estarem fazendo suas atribuições por dedicarem tempo ao processo de mitigação de danos, como abordado na seção anterior — acabam também não sendo reconhecidas e tendo sua imagem desqualificada. Nesse contexto, segundo Furtado e Andriolli (2021), há uma lógica de construção de preconceitos, deslegitimação e estigmatização dos papéis de luta das mulheres, como demonstram também as narrativas seguintes:

²¹ Círculo de Colaboração Gênero e Deslocamentos Compulsórios. Encontro virtual realizado em agosto de 2022 (FGV, 2022).

²² A Professora Dulce Maria Pereira nomeia esses sujeitos como “sujeitos ocultos”, pois não são explicitados nos planos de expansão dessas grandes corporações, mas são objeto direto das estratégias de controle e desarticulação das comunidades.

N: O conselho consultivo foi uma indicação do município, essas vagas eram de Regência que nos cedeu uma vaga deles. Como tinha muitos conflitos internos, quem indicou foi de acordo com o número de trabalhos voluntários dentro da comunidade. A Fundação Renova não deixava claro qual era o papel do conselho consultivo, deixou que as pessoas acreditassem que também éramos responsáveis, e eles nos tratam como assassinos, trouxe muitos problemas, tive casa apedrejada, já fui agredida na rua. Tudo porque a Fundação nunca deixou claro que o Conselho não tinha nada a ver com a Fundação, o nosso trabalho era só fiscalizar, e eles nunca se pronunciaram, nos deixou ser atacados. As nossas atas demorou muito a ter acesso público, tivemos dificuldade de comunicar com MP, a impressão que dava é que a gente não estava buscando a solução, mas era o contrário. Nos desgastando, deixava acreditar que a gente tava falando, mas não levava a sério nosso trabalho, a gente era sem voz.^{FGV_ILD_104}

N: Hoje não tem mais as mesmas amizades, não pode ter um deslize que as pessoas se apropriam dele (...) O que a [Fundação] Renova trouxe foi matar a gente psicologicamente. Hoje a gente vai vendo que as pessoas estão cada vez mais doentes psicologicamente, elas têm mania de perseguição, antes podia brincar, hoje não pode mais.^{FGV_ILD_104}

N: Foi transferido para mulher uma carga energética e psicológica, um sofrimento, se você não tiver muita força e fé em Deus para continuar, você deixa uma segunda tragédia que é o destroçamento como fêmea, como mãe, como mulher e só resta uma cartela de remédio.^{FGV_ILD_104}

Os danos observados nas redes de relações dessas mulheres e em suas participações em espaços sociais e políticos fazem com que elas tenham boa parte de suas referências e dinâmicas de vida comprometidas^{FGV_ILE_026}. Além disso, a fragilização dos vínculos afeta ainda outros aspectos subjetivos e emocionais ligados à existência de espaços de partilha de sentimentos e de situações diversas, contribuindo até mesmo para o compartilhamento de denúncias^{FGV_ILE_026}. Para uma pesquisadora entrevistada^{FGV_ILE_025},

Nessa construção de redes de mulheres a diferença é que nós mulheres dividimos muito mais o nosso emocional, nossa vivência particular, emotiva, inclusive romântica e tudo mais. Esse contato com outras mulheres serve para nos abirmos muito mais. Nesse sentido, é uma via de salvação diante de situações de violência, quando você perde isso é muito mais difícil.^{FGV_ILE_025}

Em um contexto de incidência de conflitos cada vez maior, a perda de suportes emocionais e espaços de ajuda mútua pode se tornar mais um fator de fragilização e agravamento de situações de vulnerabilização vivenciadas pelas mulheres. Como evidenciado em diferentes estudos²³, não apenas as relações comunitárias foram comprometidas, mas também as familiares. Em entrevista realizada pela FGV (2021a)

²³ DPE (2018); ROSA (2019); FGV (2020l); FGV (2020m); FGV (2021p), entre outros.

com trabalhadores de serviços públicos de Mariana (MG) no âmbito da elaboração do relatório “A Violência Doméstica contra as Mulheres Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão”, foi destacado que as mudanças abruptas nos modos de vida e os conflitos decorrentes afetaram de forma grave muitas famílias.

Tais situações foram identificadas em diferentes localidades da bacia, conforme demonstram as falas registradas pela FGV a partir das interações de campo realizadas para este relatório. As atingidas relatam diversos fatores que têm interferido no bem-estar de suas famílias e na qualidade das relações intrafamiliares, entre eles, destacam-se problemas relacionados com o comprometimento da renda e do trabalho, a insegurança alimentar, os processos de adoecimento e aumento de estresse, as mudanças de rotina, o processo de reparação, entre outros aspectos.

N: Eu quase me separei do meu marido, pois temos uma roça e sempre briguei para receber indenização, e apesar da Renova reconhecer, não queria me pagar; e meu marido queria vender e eu não queria, e isso gerou um problema muito sério dentro do casamento ^{FGV_ILD_104}

N: De um modo geral, [cuida] do parente idoso e do convívio familiar. Onde as pessoas estão todas nervosas, todas estressadas. Se a mulher não tiver o equilíbrio... Então, assim em muito, elas engolem isso tudo, em prol da paz — daquela paz que tá difícil de alcançar (...). Às vezes é briga em família, porque perde a paciência uns com os outros; é a falta — porque toda casa onde há desconforto, há brigas, há discussão. Com esse desconforto, a mulher tá ficando com esse peso, muito pesado esse cuidado com a sua família. E isso tá trazendo problemas muito sérios. ^{FGV_ILV_042}

Os trabalhadores dos serviços públicos do município de Mariana mencionaram haver ainda muitos relatos sobre o aumento de divórcios e separações (FGV, 2021a). De acordo com Silva (2022) ao citar a Fundação João Pinheiro e o Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (2020), a desagregação familiar muitas vezes coloca as mulheres como as principais responsáveis pelos filhos e filhas, com ou sem a contribuição regular dos homens nas despesas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; CORECON MG, 2020 apud SILVA, 2022), o que pode representar a redução da renda de mães e filhos e a sobrecarga de cuidados (SILVA, 2022).

N: A foto é tão real que eu tô até rindo. O marido e a mulher abraçadinhos. Hoje minha filha, tá tudo desunido! Esse negócio da Samarco trouxe uma desunião. Esse negócio de cartão da Samarco, briga, separa, já não tem mais, cada um para si. Antes era isso tudo abraçadinho, lutando junto. Esse danado da Samarco fez isso com as famílias, com os casais. Tô rindo para não chorar. Tô até nervosa. Até nisso tá mostrando. Hoje cê precisa de ver. Tem casal que briga, separa, por causa de dinheiro. Cadastro no cartão da Samarco, desunião. A gente ri, mas é sério. ^{FGV_ILD_078}

N: Depois dessa tragédia agora — culpa dessa Renova, Samarco Vale, BHP — hoje deu muita separação de marido e mulher, bebedeira. Deu muita separação entre marido e mulher por causa das bebedeiras.^{FGV_ILD_078}

N: Houve vários casos que pessoas não pode ajudar na família. Homens se baldearam para outro lado, foi beber, separou de família, deixou a família passando as maiores dificuldades. São coisas reais, pessoas que bebeu até a morrer, deixou tudo de lado, não acreditou mais que era possível.^{FGV_ILV_044}

Outro aspecto destacado em entrevistas realizadas pela FGV junto a órgãos de saúde, assistência social e sistema de justiça nos municípios de Mariana (MG), Tumiritinga (MG) e Baixo Guandu (MG) é o aumento do consumo de álcool e drogas relacionado com a desocupação gerada pela interrupção de atividades produtivas e de lazer, a falta de empregos, a perda de projetos de vida, entre outros (FGV, 2021a). Relatório publicado pela Defensoria Pública do Espírito Santo, em 2018, também constatou que o consumo de drogas e de álcool nas comunidades tem sido válvula de escape diante do ócio gerado após o rompimento da Barragem de Fundão (DPE, 2018), aspecto considerado como um catalisador de conflitos domésticos e violências (FGV, 2021a).

N: O desastre não desestruturou apenas o pescador, mas toda a família em si. A gente é igual índio, era muito comum tá junto nessa lida, e agora muitos foram para rua viver uma vida que não era deles, houve impacto muito grande, muitos virou bandido, tem criança de doze anos traficando, pessoas que vi criar e crescer junto com a gente. (...) A gente levava pro mar, eles já aprendiam a pescar, hoje não tem mais isso. E tem crianças de doze anos grávidas, o número de pedofilia aumentou. Criança grávida, prostituindo e traficando.^{FGV_ILD_104}

De acordo com a FGV (2021a), a relação entre o consumo de álcool e drogas e a violência doméstica contra mulheres e meninas foi evidenciada por distintos atores municipais em Mariana (MG), Tumiritinga (MG) e Baixo Guandu (MG) bem como por assistentes sociais de diferentes municípios da bacia do Rio Doce em oficinas realizadas por consultoria contratada pela Fundação Renova em 2017 (HERKENHOFF; PRATES, 2017 apud FGV, 2021a). Esse aspecto também foi destacado pela FGV (2019a) no produto “A Situação das Mulheres Atingidas pelo Desastre do Rio Doce a partir dos Dados da Ouvidoria da Fundação Renova”.

Diferentes estudos apontam para a relação entre eventos extremos como desastres e o aumento dos índices de violência contra mulheres e meninas. No que consiste à violência doméstica, vários fatores são elencados como potenciais causadores desse aumento, como as dificuldades econômicas, as alterações nos papéis tradicionais de gênero em relação às responsabilidades de geração de renda, frustrações e busca pela

reparação, deslocamento social e perda de laços comunitários, entre outros (FISHER, 2010, p. 906 apud FGV, 2021a, p.40).

Segundo Siena e Valêncio (2009), em estudo sobre gênero e desastres, após o evento traumático algumas mulheres experimentam a violência pela primeira vez ou acabam suportando maiores níveis de agressões, “pois é habitual aos homens sentirem impotentes frente à realidade do desastre e terem sentimentos de perda e frustração, aumentando as reações de cólera e violência com aqueles familiares mais próximos e mais vulneráveis” (SIENA; VALÊNCIO, 2009, p.65). De mesmo modo, conforme estudiosa entrevistada^{FGV_ILE_025}, quando o homem se sente desesperado há uma tendência de que possa descarregar suas tensões sobre a mulher, uma vez que os papéis sociais de gênero fazem com que a relação entre homem e mulher seja permeada por uma hierarquia de poder baseada na posse sobre elas, no sentimento de propriedade sobre seus corpos. Assim,

(...) existe uma masculinidade hegemônica onde o homem é educado para isso, para ter a posse da mulher e utilizar a mulher e os filhos como esse espaço de descarregar todas as frustrações. Aí temos o aumento de situações de violência, temos aumento de situações de estupro etc., até feminicídios. É muito impressionante a vinculação do evento extremo que vai provocar todas essas alterações dentro do lar e isso vai significar uma situação de maior exposição e violência para a mulher que também perdeu essas redes que em muitos casos ajudava.^{FGV_ILE_025}

Embora a violência doméstica acometa mulheres de diferentes grupos sociais, o componente racial não deve ser desconsiderado nas análises sobre a questão, uma vez que mulheres negras, muitas vezes sujeitas a uma maior condição de vulnerabilidade, são expostas a situações de violência de maneira diferenciada. De acordo com Martins e Carrijo (2020), em diferentes países as mulheres negras aparecem como a maior parte das vítimas nos índices de violação de direitos humanos. Segundo dados do Atlas da Violência (CERQUEIRA et al., 2021), no ano de 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Em termos comparativos, a taxa de homicídios de mulheres negras (pretas e pardas) nesse ano foi de 4,1 enquanto a de mulheres não negras foi de 2,5 (brancas, amarelas e indígenas), o que significa que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vez maior.

Segundo a FGV (2021a), há uma multiplicidade de problemas sociais em torno de conflitos domésticos, como a vulnerabilidade social, a dependência econômica em relação ao parceiro e a falta de políticas públicas como assistência médica, escolar ou de moradia. Mulheres negras, por exemplo, têm mais dificuldades de inserção no mercado de trabalho em decorrência do racismo estrutural, enfrentando maiores

obstáculos para terem uma condição de autonomia financeira. Conforme estudiosa entrevistada,

As mulheres negras, sobretudo, vão ser inseridas nesses piores trabalhos. Entre trabalhadoras domésticas, 62% são mulheres negras, as trabalhadoras domésticas sem carteira assinada, muitas são mulheres negras. O salário médio das mulheres negras sem carteira assinada em 2019 era R\$ 600, o salário mínimo era R\$ 1.000, então grande parte delas ganhava menos do que a metade de um salário mínimo. (...) E temos uma grande massa de mulheres que nem conseguem se inserir no mercado de trabalho, que têm essas responsabilidades de cuidados que fazem com que elas não possam sair para trabalhar. Aí de novo as mulheres racializadas são as mais prejudicadas. Dentro do contingente das mulheres fora da força de trabalho, a maioria são mulheres negras, sendo que negras consideramos pretas e pardas pela autodeclaração do IBGE.^{FGV_ILE_025}

Nesse sentido, a violência de gênero é apenas um dos aspectos que levam as mulheres a procurarem atendimentos em equipamentos especializados em situações de agressão. A maior parte das mulheres que procura o Estado é negra, pobre, desempregada ou subempregada. Mulheres negras, muitas vezes sobrecarregadas com a responsabilidade de cuidar de crianças, com dificuldades profissionais e financeiras, acabam tendo em situações de violência menos possibilidades de apoio de amigos e parentes. Mulheres brancas, por sua vez, costumam ter mais recursos disponíveis para evitar a procura de abrigo público temporário (CRENSHAW, 1991, p. 1246 apud FGV, 2021a). Como já mencionado neste relatório, a população atingida pelo rompimento da Barragem de Fundão é composta por uma maioria negra²⁴ (FGV, s.d.), o que nos indica possíveis elementos para as análises sobre o perfil das mulheres atingidas expostas às situações de violência diante do desastre de Fundão.

Conforme exposto no Capítulo 3 deste relatório, a FGV (2021a) verificou diferenças expressivas nos índices de violência doméstica contra mulheres em municípios atingidos em relação aos grupos de comparação por meio dos dados do SINAN²⁵ para o período entre 2009 e 2019, o que engloba casos de violência física, psicológica e moral, sexual e financeiro-econômica²⁶. Esse aumento também foi percebido e muitas

²⁴ De acordo com estudos apresentados pela FGV (s.d.) sobre a distribuição de pessoas no grupo atingido por raça/cor, com base nos dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE), 54,9% da população se autodeclarou como parda e 10,5% como preta, fazendo com que a soma de pardas e pretas corresponda a 65,4% da população.

²⁵ De modo similar, outro estudo realizado pela FGV no ano de 2019 (2019c) sobre os agravos notificados às bases do DATASUS também indicou, a partir de análise do SINAN, o aumento da incidência de violência doméstica nos municípios atingidos comparado aos municípios-controle.

²⁶ “A violência doméstica é um tipo de violência baseada em gênero e, para fins deste trabalho, será classificada de acordo com a definição existente no sistema legal brasileiro. No art. 5º da

vezes atribuído ao rompimento da Barragem de Fundão durante as entrevistas com os atores municipais de Mariana (MG), Tumiritinga (MG) e Baixo Guandu (MG) (FGV, 2021a). De acordo com estudiosa entrevistada^{FGV_ILE_026}, na maioria dos casos essas situações de violência contra a mulher acontecem por parte de pessoas próximas, como maridos e filhos.

Estudos e relatórios como FGV (2021a; 2019a), Rosa (2019), Sobral e Campos (2019) e Defensoria Pública do Espírito Santo (2018) relatam diversas situações e denúncias de violências contra mulheres em diferentes locais da bacia. Entre o conteúdo abordado pelos autores, destacam-se situações decorrentes ou agravadas pelo próprio processo de reparação. Trecho de entrevista realizada pela FGV (2021a) com os atores municipais já mencionados demonstra essa relação:

A violência doméstica teve um link com a questão do desastre no seguinte ponto: houve (...) indenização para os atingidos com o rompimento da barragem. E (...) essas indenizações iam para o grupo familiar e, muitas das vezes, esse grupo familiar, o titular dele, era um homem. E após o recebimento dessa importância, da indenização, o homem já mudava o perfil dele dentro da estrutura familiar. Aí acabou gerando a violência doméstica, acabou gerando o divórcio e para que a mulher pudesse ter acesso à parte que lhe cabia, já que a indenização era para o grupo familiar, ela teve de acionar Judiciário (...) (Entrevista 08) (FGV, 2021a, p.118).

Essas situações, já citadas na seção 4.1 deste relatório, abrangem violências financeiras e muitas vezes também outros tipos de violência, com um grande número de mulheres colocadas como dependentes de seus companheiros e esposos para recebimento do cartão, bem como com a demora ou a ineficiência da resolução de solicitação de desmembramento do AFE e recebimento de indenizações.

N: É muito difícil ver um casal dentro da mesma casa. E quando tem é cada um por si só. Até onde eu acompanhei dentro da minha comunidade. Aí é onde gera os conflitos dentro de casa: a diferença. O dinheiro tá mudando as pessoas. Aquilo que a gente trabalhava unido, tinha gente que ganhava pouco, mas era tudo unido. Hoje o dinheiro que eles oferece tá trazendo discórdia e desunião. Quem mais sofre com isso são as mulheres. 90% que têm recebido são os homens.

Lei nº 11.340/2006 define-se que 'configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial'. Além do tipo de violência, importa para a definição o local em que ela ocorre e quem a cometeu. Portanto, é doméstica a violência cometida 'no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa ou em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação'" (BRASIL, 2006 apud FGV, 2021a, p. 33).

As mulheres foram as que menos receberam. E aquelas continuam sofrendo a humilhação do marido. Que o dinheiro é dele, machista, que não quer dar. O dinheiro é para aquilo, não posso gastar nisso.^{FGV_ILD_078}

Outras questões destacadas nesses estudos giram em torno da demora ou ineficiência na resolução de solicitação de mudança/separação de moradias temporárias por parte de mulheres vítimas de violência. Os conteúdos apontam, ainda, para aspectos relacionados com mudanças nos modos de vida, nas relações sociais, nas condições e possibilidades de trabalho, lazer, obtenção de renda, projetos de futuro e outros. As narrativas enunciadas pelas mulheres atingidas nas interações realizadas pela FGV demonstram tais situações e diferentes casos de violência, como psicológica, moral e física. Segundo uma pesquisadora entrevistada, a mulher, “além do desastre externo, acolhe o desastre dentro de casa”^{FGV_IJE_026}.

N: Igual a dona citou que ela trocava o peixe por mercadoria para ajudar em casa. E agora? Será que ela não ouve do esposo dela alguma coisa assim “Antes você me ajudava e agora você não faz nada!”. Às vezes ela não fala aqui por questão de se expor, será que ela não ouve alguma coisa assim dentro de casa? “Nossa, antes você pescava, agora você não faz nada!” Porque serviço de mulher é muito desvalorizado. É só.^{FGV_ILV_044}

N: Ruim. Hoje tá péssimo, ninguém pode estar mais unido, hoje é desunião. Inclusive, é filho contra mãe. Ficando todo mundo de mal por causa da situação que tá vivendo. Hoje é agressão, é tudo isso que trouxe.^{FGV_ILD_078}

N: Os filhos agredem as próprias mães. Eles eram acostumados a ganhar o dinheirinho deles lá no mangue, fazendo as atividades deles. Hoje não tem. Eles vêm a gente ganhar dinheiro e pede. Não tem, não deu nem para pagar as contas. Aí começa a xingar, a agredir a gente de palavra dentro de casa. Eu tinha meu serviço, hoje não tenho trabalho. Isso tudo é o que tá levando o que a Samarco, essa criminosa, fez com nós.^{FGV_ILD_078}

4.2.2 Saúde

Como vem sendo demonstrado ao longo deste relatório, as mulheres da bacia do Rio Doce têm sofrido com a desestruturação de diferentes facetas de suas rotinas, vivenciando ainda o comprometimento de suas redes de relações sociais e a exposição a cenários de intensificação de conflitos e violências. Conforme Siena e Valêncio (2009), o desastre tem desmanchado aspectos “mínimos vitais” da vida dessas mulheres dentro e fora de casa, sendo geralmente elas as principais responsáveis pela manutenção das rotinas familiares e muitas vezes comunitárias, o que tem impulsionado desgastes físicos e psicológicos (SIENA; VALÊNCIO, 2009; ROSA, 2019).

São diversos os relatos de mulheres adoecidas, sobrecarregadas, deprimidas e ansiosas na bacia do Rio Doce.

N: Antes a gente tinha uma vida, era muito mais tranquilo. Sabia que ia chegar em casa à tarde, sabia que ia levantar de manhã, sabia onde ia. Hoje não, a gente acorda e fica que nem barata tonta. Antes a gente ia pescar, plantar, hoje não sabemos. Era muito gostoso. Mesmo trabalhando de segunda a sábado a gente não cansava, ia lá domingo de novo, passear. Hoje a gente só vê tristeza, acabou tudo.^{FGV_ILV_045}

N: Também a questão do estresse do dia a dia que a gente vive dentro de casa. Hoje eu tô com depressão, eu tô doente. Eu sou uma pessoa hoje que não tô podendo andar nem na avenida mais. Antes eu aguentava andar. Tanto tempo parada dentro de casa, ficar preso. Porque eu não vou em festa, não vou em lugar nenhum. Então meu *hobby*, meu divertimento, minha ajuda tudo vinha de lá do rio. Porque lá no rio eu poderia pescar, eu chegava em casa com o peixe, chegava alegre, satisfeita.^{FGV_ILV_044}

Para além de casos individuais de adoecimento, o contexto analisado relaciona-se a processos de sofrimento social engendrados pelo desastre, uma vez que as situações narradas não compreendem somente condições físicas e psicológicas pessoais, mas também experiências interpessoais. Tanto sofrimentos individuais quanto coletivos são produzidos e distribuídos no interior da ordem social, resultado de poderes políticos, econômicos e institucionais (KLEINMAN et al., 1997; DAS et al., 1996; KLEINMAN, 1998 apud ZHOURI et al., 2016; FGV, 2021o). Como afirma estudiosa entrevistada,

Para lembrar as que nos antecederam, a luta dos anos 70 de que o pessoal é político era isso: não é um problema individual, não é um problema pessoal de cada uma a frustração, a depressão, a violência dentro do lar. Tudo isso não é uma realidade de cada uma, é uma realidade política, é um sistema que nos coloca nesse lugar, é um sistema que gera esses papéis de gênero, um sistema que nos faz reproduzir dentro dessa individualidade.^{FGV_ILE_025}

Diferentes estudos apontam que as consequências adversas geradas pelos desastres ao bem-estar físico, mental e social das pessoas atingidas variam conforme diferenciações de gênero. No que diz respeito à saúde, pesquisas evidenciam que as mulheres sofrem danos específicos em comparação aos homens em contextos de eventos extremos, podendo haver um aumento na incidência de enfermidades mentais como a ansiedade e a depressão (FGV, 2019a). Além disso, em diálogo com a noção de racismo ambiental já apresentada neste relatório, as desigualdades raciais também impactam, por exemplo, a exposição de mulheres negras ao risco de contaminantes, em suas condições de vida e em seus processos de adoecimento, determinando ainda seu acesso aos serviços de saúde e ao cuidado (GOES; NASCIMENTO, 2013).

Neves e colaboradores (2018), em pesquisa²⁷ sobre a saúde mental das pessoas atingidas em Mariana (MG), mencionam que ser mulher é um dos preditores para o desenvolvimento de transtornos mentais entre vítimas de desastres. Entre os resultados do trabalho no município, os autores demonstram que a incidência de casos de depressão, transtorno de ansiedade generalizada, transtorno de estresse pós-traumático e risco de suicídio foi maior entre as mulheres que entre os homens atingidos (NEVES et al., 2018).

A FGV (2019a), por sua vez, ao analisar as denúncias realizadas à ouvidoria da Fundação Renova, constatou um aumento percentual nos relatos que dizem respeito aos problemas de saúde das mulheres ao longo dos anos de 2016 a 2019, principalmente em relação à saúde mental e ao acesso à saúde, como já brevemente mencionado no Capítulo 3 deste relatório.

Segundo uma estudiosa entrevistada^{FGV_ILE_027}, as mulheres que adoecem fazem parte de um ciclo observado nos desastres e nas emergências socio sanitárias. São elas que constroem mundos cotidianos e se responsabilizam, ainda, pelos pós-desastres. Diante desse contexto, é difícil não adoecer.

N: A vida ficou muito triste, especialmente para as mulheres. Porque as mulheres pensam muito essa questão da saúde, da educação, da cultura. Lazer, é uma coisa que as mulheres quase não têm falado essa palavra mais. Porque além de não poder sair, nem no aconchego do lar tá tendo a oportunidade da mulher espairar no lazer. A vida multiplicou de problemas. Então o que tem visto de gente tomando remédio que não tomava, indo fazendo tratamento, e de gente depressiva. Isso é um problema sério na comunidade. É a depressão.^{FGV_ILV_042}

N: E teve um abalo muito grande na saúde mental das pessoas também. A mulher tem essa visão do todo. O trabalho é vida, ele traz vigor, e quando ficamos sem essas atividades, teve a questão financeira, mas o mental da gente também abalou. (...)^{FGV_ILD_073}

Entre os problemas enfrentados pelas mulheres após o rompimento da Barragem de Fundão, que intensifica quadros de adoecimentos físicos e mentais, há a perda de trabalho e de questões financeiras, como pontuado na seção 4.1. De acordo com pesquisadora entrevistada^{FGV_ILE_026}, se antes a mulher gerava renda, por exemplo, a partir do cultivo de hortaliças ou da prestação de serviços, com o desastre essa possibilidade foi comprometida ou até interrompida, o que ocasiona uma situação de vulnerabilidade material, mas também emocional e psicológica. As narrativas seguintes

²⁷ Pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos sobre Vulnerabilidade e Saúde — NAVes/UFMG em parceria com a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais e Comissão de Atingidos de Mariana (MG).

evidenciam como essa situação pode afetar a saúde física, mental e a autoestima das mulheres que perderam atividades produtivas e não podem mais contribuir com a renda familiar:

N: A gente se sente inútil de não poder estar colaborando com nada dentro de casa. Ainda mais hoje depois da pandemia que ficou tudo muito caro. Fica muito difícil para o marido sozinho ter que bancar tudo. Eu não tenho renda nenhuma, nem o auxílio emergencial, eu não consegui. Eu ainda tô enferma, tô com sete tipos de doença nos ossos. (...) O último médico que eu fui agora me passou uns remédios que fica em R\$ 700 reais por mês. E eu não tô tomando, porque eu não tenho condição de tomar o remédio. (...) A minha diabetes é descompensada. (...) Eu fiquei com depressão. Sempre fico com crise de choro, dor no peito. O médico me passou um remédio que eu não consigo tomar que me faz mal. Tomo tarja preta e já não faz efeito. Eu tomo sete comprimidos de manhã. (...) Eu me sinto inútil. (...) É muito difícil você estar dentro de casa e ver o marido fazendo tudo sozinho, sacrificando, e você não poder ajudar com nada. Porque antes ele não saía para vender o peixe, eu saía oferecendo “você vai querer?”, “quantos quilos?”. Antes de eu pescar já tava encomendado. Ficava peixe para dentro de casa, trocava peixe, vendia para comprar uma carne, às vezes um gás. Hoje, além de ter encarecido tudo, R\$ 1.200,00 reais não dá para fazer tudo dentro de uma casa. Eu tenho essa receita, o remédio fica em R\$ 700 reais, comprei uma vez e depois não comprei mais. Minha depressão é de ficar em casa. ^{FGV_ILV_044}

N: E tem a questão psicológica, isso mexe muito com a autoestima da gente, nossa necessidade de ter uma graninha, a gente se sente psicologicamente abalada. Eu fico pensando na minha tia que não consegue se cuidar sozinha, que tem problema de depressão. Imagina nós mulheres idosas, como será? Pensando nessa perspectiva do pós [rompimento] a gente perdeu muito. As mulheres mais ainda. As mulheres negras mais ainda. É uma sociedade muito desigual. Sobra muito nas nossas costas. O homem pode até entrar no mato pra pegar açafraão, mas quem faz o corante é a gente, cuida da casa, assa o peixe, cuida dos familiares. ^{FGV_ILV_045}

Esse cenário de vulnerabilização se intensifica quando as mulheres são as principais ou as únicas responsáveis pela manutenção de seus lares, situação também aprofundada na seção 4.1. Segundo a Organização Pan- Americana de Saúde (OPS, 2002), em documento intitulado “Protección de la salud mental en situaciones de desastres y emergências”²⁸, a mulher é encarregada de cumprir, em grande medida, o papel de busca da preservação da vida, da subsistência e da proteção familiar em contextos de desastres, tendo que encontrar frequentemente a saída para as dificuldades econômicas das famílias. Tais responsabilidades requerem o investimento de muita energia física e grande desgaste psicológico. Em muitos casos elas têm que enfrentar essas situações sozinhas, como chefes de seus núcleos familiares. Assim, jovens, idosos e crianças demandam, em muitas vezes e mesmo sem qualquer intenção de

²⁸ Proteção da saúde mental em situações de desastres e emergências (tradução nossa).

prejuízos, atenção e ação acima da capacidade emocional e material momentânea das mulheres (SIENA; VALÊNCIO, 2009), propiciando ainda o aparecimento de desavenças e desconfortos dentro do lar.

N: Eu falei sobre esse problema de anos da lama e deixou as pessoas doentes, a mente das pessoas. Por quê? Às vezes, uma mulher como eu, às vezes eu saía da minha casa e ia pra feira vender. Aí em casa um menino já ficou sem o chinelo, eu queria ir lá vender as coisas pra comprar um chinelo. Chegava lá, se você não conseguisse vender, você já vinha pra casa com aquele peso na cabeça. Isso deixou a gente doente, porque você voltava, às vezes não conseguia vender, todo dia você vinha com a mesma conversa, com a mesma fala. As crianças iam então dizendo “vou sair pra caçar um serviço”, e a preocupação da gente era que as crianças iam saindo de perto da gente, porque precisava de arrumar alguma coisa. Porque o que eles trabalhavam junto com a gente ajudando era o (...) o trabalho da roça, porque eles não eram empregados, nós trabalhamos todos na agricultura, fazendo artesanato (...). Então a gente vai vender, você não consegue vender, você não tem o dinheiro para comprar aquilo que precisa. E a gente sabe que a casa que tem criança, quando você comprou um chinelo pra um, amanhã você tem que comprar para aquele outro. (...) Então, acabando isso, adocece a gente. (...) a gente fica doente também, como eu falei, por falta das coisas que a gente não estava conseguindo trazer pra dentro de casa, e as crianças sentindo falta daquilo e reclamando. Aí aquilo você não consegue dormir pensando. Aí amanhã é uma dor de cabeça, pressão alta, tudo isso vem causando na vida da gente. (...) Tudo isso a gente fica preocupado e aí a preocupação vai fazendo o que na vida da gente? Adoecendo. Então é esse sentido de tudo o que as colegas disseram. Tudo isso causa doença na gente. Doença também porque você não consegue trazer pra dentro de casa aquilo que você trazia. Você está doente, você adocece.^{FGV_ILD_076}

Diante desse contexto, estudiosa entrevistada^{FGV_ILE_027} pontua que a efetividade de uma justiça de reparação restitutiva propicia não somente a compensação financeira, mas também a legitimação do sofrimento da mulher. Se essas mulheres não recebem auxílios e indenizações ou recebem valores menores do que os homens, isso significa que há uma esfera de suas dores e sofrimentos que não vem sendo legitimada de maneira equiparada. “Se eu estou te dando um auxílio menor do que dei para o homem, eu estou legitimando o sofrimento dele, a fala dele. Se não estou te dando nada, não estou te restituindo, eu não estou legitimando a sua dor”^{FGV_ILE_027}. Nesse contexto, é como se as instituições causadoras do desastre e o processo de reparação não legitimassem o adoecimento dessas mulheres, a sua presença em um território afetado por um processo de desastre. Muitas vezes as situações observadas na reparação intensificam esse sofrimento e o adoecimento, como narrado por mulheres que lutam pelos seus direitos e os de suas comunidades.

N: Sensação de impotência, que eu digo, é porque a gente sabe onde tá o problema e não tem solução. A gente não consegue solucionar

isso e a dificuldade com isso só vai aumentando. Quando você acha que tá conseguindo resolver, aí vem um outro obstáculo referente a isso. Isso traz um atraso, uma sensação de fracasso muito grande na vida da gente. Afetou em todos os sentidos, não somente na pesca, na agricultura. Foi em todos os sentidos. É uma sensação de impotência total, porque você não vê um caminho. Qual o caminho você vai agora?^{FGV_ILV_044}

N: Acho que a gente é torturado psicologicamente todos os dias, acho que essa palavra cabe bem dentro desse processo. É uma tortura contínua e psicológica.^{FGV_ILD_104}

N: [...] Então eu passei a tomar remédio pra dormir, eu desenvolvi síndrome do pânico, do sentimento de inércia e não poder fazer nada, eu me vi levando pro meus filhos a frustração que não era da mãe deles, mas da mulher, da comissão de atingidos. Isso eu não podia fazer com meus filhos. (...)^{FGV_ILD_104}

A preocupação com os filhos e filhas, com a família e a sobrecarga doméstica e de tarefas de cuidado são outros aspectos que agudizam os processos de adoecimento vivenciados pelas mulheres, como já abordado na seção anterior. Nesse sentido, análises feitas pela FGV (2019a) demonstram que a sobrecarga doméstica incidiu de maneira preocupante nas denúncias feitas à ouvidoria da Fundação Renova em relação à saúde mental²⁹. Parte dos relatos foi considerada de extrema criticidade e retrata, inclusive, tentativas ou intenções de suicídio.

Para se ter uma ideia, dos 154 casos com relatos sobre questões de saúde mental, 71,4% também informam problemas de sobrecarga doméstica, muitos deles, inclusive, associando o desenvolvimento de determinada doença mental — a depressão, na maioria dos casos — às dificuldades associadas aos cuidados e afazeres domésticos. Destes, os custos de manutenção do lar (60,4%) e os cuidados com filhos e netos (33%) também aparecem como principais temas associados às reivindicações relacionadas à saúde mental (FGV, 2019a, p. 66).

As narrativas a seguir retratam a situação:

N: Porque querendo ou não, por mais que a gente tenha a parceria do marido, a educação, os compromissos da casa, a mulher vive muito mais ainda. Porque nós somos mais emoção, embora os homens tenham mais raciocínio pela formação deles, mas quem lida com a emoção maior é a mulher. Temos visto as mulheres muito entristecidas, até pela situação dos maridos também. Uma vida muito triste.^{FGV_ILV_042}

²⁹ Contudo, ainda segundo a FGV, “o cruzamento entre saúde e sobrecarga doméstica não se esgota apenas em referência à problemática de saúde mental. A partir da leitura e sistematização dos dados, foi possível identificar que daqueles relatos que mencionam questões sobre acesso à saúde — compra de medicamentos, tratamentos etc. —, 61,4% também apontam para dificuldades em arcar com custos de manutenção do lar” (FGV, 2019a, p. 68).

N: Isso deixa o emocional muito triste. Eu engordei 15 Kg. Eu tento ser forte, eu preciso ser forte. Minha mãe não anda, meu esposo doente, tenho uma menina que hoje tem nove anos. Meu filho com vinte anos que praticamente é o chefe da casa, que resolve tudo comigo. Fico chateada por ele não ter uma renda, não dá nem para comprar as medicações. Tá na mão de Deus.^{FGV_ILV_042}

Conforme dados da Oxfam (2020) citados por Olivera, Podcameni, Lustosa e Graça (2021), mulheres e meninas ao redor do mundo dedicam todos os dias 12,5 bilhões de horas ao trabalho de cuidado não remunerado. Nesse sentido, quanto mais pessoas doentes precisam de cuidados diante de fatores ambientais e de desastres, maiores as desigualdades na distribuição de trabalhos não remunerados, desigualdades agravadas por marcadores de gênero e de raça.

N: As mulheres sempre destacam as questões de saúde da família. Querendo ou não, a mulher é a que se preocupa com a saúde da família. Quem fica doente na família, é a mulher que tem que tomar a iniciativa. Tanto a saúde física quanto a mental.^{FGV_ILD_073}

N: Sobre meu cuidado com meus parentes idosos, aumenta sim a carga de trabalho doméstica. Qualquer obstáculo que tenha na vida da gente faz com que a gente se desgaste mais.^{FGV_ILV_071}

Para pesquisadora entrevistada^{FGV_ILE_025}, em eventos extremos existe um aumento do tempo dedicado aos cuidados, que se diferencia para mulheres e ainda mais para mulheres negras. Ivone Gebara (1997), em texto sobre o ecofeminismo, identificou, sobretudo em periferias urbanas,

(...) que são as mulheres as responsáveis por levar crianças adoentadas para os postos de saúde e enfrentar longas filas à espera do atendimento. São elas que se angustiam atrás dos remédios vivendo uma via-sacra em busca dos recursos necessários para salvar as vidas que lhes são confiadas. São elas as primeiras a buscar alternativas para melhorar a qualidade do ar e da água através de reivindicações públicas, organizando mutirões para a limpeza dos bairros e tantas pequenas iniciativas a fim de garantir um mínimo de condições de salubridade para a vida da família (GEBARA, 1997, p. 16).

Nesse sentido, outra preocupação recorrente nas falas das mulheres atingidas da bacia do Rio Doce se refere ao aparecimento de doenças e/ou risco de adoecimentos devido à contaminação da água e dos alimentos. Especificamente em relação à saúde da mulher, foi constatado o aumento da incidência de abortos nas regiões atingidas, conforme estudo da FGV (2019c) de análise dos agravos notificados às bases do DATASUS. Segundo o documento, “é possível levantar a hipótese de que os abortos, tanto em animais quanto em mulheres, podem se dever à eventual intoxicação por arsênio, conforme relatado na literatura (p.e. Shih et al., 2017)” (FGV, 2019c, p. 46).

Além disso, de acordo com representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em entrevista concedida a Furtado e Andriolli, são as mulheres as que mais se preocupam com questões relacionadas com a má qualidade da água, que buscam água em outras localidades, que levam os filhos para o atendimento médico e que “não veem solução para os problemas de coceiras, manchas, feridas, e dores no estômago de toda a família” (FURTADO; ANDRIOLLI, 2021, p. 78).

N: Já falei nas últimas reunião que teve, que muitas pessoas adoeceu, muitas crianças, com a água. Hoje em dia a gente tem que comprar água para a gente tomar, para a gente cozinhar. Então é uma coisa que a gente fica triste, né? Porque a gente não teve nenhuma ajuda do lado deles lá. Que nem a colega falou que ela adoeceu, que mexeu com o mental dela da barragem para cá. Eu também fui atingida sobre essa mentalidade assim. Entrei em estado depressivo, fiz duas cirurgias há pouco tempo. Eu acho que isso tudo relacionado à água. Porque é uma água que você toma banho com ela, porque não tem jeito, como você vai comprar água para tomar banho? Não tem jeito, tem que arriscar. Mudou totalmente. Aqui todo mundo pescava. Agora ninguém pode pescar, não pode ir na beira do rio mais, por que tem contaminação. A areia do rio não pode ter contato, porque tá contaminado. Se a gente tem contato com a areia ou com o barro, dá ferida no corpo.^{FGV_ILV_044}

N: Às vezes a água está tão feia que a gente não pode nem fazer uma comida com água. É muito complicado e difícil. E causa outras doenças e a gente não sabe. Meu colesterol, ácido úrico, a aorta do coração tá inchada, preocupação?^{FGV_ILD_104}

N: Hoje para nós é muita tristeza. Porque a gente não sentia nada e hoje é problema de pressão alta, coração, é tudo que a gente tem. Por causa dessa criminoso. A gente tem até exame, que a Dra. da USP, veio e coletou nosso sangue, nossa água. Levou, fez exame do caranguejo, de peixe. Nós hoje está contaminado com iodo no sangue. A gente está contaminado por causa desta criminoso. Hoje eles não querem pagar nosso direito. Nós estamos a Deus dará.^{FGV_ILD_078}

N: A lama deixou a mente da gente doente. Na minha fala, eu falei a respeito da preocupação que eu tenho com geração futura, porque o estrago não é só para agora. (...) Nós tínhamos que ter um seguro, porque a mente nossa está doente sim. Fico preocupada também com nossos jovens, nossas crianças, coitados, que nem sabem quando está bebendo uma água e saboreando um peixinho frito. Não sabe o que eles estão ingerindo, o veneno, né? O tóxico que eles estão ingerindo. Depois vai embora cedo, devido a uma infeliz de uma empresa, uma irresponsabilidade.^{FGV_ILD_076}

Conforme demonstram as falas das mulheres de diferentes regiões da bacia do Rio Doce, existe uma preocupação expressiva relacionada com a contaminação da água, dos alimentos e de suas consequências para a saúde. Essas preocupações não se restringem às condições de saúde de seus corpos, mas também de seus familiares, de conhecidos e das novas gerações. Nesse contexto, existe ainda medo e insegurança quanto às condições de vida futuras, o que também impulsiona ou agrava quadros de adoecimento mentais e físicos dessas mulheres.

N: Minha irmã mora em Cachoeira Escura e hoje ela falou pra mim que tá muito preocupada, porque todas as pessoas que moram em Cachoeira Escura, a maioria vai morrer de câncer depois do desastre da Samarco. Isso é muito pesado, porque eu pensei que isso vai acontecer dentro da minha casa. ^{FGV_ILV_073}

N: Na minha região veio bastante problema psicológico. Hoje tem gente que sente uma alergia na pele por causa da água, mas o que mais preocupa a gente é que a água que a gente toma que é do rio pode causar câncer. Muitas pessoas tão falando que vão vir doenças no futuro que os médicos nem vão saber tratar. Isso dá medo na gente. De 2015 pra cá, sentindo umas alergias na pele que a gente nem sabe explicar. A gente fica pensando se no futuro a pessoa não vai contrair uma doença por causa da contaminação da água. ^{FGV_ILV_074}

N: Hoje a gente lida com o desconhecido, um câncer leva anos para se manifestar, é um processo lento. A gente está lidando com problemas de pele, 90% dos nossos idosos faleceram. Não sabemos exatamente, não posso dizer que foi a contaminação da água, não sei, é tudo estranho. Muita perda de memória, muito depressão, é uma situação que estamos sentindo ainda, estamos lidando com desconhecido, não sabemos o que vai acontecer daqui pra frente. ^{FGV_ILD_104}

A situação de sofrimento vivida e carregada pelas mulheres em função do desastre, somada ao medo quanto ao futuro, se projeta também no comprometimento de seus planos e sonhos, muitas vezes não priorizados em função da escassez de tempo e da sobrecarga do cuidado. O estado de esgotamento e adoecimento descrito nesta seção é agudizado pelo não reconhecimento dos direitos de muitas mulheres atingidas da bacia do Rio Doce, de suas especificidades e do processo de sofrimento social pelo qual passam no âmbito da reparação. Como comenta pesquisadora,

É como se o Estado, as instituições não legitimassem o adoecimento delas, a presença delas no território, que foi totalmente desfeito, devastado. Todo mundo foi devastado, mas o Estado e as instituições, a mineradora não reconhecem o meu adoecimento. Se liga à questão do cuidado, ao adoecimento. É necessário que a comunidade te reconheça como adoecida. É necessário que o Estado, esses empresários e a justiça reconheça que você está doente, que você não só precisa, como tem direito à restituição como o homem, mesmo que você não trabalhasse, você faz o trabalho reprodutivo do cuidado. ^{FGV_ILE_027}

Figura 5 — Rede



Fonte: Ilustração de Carolina Ribeiro (2022).

4.3 Educação, futuro e resistência

Esta seção versa sobre futuros projetados pelas mulheres atingidas para si, suas famílias, territórios e comunidades. Trata também de questões relacionadas com o cuidado consigo e com terceiros, a transmissão intergeracional de conhecimentos e, por fim, traz alguns apontamentos sobre as resistências possíveis e operadas por essas mulheres nos espaços afetados pelo desastre. Para tanto, está dividida em três subseções: i) Sonhos e projetos de futuro; ii) Educação e transmissão intergeracional de conhecimento; iii) Resistência.

4.3.1 Sonhos e projetos futuros

Por mais negros que crucifiquem ou pendurem em ganchos de ferro que atravessam suas costelas, são incessantes as fugas nas quatrocentas plantações da costa do Suriname. Selva adentro, um leão negro flameja na bandeira amarela dos cimarrões. Na falta de balas, as armas disparam pedrinhas ou botões de osso; mas a floresta impenetrável é o melhor aliado contra os colonos holandeses. Antes de escapar, as escravas roubam grãos de arroz e de milho, pepitas de

trigo, feijão e sementes de abóbora. Suas enormes cabeleiras viram celeiros. Quando chegam nos refúgios abertos na selva, as mulheres sacodem as cabeças e fecundam, assim, a terra livre (GALEANO, 2011, p. 67).

Diversas mulheres que habitam comunidades atingidas pelos rejeitos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão contaram, ao longo das interações realizadas pela FGV, que muitas de suas perspectivas de futuro projetam uma vida vivida no passado, em períodos anteriores ao desastre.

N: Sonho que o rio volta como era antes. Meus netos tomar banho, a água do rio como era antes. Voltar a pescar. Voltar a fazer tudo que eu fazia antes.^{FGV_ILV_028}

Mesmo após quase sete anos do rompimento da barragem, as perspectivas e sonhos para o futuro se apresentam na esperança de retomar o cotidiano vivido antes do desastre, uma vez que a desorganização da rotina estreitou o leque de opções e escolhas das mulheres — para si e suas famílias — tanto do momento presente quanto também para o futuro.

N: (...) Hoje me bate uma tristeza quando entra dentro do mangue que eu desgramo a chorar, porque da tristeza que eu sinto. Porque eu criei meus filhos todo ali. Toda a vida eu tinha meus caranguejo. Mesmo antes de eu começar a pescar, eu comecei comprando do pessoal e revendendo. Hoje eu sinto muita tristeza. A gente espera sim de um dia recuperar nossos manguezais e nossos rios para os nossos filhos e nossos netos, nossos bisnetos, para no futuro eles terem as mesmas coisas que nós tivemos. A gente espera isso. É uma terra digna e uma água digna do rio para poder pescar, que hoje não tem nenhum peixe. A gente esperamos de recuperar. Meus filhos eu ensinei nos manguezais. Hoje meu neto eu não posso nem ensinar. Porque se pro futuro voltar, ser recuperado, eu posso ensinar minha neta, o que eu aprendi da minha mãe e da minha avó. (...)^{FGV_ILD_078}

O que sonham as mulheres? O que sonham as esposas, mães que acolhem para além da família suas próprias comunidades? A quem é permitido o direito de sonhar? Pergunta-se uma das estudasas^{FGV_ILE_026} de gênero entrevistada pela equipe da FGV no âmbito desse relatório. Para ela, o sonho se origina a partir do campo de possibilidades que o cotidiano oferece, de forma que as ações cotidianas empreendidas no presente ordenam as perspectivas de construção de si para o futuro. Nesse sentido, como as mulheres estão mais vinculadas ao projeto coletivo de família e integradas às atividades domésticas e familiares, há uma afetação distinta nos sonhos e projetos futuros entre homens e mulheres.

Paula S. Coelho, psicóloga social que realizou um estudo sobre a vida das mulheres sob o contexto de atividades mineradoras, apresenta os projetos de vida da seguinte forma:

É parte essencial de nossa saúde mental e de nossa riqueza subjetiva sermos capazes de projetar e planejar o futuro, fazer projetos de vida (que incluem fatores individuais, coletivos e muitas vezes sociais de maneira mais ampla). Esses projetos estão ligados à nossa vida concreta, ao chão que pisamos, por assim dizer, ao local onde se vive, com quem contamos, que tipo de atividades econômicas, culturais e de sociabilidade se produzem por ali. São projetos repletos de história pregressa, daquilo que podemos chamar de identidade enquanto “nosso lugar no mundo”, são planos perenes, com ideia de continuidade para gerações futuras. Projetos de vida.” – Cuidar da roça, criar os filhos, garantir saúde, boa alimentação e lazer para a família (COELHO, 2019, p. 104).

Como constantemente tratado no decorrer deste estudo, a chegada da pluma de rejeitos nos territórios trouxe consigo profundas alterações nas atividades de rotina, bem como no modo como as mulheres se organizavam em família e comunidade. Houve uma desestruturação no cotidiano e, por consequência, em suas perspectivas de futuro. “Estas mudanças na vida e nas relações afetivas, atingem diretamente o sentimento de pertencimento e os planos futuros em relação ao lugar aonde moram” (COELHO, 2019, p. 113). As narrativas seguintes ilustram como os projetos de vida e futuro sonhado pelas mulheres se atrelam ao bem-estar da família, em especial dos filhos e filhas, e o quanto os efeitos do desastre da Barragem de Fundão distanciaram esses sonhos do horizonte.

N: Eu toda vida eu tive o sonho muito grande, eu queria realizar esse sonho. Não somente a pescada. Mas o sonho que eu tinha de montar uma cozinha para minhas filhas trabalhar. Cada vez vai ficando mais longe. Mas meu sonho era esse de ter uma cozinha para elas trabalhar.

FGV_ILV_028

N: A gente tinha um sonho em conjunto de organizar um dia um lugar para os filhos trabalhar em lugar próprio. A gente conseguiu montar um pequeno ponto para eles trabalhar, mas devido às consequências foi difícil de tocar, de trabalhar. A gente não consegue manter tudo que precisa lá dentro para trabalhar. Mas ainda continua sendo um sonho, mesmo com as dificuldades.

FGV_ILV_028

As chances de adolescentes e jovens da bacia do Rio Doce darem continuidade aos conhecimentos e práticas transmitidas por seus familiares foram prejudicadas pelo desastre. E os sonhos e perspectivas de futuro que suas mães-mulheres desejavam para essas novas gerações, ao menos por hora, estão postergados:

N: (...) Meu filho tá desempregado, tá com problemas assim de drogas. Eu passo uma luta, porque eu sou viúva, eu sou a chefe de família, eu tô operada e cuidando disso aí tudo. Peço muita força a Deus para não desistir e lutar. Eu falo para eles, amanhã é mais um dia a vencer meu filho. Nada melhor que um dia após o outro. ^{FGV_ILD_078}

Carolina Maria de Jesus, uma das principais escritoras negras do Brasil, escreve em seu livro Quarto de despejo: diário de uma favelada:

16 de Julho: Cheguei em casa, fiz o almoço para os dois meninos. Arroz, feijão e carne. E vou sair para catar papel. Deixei as crianças. Recomendei-lhes para brincar no quintal e não sair na rua (...). Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas o pobre não repousa. Não tem o privilégio de gozar descanso (JESUS, 1993, p. 9).

A forte situação descrita tem similaridades com alguns relatos de mulheres atingidas que tratam do surgimento de um novo território após o desastre, o qual as exige lidar com situações de violência, desamparo e perda de autonomia. As mulheres, quando olham para o território atual, enxergam a interrupção da história vivida, e o distanciamento das expectativas de futuro que teceram durante a vida. Em suas palavras:

N: As interferências vêm de vários ângulos. Existia antes uma estabilidade, ao menos uma família que trabalhava em conjunto com um objetivo e que tinha um mínimo de garantia de retorno. Hoje essa falta de conseguir enxergar um horizonte acarreta em muitas coisas, espelha muito na família. As questões econômicas e de saúde geram muita interferência no bem-estar familiar. Ter queda brusca na atividade econômica gera uma preocupação a mais. A gente tem todo um planejamento de progredir, crescer, a gente tem algo planejado e quer realizar, e o desastre interfere na relação não só econômica, mas de saúde, na relação entre marido e mulher. Porque antes nossas atividades traziam estabilidade pra família, e a gente sabe que a questão econômica gera muito atrito na família. A atividade econômica é um ponto na família que acaba desestabilizando todo o resto. Sem a segurança econômica há interferência na alimentação da família, na saúde da família, tudo isso estressa a família, acaba a paciência, perde-se empatia, companheirismo, temos que atirar pra todos os lados pra conseguir suprir uma necessidade. ^{FGV_ILD_073}

N: Essa questão de nós mulheres é mais incerto ainda. Porque a gente já é um pouco mais privada na questão do trabalho e na questão de pesca. E aí? E agora? Agora então vai ser muito mais. O que nós vamos fazer uma renda, um dinheiro extra? A gente precisa sobressair, se a gente ficar parada, vai vir uma depressão, uma coisa pior. (...) A escassez de peixe é muito grande. A qualidade da água é muito ruim. ^{FGV_ILD_078}

N: Muitas histórias de mulheres que tiveram que recomeçar, ir embora... Antes tinha uma estabilidade, uma casa, tiveram que deixar tudo pra trás e ir em busca de outras oportunidades. Muitas delas com relacionamentos dilacerados, carregando seus filhos... Essas histórias me tocaram, de mulheres deixando a estabilidade que tinham e tendo

que recomeçar, porque viram suas atividades econômicas se diluírem.
FGV_ILD_073

O sentimento de angústia, ou de impotência, como será apresentado na narrativa seguinte, associa-se em muito à atribuição desigual que é conferida à mulher pela responsabilização pelo bem-estar da família. Segundo Pimenta (2019, p. 139), o cuidado “está muito mais relacionado às obrigações e responsabilidades diante das relações de parentesco e tramas de afeto”.

N: Sensação de impotência, que eu digo, é porque a gente sabe onde tá o problema e não tem solução. A gente não consegue solucionar isso e a dificuldade com isso só vai aumentando. Quando você acha que tá conseguindo resolver, aí vem um outro obstáculo referente a isso. Isso traz um atraso, uma sensação de fracasso muito grande na vida da gente. Afetou em todos os sentidos, não somente na pesca, na agricultura. Foi em todos os sentidos. É uma sensação de impotência total, porque você não vê um caminho. Qual o caminho você vai agora?^{FGV_ILV_028}

N: Geralmente as mulheres é esse olhar do todo, da família, se tem parente próximo... Afeta toda a estrutura familiar, não só dos filhos. No caso da minha irmã aqui, meu pai foi acometido por um câncer, então ela tinha que se desdobrar nesse processo de arrumar outras coisas pra fazer [por ter perdido grande parte de seu trabalho], mas também cuidar dos familiares, que é um pai, um tio, que acaba gerando um desgaste maior pras mulheres. Qualquer cuidado de doença com outros familiares também leva a maior necessidade de dedicação das mulheres, com menos tempo isso pesa ainda mais.^{FGV_ILD_073}

Sob este cenário de preocupação e insegurança, o tempo das mulheres é devorado em turnos de trabalho dedicados a atividades como garantir o acesso à água, prover alimento, cuidar da família e busca por novas fontes de renda, de forma que seus sonhos vão sendo postergados ou até mesmo interrompidos, e a exaustão toma conta do cotidiano.

Apesar das poucas perspectivas concretas que se apresentam pelos processos de reparação insuficientes, mulheres atingidas diariamente insistem em seus sonhos e projetos de vida, e protestam contra a destruição da sua rotina e do meio ambiente ao qual pertencem. Querem o rio e seu modo de vida de volta:

N: Eu quero perguntar para eles — já que vocês vão mandar essa mensagem para o juiz — eu queria saber deles: o que eles vão fazer para nos ajudar a voltarmos a ter um rio limpo, saudável, para que nós possamos voltar a trabalhar. É isso que nós queremos: voltar a trabalhar! Podermos ter nosso direito de pegar nosso barco, entrar no rio, pegar nosso peixe, assar nosso peixe, voltar para casa, vender nosso peixe. Ganhar nosso dinheiro dignamente, nosso dinheiro com nosso próprio suor.^{FGV_ILV_042}

Estudiosa entrevistada para esse relatório fala sobre a importância da escuta das memórias históricas dessas mulheres “para encontrar no passado referências que impulsionem esses futuros possíveis”^{FGV_ILE_028}. Ela continua:

Eu acredito em um exercício de reconhecimento das lutas que se passaram. Fortalecer esses futuros possíveis a partir das histórias dos que vieram antes. Essas histórias são fundamentais. Olhar para o passado de uma maneira que nos estimule a perspectivar futuros possíveis. É interessante para nutrir esses sonhos. E sobre o desenvolvimento comunitário, eu não tenho dúvidas que esses sonhos também têm muito a ver com essa compreensão de um lugar como sujeitos coletivos. E mesmo que seja uma compreensão do coletivo trazida por uma tragédia, por uma vivência traumática, se faz importante uma compreensão desses sonhos e as possibilidades de se sonhar junto.^{FGV_ILE_028}

Como destacado anteriormente, os sonhos projetados por essas mulheres muitas vezes se ligam a projetos e interesses coletivos, e não só individuais. Se essa questão pode ser lida a partir de uma lógica patriarcal que sufoca possibilidades de sonhos para si quando dá a essas mulheres o papel principal de cuidado com o outro, os sonhos coletivos também podem ser vistos como potência, a expressão do reconhecimento de si como um sujeito coletivo, como pondera estudiosa entrevistada^{FGV_ILE_028}. Como sujeitos coletivos com protagonismo tanto na manutenção do bem-estar social quanto nas lutas por esse bem-estar, as mulheres partem de um lugar coletivista extremamente importante, potente, que deve ser compreendido e valorizado na busca por uma reparação mais justa.

4.3.2 Educação e transmissão intergeracional de conhecimento

Pesquisadora entrevistada^{FGV_ILE_025} explicita que é comum entre mulheres, sobretudo aquelas que estão em situações de maior precarização, que seus projetos de vida profissional e processos de formação educacional sejam encerrados em decorrência das altas demandas de trabalhos domésticos. Essa situação abarca a realidade das mulheres do Rio Doce: “Eu tinha o sonho de estudar, e, com o rompimento, aí não tinha como pescar para ajudar nas despesas. Aqui [na comunidade] é difícil o acesso ao emprego”^{FGV_ILV_044}. Para a socióloga Herrera, pesquisadora de gênero e feminismos, as mulheres rurais enfrentam essa realidade em que o excesso de atividades domésticas acaba por prejudicar os projetos de desenvolvimento educacional:

A sobrecarga de trabalho a que estão submetidas as mulheres rurais muitas vezes constitui em um impedimento para prosseguir a formação escolar, para usufruir de tempo para si, para utilizar o tempo para lazer, para melhorar a qualificação profissional, ou seja, para construir um

projeto de vida independente das necessidades dos membros de suas famílias (HERRERA, 2017, p. 9).

Dessa maneira, em função da sobrecarga de cuidados, essas mulheres interrompem sonhos, formações e projetos para si, o que alimenta um ciclo em que continuam sendo pouco valorizadas por todo seu trabalho e não têm tempo ou condições para se alçarem a outras atividades de formação ou profissionais. Uma das estudosas entrevistadas^{FGV_ILE_027} pondera, no entanto, que muitas mulheres não querem que suas atividades de cuidado sejam vistas exclusivamente como um peso, uma carga, e também coloca que esse cuidado pode dar a algumas delas, dentro de sua comunidade, certo status.

Soma-se a essas atividades educacionais e do cuidado de si a expropriação de uma série de fazeres e saberes tradicionais que comprometem a educação informal que ocorria por meio da transmissão intergeracional de conhecimentos. Parte do fundamento da vida e das relações sociais e familiares dos territórios era a água, que conectava o presente, o passado e o futuro. Com a contaminação de Elementos Potencialmente Tóxicos (EPTs) através dos rejeitos da mineração que acometeram esses territórios, muitos sentidos e conexões foram quebrados.

Se o rio não é mais saudável, a pesca deixa de ser uma atividade cotidiana e um conjunto de saberes se perde. O vínculo das gerações futuras com a ancestralidade se desfaz. As narrativas das mulheres da bacia do Rio Doce demonstram tristeza e insegurança pelas perdas relacionadas com as práticas culturais vividas cotidianamente, o conhecimento das plantas, dos sabores da alimentação tradicional e das manifestações culturais por parte das gerações mais novas.

N: Porque o equilíbrio na natureza é nítido, muita cor, muita fartura. O ofício das mulheres. As mulheres passando o ofício de pescador para as crianças. Hoje não tem mais. O adolescente não tem essa oportunidade de ir junto, de tá pescando.^{FGV_ILD_078}

N: As festas são uma forma de manter a tradição, dos grupos de ticumbi, de jongo... Existe uma ingressão dos jovens nessas atividades, pelo menos aqui em Itaúnas, que eu consigo acompanhar... Tem jovens querendo prosseguir com a tradição. Quando se deixa de fazer esses festejos vai ficando mais morno, alguns vão desanimando. Os festejos têm essa importância, a questão da valorização, de manter uma tradição de anos. Também acho que está expondo a todos o maior objetivo disso tudo. A tradição de anos que a gente vai carregar no nosso sangue. Eu me sinto bem num ambiente onde tem o batuque do ticumbi, então isso a gente vai carregando no sangue.^{FGV_ILD_073}

N: Minha mãe era pescadora nata, pescava pro consumo da nossa família. E o mangue traz muito a memória da nossa infância, todo mundo tinha que ir pescar, ir no mangue mesmo, ver como era o processo, colocar o braço, ver didaticamente como era o processo, mas todo mundo tinha que ter essa experiência, tinha um respeito

muito grande pelos ciclos da natureza. Esses aprendizados trazem sabor de infância. Tinha aquele peixe que eu não vi mais, o Miroró, minha mãe fazia.^{FGV_JLD_073}

Para pesquisadora entrevistada^{FGV_JLE_027}, o meio ambiente é um sistema de vivências e afetos construídos de maneira comunitária. Quando essa paisagem-vida é interrompida de forma abrupta e impositiva, como no caso do desastre, as memórias e os sonhos se tornam incertos. Outra estudiosa entrevistada^{FGV_JLE_026} afirma que para esses saberes sobreviverem precisam ser atualizados na prática cotidiana, e sua interrupção acarreta perdas materiais e simbólicas.

Em evento realizado pela FGV³⁰, a professora Dulce Maria Pereira fala sobre as diferentes estratégias de desmobilização de comunidades comumente encontradas na atuação de empresas que buscam tomar a hegemonia de determinados territórios. Essas estratégias se combinam e, de maneira coincidente ou não, podem ser observadas no caso do rompimento de Fundão e seus desenrolares.

Isso se organiza a partir do ecocídio, a morte do lugar. Elimina-se o espaço físico. As primeiras pessoas a sofrerem e perderem poder com isso são as mulheres. Elas vivem no ambiente, dependem do ambiente de forma mais consciente. E se organizam no ambiente de forma mais consciente. Então a morte do ambiente penaliza e desmobiliza as mulheres. A morte do conhecimento, sobretudo com o avanço do capitalismo, o conhecimento, aquele fio ancestral de conhecimento, que é mais do que o conhecimento formal, aquele que faz o elo entre passado, presente e futuro, esse vínculo, a episteme é conduzida por mulheres. Quem aprofunda os conhecimentos comunitários são as mulheres. O epistemicídio, a desqualificação do conhecimento é outra ferramenta. Uma das coisas mais lastimáveis que vi em Barra Longa é quando as crianças passam a ficar apaixonadas por determinadas comidas, refrigerantes, ou seja o que for, negando a própria importância dos alimentos saudáveis que suas mães produziram através da história. Ou mesmo os conhecimentos, a reflexão, o toque, o tratamento do corpo, a capacidade de ver o rio e construir um processo de cura e de apaziguamento interior. Isso é conhecimento além de como lidar com a terra, como tratar o peixe e tudo mais. E essa hegemonia também se faz pelo etnocídio, a eliminação do conhecimento étnico e eliminação até física dos determinados grupos étnicos.

Estudiosa consultada^{FGV_JLE_028} acrescenta que a história do Brasil, em especial para aqueles mais pobres e racializados, é uma história de sequência de diásporas, processos recorrentes de desterritorialização. Ecocídio, epistemicídio e etnocídio podem ser colocados como estratégias mais ou menos pensadas que, como efeito,

³⁰ Encontro do Círculo de Colaboração Gênero e Deslocamentos Compulsórios, realizado em agosto de 2022 (FGV, 2022).

enfraquecem comunidades, destroem territórios e afetam em muito as mulheres, como destacado pela professora.

Em decorrência de essas mulheres possuírem um papel central na estrutura familiar e na gestão dos cuidados com a família e comunidade, a educação das crianças adolescentes e jovens fica prioritariamente sob sua responsabilidade. Devido a esse compromisso, as mulheres atingidas demonstraram grande preocupação com o bem-estar e compartilhamento de saberes entre as gerações mais novas dos territórios afetados pela lama.

Cabe destacar que na organização dos papéis da estrutura familiar advindos de conformações sócio-históricas já aqui relatadas, a mulher também dispõe da função de manter a unidade do grupo familiar. A antropóloga especialista em relações familiares e gênero Cyntia Sarti expõe que: “A autoridade feminina vincula-se à valorização da mãe, num universo simbólico onde a maternidade faz da mulher, mulher, tornando-se reconhecida como tal (...)” (SARTI, 1996, p. 78). Como já pontuado, nos territórios da bacia do Rio Doce é possível observar que esse engajamento da mulher muitas vezes transpassa o núcleo familiar e se estende às redes de vizinhança, sendo realizado de forma cooperativa pelas mulheres das comunidades como um todo. Essas redes comunitárias de cuidado, ensino e aprendizagem foram interrompidas devido às mudanças impostas pelo desastre, o que, de acordo com as mulheres, tem gerado profunda insegurança:

N: Quando a gente entra num ônibus cheio de criança, eu não olho só meu filho, eu olho todos. A gente é uma comunidade, não tem essa separação. Depois do desastre, meu filho que estudava dentro da comunidade, ele vai sair e estudar fora. Isso é cuidado dobrado. Na comunidade todo mundo cuidava dele, lá eu não sei quem são as pessoas. Aqui havia um suporte pros nossos filhos, uma tranquilidade pra nós. Lá na cidade não, ele vai no ônibus, você não sabe onde ele tá, ele sai de casa, às vezes não chega na escola, o diretor liga, às vezes a gente não sabe onde tá o filho.^{FGV_ILV_045}

A complexidade das situações vividas no contexto do desastre para as mulheres-mães é imensa também por conta de inúmeros danos acometidos às crianças, adolescentes e jovens das comunidades, como perdas de espaços onde eram realizadas atividades comunitárias de lazer, mudança de sedes de algumas escolas, alteração nas rotinas domésticas, fragilização dos modos de vida e, como consequência, o uso abusivo de álcool e drogas.

N: Na época [meu filho] ele estudava cedinho. Ele tinha a obrigação dele que era ir para a escola, ele ia para rua pegar o ônibus. Ele chegava, almoçava e já ia para o rio ajudar o pai dele a colher uma

rede, isso mudou muito. Hoje em dia ele não acorda mais cedo, não tem a obrigação de ir para a escola e ir para o rio. Mudou muito, antes a gente ensinava dentro do correto, que era levantar cedo e ir no rio bater uma rede no dia que não tinha aula. No final de semana ao mesmo tempo que pescava já tava na beira do rio e comendo um peixe assado, brincando.^{FGV_ILV_042}

N: [...] Bebida alcoólica e roubos. Hoje criança de 14 anos corre o risco de ser morto, igual passou para um neto meu ameaçado de morte. Eles conviviam dentro do mangue. Hoje não tem mais para trabalhar, vai fazer o que, né? Roubar e usando droga e bebendo. É isso que ele tava fazendo. Um jovem de 14 anos, que desde 7 ou 8 anos ia para a escola, mas chegava e ia para atividade deles. E hoje estão fazendo isso. Muito jovem por causa disso aí estão entrando no roubo, nas drogas na bebedeira.^{FGV_ILD_078}

Além disso, alguns relatos indicam que há uma condenação moral da mãe quando são encontrados “desvios de conduta” ou problemas de saúde durante a criação dos filhos (PAULILO, 2013, p. 292). Assim, as mulheres atingidas não só são responsabilizadas por suprir as necessidades no âmbito da família, como também são culpabilizadas quando não conseguem desempenhar à perfeição o que é considerado sua função.

Ainda sobre o aumento da drogadição que ocorre entre os jovens, as mulheres expuseram, para além do pesar pela sobrecarga do cuidado gerada pelo desastre, uma insatisfação pelas ações por parte do Estado e da Fundação Renova relacionadas com as juventudes dos territórios. Na narrativa reproduzida a seguir, uma atingida expressa de forma cristalina o anseio por intervenções de apoio que garantam a integridade e o bem-estar da juventude, e não somente a responsabilização da família (no caso, mães) e a culpabilização pelos “desvios de conduta” da juventude.

N: É uma situação complicada, a escola está superlotada de crianças matriculadas, mas alto índice de falta, pois as mães não conseguem acompanhar. Muitos estão naquilo de levar algo para casa. Tenho uma insatisfação grande pela Renova e o governo, pois eles cobram dos nossos filhos, mas não oferecem alternativa para ocupar nossos filhos. Eles eram livres, hoje não têm o que fazer e não oferecem oportunidades de ocupação. Muitos pensam, preciso ajudar meu pai de alguma forma.^{FGV_ILD_104}

Para Flávia Biroli (2015), às mulheres é atribuída a função de cuidar e prover as necessidades dos seus filhos e filhas, contudo, em diversas das vezes, não há o apoio do Estado na implementação de políticas adequadas para que esse cuidado ocorra, seja na disponibilização de estruturas que possibilitem a conciliação entre os trabalhos domésticos e remunerados, seja em espaços que deem suporte para que esse cuidado seja compartilhado. Essas mulheres, dessa maneira, são punidas injustamente, o que amplia e naturaliza desigualdades.

Situação semelhante pode ser observada nas famílias em condição de vulnerabilidade por todo o Brasil, para as quais a ausência de suporte por parte do Estado, além de não assegurar o bem-estar dessas populações, promove o genocídio da população jovem e negra das regiões periféricas dos municípios do país. No Brasil, a violência é a principal causa de mortes dos jovens e a desigualdade racial se sobressai nos indicadores. Em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios (CERQUEIRA et al., 2021).

4.3.3 Resistência

Ao analisar as narrativas colhidas ao longo das interações conduzidas pela FGV, torna-se notório que a responsabilização das mulheres pelo cuidado familiar/comunitário aciona nas mulheres o ímpeto da resistência.

A atribuição histórica dada às mulheres pela regência do cotidiano da família faz com que, mesmo que de forma invisibilizada e sob baixo reconhecimento social, elas sigam assumindo o lugar como mantenedoras da vida após o desastre. Segundo pesquisadora entrevistada:

Nesse ciclo que existe em desastres, em emergências sócio-sanitárias, as mulheres constroem mundos ordinários e cotidianos. Parir, nascer, criar, morrer. Fazem a gestão da segurança alimentar, da água, do território, da roça. Elas também fazem a gestão das tragédias anunciadas, como os desastres, e ainda se responsabilizam e são responsabilizadas pelo pós-catástrofe.^{FGV_ILE_027}

Para a mesma estudiosa^{FGV_ILE_027}, no pós-desastre as mulheres trabalham na gestão da “refeitura” do mundo, fazendo com que aquele evento extremo se torne, dentro do possível, cotidiano. Mesmo que a realidade se encontre incompatível com os sonhos, essas mulheres buscam a sobrevivência das famílias no território atingido. “Tudo tem que ser repensado. Os sonhos têm que ser repensados. Eles foram atingidos no meio do coração”^{FGV_ILE_027}.

De acordo com a publicação de Oliveira, Podcameni, Lustosa e Graça, em acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) das Nações Unidas: “Existe uma relação indissociável entre essas mulheres e a terra, a sua ancestralidade, os saberes, e, nesse sentido, sempre se mostraram mais comprometidas com o cuidado desses bens ‘comuns’ e a sua defesa” (OLIVEIRA; PODCAMENI; LUSTOSA; GRAÇA, 2021, p. 8). Dessa forma, as mulheres criam grupos e coletivos de resistência para compartilhar experiências, conhecimentos e sonhos.

N: As mulheres buscam (...) medidas de reestruturação, o que realmente vai ficar dentro da comunidade, qual o legado que vai ficar. Porque um dia as empresas vão embora e nós vamos ficar. O importante é esse legado para que a gente possa se reconstituir enquanto comunidade.^{FGV_ILD_113}

Essas mulheres assumem a vanguarda em defesa da preservação da terra e da comunidade, organizam-se cooperativamente contrapondo a lógica de organização individualista (OLIVEIRA; PODCAMENI; LUSTOSA; GRAÇA, 2021).

N: Normalmente temos esse tipo de encontro, quando as mulheres se juntam para produzir ou trocar experiências. Às vezes conseguimos trazer algum curso de capacitação das mulheres. Na maioria das vezes essas reuniões têm um objetivo produtivo ou comemorativo. (...) Quando acontece da gente se reunir, jogar uma conversa fora, já acaba sendo um alívio pra gente. Porque mesmo que não seja pra uma atividade produtiva, mesmo que seja pra conversar, ver como está a atividade da associação, sonhar com o futuro, buscar formas de colocar esses sonhos em prática, hoje nos reunimos mais pra isso.^{FGV_ILD_073}

As narrativas das mulheres atingidas apresentam uma linguagem que transmite certa “identidade de resistência”. Para Castells, existe uma identidade de resistência que é criada por atores que se situam em condições ou posições subalternizadas, desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação. Segundo o autor, essa identidade que forma trincheiras de resistência é importante para a sobrevivência e pode chegar a uma identidade de projeto (coletivo) que se destina a transformar a estrutura social (CASTELLS, 1999, p. 24-25).

A resistência das mulheres, assim, porta correlação com a interrupção abrupta e involuntária de seus modos de vida e com a impermanência das perspectivas em relação ao futuro. Ante o colapso ocasionado pelo desastre, elas enfrentam o caos da vida, veem-se compelidas a se reerguer e reagir na luta por melhores condições para suas famílias e comunidade. A percepção de piora na qualidade de vida juntamente com as incertezas em relação ao futuro desorientam e ao mesmo tempo exigem atos de resistência. Alguns exemplos podem ser observados nos trechos de narrativas coletadas pela FGV nas interações realizadas com as mulheres atingidas:

N: Eu vou insistir na mesma palavra que eu falei em relação às mulheres, fertilidade. É um espaço que gera muita vida.^{FGV_ILD_073}

N: Vivendo um dia após o outro. Mulher, nós somos guerreiras. Porque nós não ficamos paradas, nós tentamos inovar todos os dias. É onde nós estamos conseguimos driblar essa situação. Por mais dificuldade que nós estamos passando, nós estamos conseguindo driblar. Faz um biquinho aqui, um biquinho ali para ajudar em casa. Mas, as coisas não está como que era antes.^{FGV_ILD_078}

N: (...) A mulher tem que ter coragem, sabedoria, e tem que ter esperança, acima de tudo. É preciso a gente continuar correndo atrás do sonho, na certeza que a gente vai conseguir.^{FGV_ILV_044}

N: [As mulheres são] Guerreiras. Vida e cocriação. Vida, capacidade de gerar vida e amor. Vida, somos as antecessoras, mães. Jesus para vir ao mundo veio através de uma mulher. Luta e perdão. Não é fácil, mas nós temos que perdoar. Nos perdoar. Oportunidade e erguer a voz e poder expressar. Liberdade de estrutura patriarcal. Guerreira e abençoada por Deus. Orgulho. Diversidade, somos muitas e somos diversas. Água, dissolver, diluir, a água sempre encontra um caminho.^{FGV_ILD_078}

É essencial que para a compreensão desse lugar da “mulher aguerrida” considere-se as interseccionalidades de fatores como gênero, raça e classe social, bem como o evento colonial que atravessa a história do Brasil. Às mulheres brasileiras racializadas nunca foi oferecido o lugar da fragilidade (CARNEIRO, 2011). Ao longo da história do Brasil, as mulheres negras e não brancas sempre tiveram que travar ainda mais estratégias de resistência contra um sistema capitalista dominante, patriarcal e opressor. De acordo com Françoise Verger, cientista política e especialista em estudos pós-coloniais, para mulheres racializadas que guardam na memória a coragem e a resistência histórica, suas ações podem ser consideradas desobediência por insistirem em afirmar que há uma possibilidade de futuro:

Chamo aqui de quilombagem [*marronnage*] e de quilombolas todas as iniciativas, todas as ações, todos os gestos, cantos e rituais que noite e dia, escondidos ou visíveis, representam uma promessa radical. A quilombagem afirmava a possibilidade de um futuro mesmo quando ele era negado pela lei, pela Igreja, pelo Estado e pela cultura, os quais proclamavam que não havia alternativa à escravidão — considerada tão natural quanto o dia e a noite — e afirmavam que a exclusão dos/as negros/as da humanidade era algo tão natural. (...) Elas/eles desenharam territórios soberanos no próprio coração do sistema escravocrata e proclamaram a liberdade. Seus sonhos, esperanças, suas utopias, e mesmo os motivos de suas derrotas, permanecem espaços de onde se pode tirar um pensamento de ação (VERGER, 2020, p. 49).

Entretanto, como foi visto na seção 4.1 e abordado brevemente nesta subseção, quando a luta diária das mulheres pela manutenção da vida atravessa o espaço doméstico e alcança a esfera pública — historicamente destinada aos homens —, as mulheres atingidas afirmam ter que driblar opressões patriarcais, pois se veem muitas vezes impedidas de atuar tanto por suas famílias quanto, por vezes, pelo próprio Estado.

Narrativa coletada em oficina realizada pela FGV apresenta uma situação de ameaça e silenciamento enfrentada por uma mulher atingida, que após ter feito uma denúncia sobre a falta d'água gerada pelo desastre na escola em que era diretora, foi precocemente aposentada:

N: Foi uma forma que eles se encontraram para calar a boca dela. (...) usam de tudo para nos calar nesse sistema patriarcal, machista. (...) Queria deixar isso registrado aqui, até que ponto nós mulheres somos obrigadas, e que encerramentos eles usam para nos calar, por motivos mais torpes e pequenos.^{FGV_ILD_104}

Em outra narrativa, ficam expressas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na participação política:

N: Sem falar nas viagens que tem que ir [por conta do processo de reparação], eu ainda tenho sorte do meu marido sempre ser compreensível nesse aspecto, mas para o homem entender que você tem que ficar fora por conta das reuniões é sofrido.^{FGV_ILD_104}

Com esforço, e não sem sofrimento, as mulheres tentam se reconciliar com o presente, para buscar caminhos para continuar a vida em família e comunidade. Conforme narrativas coletadas pela FGV: “As mulheres são um símbolo de resistência”^{FGV_ILD_073}.

N: Mulheres guerreiras, cansadas, porém firmes. Porque a gente não pode se deixar vencer, a gente tem que continuar. É na criatividade da mulher que ela acaba suprindo essa necessidade de amenizar prejuízos, de amenizar perdas econômicas, entre outras coisas.^{FGV_ILD_073}

As mulheres insistem em reconstruir as vidas e memórias suas e de seus entes queridos. E por qual motivo as mulheres não declinam dessa potência de vida? Segundo a pesquisadora entrevistada: “É porque elas não aceitam morrer. Elas não aceitam que seus descendentes morram, elas não aceitam o que o rio morra sem que se fale”^{FGV_ILE_027}.

A mesma pesquisadora analisa:

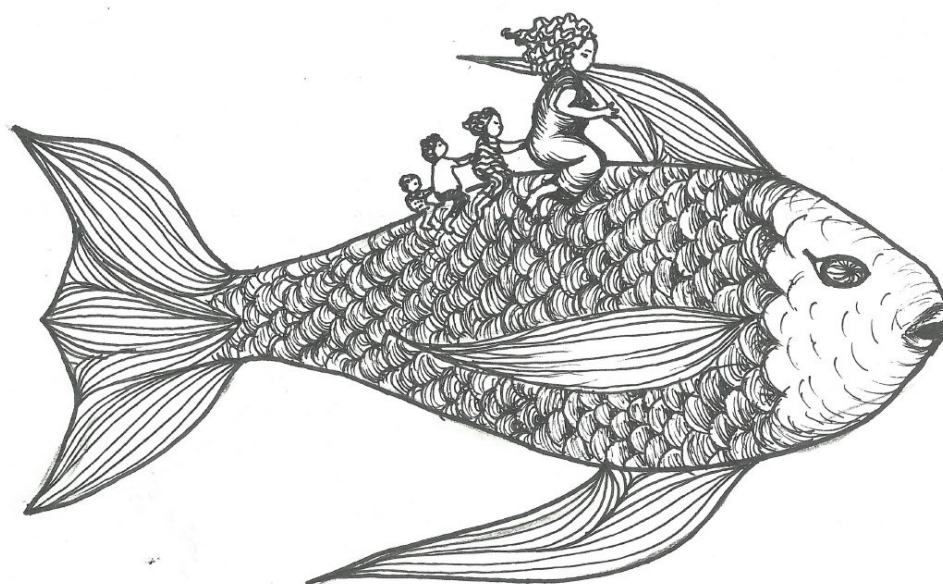
E essas mulheres e crianças, principalmente as mulheres mais velhas, ainda falam de um rio. De um rio possível futuro. E pensando alto, talvez eu esteja errada, acho que quando elas falam isso é uma forma de não aceitar. É muito parecido com as mães e as avós de maio, que mesmo sabendo que seus filhos estão mortos, elas falam “queremos nossos filhos vivos”. Na Argentina, no Chile e em Barcelona tem uns movimentos de pessoas desaparecidas e mortas por conflitos em ditaduras, que as mães e avós mesmo quando identificam os corpos, elas falam: “queremos nossos filhos vivos, não aceitamos”. Elas não aceitam que essa história seja propagada assim, que continue. Acho que é mais isso. A forma de não aceitar é essa. (...) Custe o tempo que custar, vocês têm que trazer o rio de volta. E elas não estão brincando, querendo dizer que não vão tirar elas daqui, levar para outro lugar, resgatar nossa memória. A nossa memória está aqui. (...) O que elas querem dizer é que o lugar que elas têm no mundo é esse rio, é aqui. Vocês vão ter que restituir esse espaço. (...) É levar muito a sério, essas mulheres não estão loucas, não estão apenas adoecidas e falando impropérios. Elas trazem isso na materialidade, não na

abstração. Os movimentos de resistência estão na linguagem delas. (...) Eu acho que quando essas mulheres falam “eu quero meu rio de volta” elas estão fazendo uma resistência na linguagem e estão de verdade não deixando a extinção acontecer. (...) E mesmo que não tenha mais jeito nenhum, científico, não sei o quê, vai ter a contação de história. Vai ter o “sua avó lutou até a morte”. E olha a importância disso. Sua vó morreu falando desse rio. Isso é muito importante pra quem vai construir o futuro, a educação. (...) A memória como ela é contada ela é uma potência.^{FGV_ILE_027}

Essas mulheres lidam então com ancestralidade, com ideias de futuro, com a busca por um milagre coletivo, rezas, lutas, com o cotidiano, com esperança e com um estado de suspensão que perdura por quase sete anos.

N: Então cabe sempre a gente mulher, estar nesse protagonismo, de sermos mártires. Nós não queremos ser isso, só queremos nosso direito, ser reconhecidas (...) E por que que continuo? Acho que nós precisamos fazer, quando a gente nasce Deus escolhe que vai ter esse dom ou vício para brigar pela comunidade, e a gente segue, tem algo que nos impulsiona. A gente quer parar, olha e não vale a pena, mas enquanto tiver sofrimento, a gente continua.^{FGV_ILD_104}

Figura 6 — Sonho



Fonte: Ilustração de Carolina Ribeiro (2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de rodas de conversa realizadas com mulheres em territórios atingidos ao longo de todo o curso do Rio Doce, entrevistas com pesquisadoras de diferentes campos do conhecimento que se relacionam com a temática de gênero, e pesquisas em distintas fontes bibliográficas, este relatório teve o objetivo de analisar as alterações nos modos de vida a partir da perspectiva das mulheres atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão.

Parte-se aqui de estudos diversos que defendem que o paradigma desenvolvimentista tecnológico moderno opera em uma lógica de exploração da natureza que está diretamente ligada à exploração dos corpos e do trabalho das mulheres. O advento colonial, associado ao processo de escravização de milhões de pessoas no Brasil, é considerado central para o entendimento de uma estrutura patriarcal, machista, racista e sexista que coloca as mulheres, em especial mulheres não brancas, em situação de maior vulnerabilização.

Por terem uma série de responsabilidades pelo cuidado doméstico, familiar e comunitário, advindas de questões sócio-históricas abordadas neste relatório, muitas mulheres mantêm uma relação intrínseca com o território onde vivem, do qual dependem e o qual conformam. Diversas situações de violações de direitos podem ser observadas nos territórios atingidos, nos quais as mulheres — e não só elas — sofrem intensamente as consequências do rompimento da Barragem de Fundão, muitas delas sem reconhecimento no processo de reparação em curso. Situações patentes encontradas na investigação realizada pela FGV envolvem a interrupção ou prejuízo às suas práticas de pesca, agricultura, extrativismo, artesanato e atividades comerciais; alterações negativas em sua alimentação e na de seus entes queridos; interrupção de seu lazer no Rio Doce e afluentes e no mar; prejuízo a suas redes de apoio e práticas de sociabilidades; problemas experienciados na saúde física e mental dessas mulheres, seus parentes e comunidade; alterações de seus planos e perspectivas de futuro; entre outros diversos prejuízos já tratados pela FGV na construção de matrizes de danos socioeconômicos ao longo dos territórios atingidos.

Como pontuado, esses danos não foram sofridos apenas por mulheres, mas são sentidos por elas de maneira particular e diversa, tendo múltiplas consequências em suas vidas justamente pelos papéis sociais historicamente impostos. Ao ouvir as mulheres e cotejar suas narrativas com bibliografia e entrevistas com pesquisadoras especializadas, traçou-se um panorama sobre a situação das mulheres atingidas, as especificidades de seus danos, suas demandas e perspectivas. Os principais

resultados, a partir de um conjunto de temas abordados pelas mulheres e analisados conforme a metodologia apresentada, são expressos a seguir.

No que se refere às relações econômicas e condição social, as seguintes considerações foram traçadas:

- O desastre gerou forte impacto à autonomia financeira dessas mulheres, aumentou seu endividamento, e elevou a entrada no mercado de trabalho informal como alternativa à perda das possibilidades de pesca, agricultura e outras atividades ligadas ao rio, comprometendo parcial ou por completo a renda antes auferida.
- Há muita discrepância no reconhecimento de mulheres como atingidas se comparado aos homens quando se trata de pagamentos de auxílios financeiros e/ou indenizações por parte do processo reparatório. Mesmo que sejam reconhecidas por sua comunidade como praticantes de atividades econômicas específicas, como pesca ou agricultura, muitas não são consideradas pelo processo de reparação, sendo invisibilizadas ou tratadas como dependentes de seus companheiros.
- Com menos renda, essas mulheres são levadas a uma situação de menor autonomia e de dependência financeira de seus maridos que gera conflitos, violências, sobrecarga de trabalho doméstico e sobrecarga mental. Na busca por reconhecimento e reparação dos danos que sofreram, muitas dessas mulheres investem tempo em reuniões e discussões, que tanto as sobrecarregam como agravam os danos em razão do pouco ou nenhum resultado dessas mobilizações.
- As instituições responsáveis pela reparação não provêm informação sobre possíveis medidas para ressarcir financeiramente as mulheres atingidas na perspectiva de suas especificidades, tampouco mobilizam investimentos e esforços nesse sentido. Conforme os dados levantados, associações de mulheres não são procuradas para diálogos ou explicação de seus direitos, restando claro que, ao longo dos mais de seis anos em que se opera o processo reparatório protagonizado pela Fundação Renova, as vozes das mulheres não vêm sendo ouvidas. As dificuldades enfrentadas pelas mulheres atingidas estão fortemente relacionadas com os lugares de subordinação a elas conferidos ao longo dos séculos, colocando assim a reparação como mais uma engrenagem do sistema patriarcal e capitalista. O processo de reparação não responde às necessidades dessas mulheres. Ao contrário, submete-as a violências

sistemáticas, que se aprofundam na medida em que as vulnerabilizam ainda mais.

- As mulheres são socialmente responsabilizadas pelos trabalhos domésticos, centrais, inclusive, para que trabalhos na esfera pública se desenrolem. No entanto, os trabalhos domésticos são tratados como de menor importância, quase como não trabalhos. São pouco valorizados e geralmente não reconhecidos financeiramente. As mulheres atingidas pelo rompimento de Fundão percebem uma clara ampliação dos distintos trabalhos que desenvolvem em seus lares, historicamente não remunerados e que geram a elas desgastes e preocupações. Sem emprego e com a perda de espaços de lazer, seus companheiros e filhos estão mais em casa e demandam delas mais cuidado doméstico. A comunidade como um todo, também fragilizada pelo desastre, precisa de maior atenção por parte dessas mulheres. As demandas pelo cuidado podem gerar desvantagens ou até mesmo interromper outras atividades e projetos que as mulheres poderiam ter para si.
- Nesse estudo, restou patente que o aumento da sobrecarga doméstica não está sendo endereçado pelo processo de reparação. Tudo isso colabora para que parte das mulheres atingidas tenha maiores dificuldades de se engajar em atividades políticas/sociais para reivindicação de seus direitos, além de contribuir para diversos cenários de vulnerabilização e situações de violência.
- Sobrecarregadas pelo aumento das atividades domésticas e de cuidado, perdendo autonomia por terem seus trabalhos produtivos menos valorizados, sendo as primeiras a perderem suas ocupações, ou aumentando o tempo gasto com trabalhos mal remunerados para o complemento da renda para a família, essas mulheres acabam por abrir mão do tempo de lazer para si, e muitas vezes até do tempo dedicado às necessidades pessoais e de autocuidado.
- Ao mesmo tempo que o desastre demanda das mulheres maior cuidado para com seus pares, que também são parte de sua rede, arrefece redes econômicas e laços associativos, o que propicia a ruptura de redes de afetos, aprendizagens e ajuda mútua.
- Sendo a alimentação uma face do trabalho doméstico que tende a ficar, sob a legitimação social, a cargo das mulheres, elas e suas famílias atualmente sofrem com a realidade de uma dieta nutricional mais pobre da que possuíam anteriormente — mais alimentos processados e menos pescados e coletados

pela família. Também se amplia a demanda por assistência estatal ou social para acesso a cestas de alimentos.

Nas temáticas que envolvem relações sociais, violência e saúde, este estudo trouxe os seguintes pontos principais:

- O desastre gerou uma série de efeitos danosos à cadeia de relações sociais estabelecidas pelas pessoas com as localidades atingidas e, conseqüentemente, entre si. Os vínculos afetivos gerados pelos momentos de encontro que comumente propiciavam trocas, prazer e lazer foram prejudicados pelas perdas dos espaços onde esses momentos ocorriam, o que acarreta também a perda de suportes emocionais e de espaços de ajuda mútua. A forma como tem sido conduzido o processo de reparação e a falta de clareza sobre os critérios quanto ao recebimento de indenizações e auxílios financeiros têm criado cisões diversas entre as pessoas, impulsionando também a fragilização e a desestruturação das redes sociais das mulheres.
- As mulheres engajadas em processos mobilizatórios relacionados com a luta por reparação por vezes não são reconhecidas como lideranças dentro do processo reparatório ou mesmo dentro de suas comunidades, o que faz com que tenham sua imagem desqualificada, sofrendo deslegitimação e estigmatização de seus papéis de luta.
- Eventos extremos como desastres aumentam os índices de violência contra mulheres e meninas, o que ocorre no caso do rompimento de Fundão. A perda de empregos, lazer, perspectivas, inseguranças quanto à contaminação, aumento do consumo de álcool e drogas nas regiões atingidas são fatores ligados ao aumento dessa violência.
- O próprio processo de reparação é também responsável por essa violência contra mulheres, já que nega a elas autonomia financeira, não garante a devida proteção a mulheres ainda mais vulnerabilizadas e gera demora ou ineficiência na resolução de solicitação de mudança/separação de moradias temporárias por parte de mulheres vítimas de violência.
- Em contextos de desastres, em que mais pessoas doentes precisam de cuidados, as desigualdades na distribuição de trabalhos não remunerados tornam-se ainda mais elevadas, e são potencializadas por marcadores de gênero e de raça. A preocupação com os filhos e filhas, com a família e a sobrecarga doméstica e de tarefas de cuidado agudizam processos de adoecimento físico e mental vivenciados pelas mulheres. Tais responsabilidades

requerem o investimento de muita energia física e grande desgaste psicológico, sem qualquer apoio do processo de reparação em curso. Em muitos casos elas têm que enfrentar essas situações sozinhas, como chefes de seus núcleos familiares.

- A constante incerteza e preocupação com a qualidade da água, dos alimentos e suas consequências para a saúde geram às mulheres intenso sofrimento social e impulsionam ou agravam quadros de adoecimentos físicos e mentais.
- O estado de esgotamento e adoecimento aqui descrito é intensificado pelo não reconhecimento dos direitos de muitas mulheres atingidas da bacia do Rio Doce, de suas especificidades e do processo de sofrimento social pelo qual passam no âmbito da reparação.

Por fim, quando se trata de questões relacionadas com os sonhos, futuro, educação e resistência, nota-se que:

- Sonhos se originam do campo de possibilidades que o cotidiano oferece. A total desestruturação do cotidiano dessas mulheres gera, por consequência, a desestruturação de suas perspectivas de futuro. Diversas dessas perspectivas foram remodeladas por essas mulheres e, hoje, estão ligadas à retomada de suas vidas vividas no passado, antes do desastre.
- Quando perguntadas sobre projetos de vida e futuros sonhados para si, as mulheres muitas vezes os atrelam ao bem-estar da família, em especial dos filhos e filhas. Suas perspectivas, então, são coletivistas, não se ligam apenas ao bem-estar individual, mas dependem do bem viver de seus familiares e rede comunitária.
- Apesar de terem muitos dos seus sonhos interrompidos ou postergados e de viverem um cotidiano exaustivo pelo excesso de preocupações e atividades, mulheres atingidas diariamente insistem em seus sonhos e projetos de vida, e protestam contra a destruição da sua rotina e do meio ambiente ao qual pertencem. Reivindicam o rio e seu modo de vida de volta.
- É comum entre as mulheres, sobretudo aquelas em situações de maior vulnerabilização, que seus projetos de vida profissional e processos de formação educacional sejam encerrados em decorrência das altas demandas nos trabalhos domésticos. Estes trabalhos geram desvantagens ou até mesmo interrompem outras atividades e projetos que as mulheres poderiam ter para si.

- Tendo as mulheres papel central na estrutura familiar e na gestão dos cuidados com a família e comunidade, é comum que a educação das crianças, adolescentes e jovens fique prioritariamente sob sua responsabilidade. Após o desastre, elas tanto não conseguem dedicar tempo que consideram suficiente para auxílio na educação formal de seus filhos quanto a educação informal que ocorria por meio da transmissão intergeracional de conhecimentos em momentos coletivos se arrefece. Tais fatos narrados prejudicam vínculos das gerações futuras com sua ancestralidade, já que saberes são atualizados na prática cotidiana e sua interrupção acarreta perdas materiais e simbólicas.
- Às mulheres recai certa culpabilização da comunidade por “desvios de conduta” de seus filhos e parentes, como o uso excessivo de álcool ou drogas. Há um anseio para que haja intervenções da reparação e/ou estatais que garantam a integridade e o bem-estar da juventude que passa pelo processo de desastre, sem que toda a responsabilidade recaia sobre essas mulheres que passam também por esse processo.
- Apesar de todos os problemas elencados, é evidente o ímpeto de resistência de muitas das mulheres atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. Ante o colapso ocasionado pelo desastre, elas se veem compelidas a se reerguer e reagir na luta por melhores condições de vida para suas famílias e comunidade. É preciso destacar que mulheres negras e não brancas sempre tiveram que travar estratégias de resistência contra um sistema capitalista dominante, patriarcal e opressor, e seguem assumindo o lugar como mantenedoras da vida após o desastre, lutando contra a depreciação do bem-estar nos territórios atingidos.

Conforme os destaques sobre os debates delineados neste relatório, objetiva-se demonstrar que o rompimento da Barragem de Fundão e a chegada dos rejeitos tóxicos desestruturaram o ambiente onde vivem as mulheres, suas famílias e comunidades, desorganizando suas condições sociais e cotidiano. Tudo isso desestabiliza espaços de influência construídos ao longo de décadas, o que vulnerabiliza e submete ainda mais as mulheres atingidas a poderes hegemônicos historicamente constituídos. Assim, a destruição do território-natureza onde vivem influencia na apropriação de seu território-corpo. Um processo de reparação que se pretende integral deve endereçar toda a sorte de danos gerais e específicos sofridos por essas mulheres, considerando também as interseccionalidades entre gênero, raça, classe social e demais especificidades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. R. “**Mulher roceira**”: a alimentação das famílias agricultoras segundo o trabalho das mulheres. Dissertação (Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) — Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16953/1/2014_EricaRamosAndrade.pdf>.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero: estamos preparados? **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v. 9, n. 3, 3. quadr. 2014. Disponível em: <www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791>.

ARMBRUSTER, Karla. “Buffalo Gals, won’t you come out tonight”: a call for boundarycrossing in ecofeminist literary criticism. In: GAARD, G.; MURPHY, P. (Ed.). **Ecofeminist literary criticism: theory, interpretation, pedagogy**. Urbane, Chicago: University of Illinois Press, 1998. p. 97-122.

ARMSTRONG, Sue. Climate change: ask the experts. In: **NewScientist.com**. 2001.

ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. **Journal of the American Planning Association**, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969.

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, v. 18, set./dez. 2015. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151804>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/FYNnRDP9FzFYX3hgmNxmv5q/?lang=pt#>>. Acesso em: 8 ago. 2022.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdade**: Limites da democracia no Brasil. Boitempo, 2018.

BRASIL. Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal [...]. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 ago. 2006. (Lei Maria da Penha). Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>.

CABNAL, Lorena. Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. In: INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL (PACS). **Outras economias**: alternativas ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2018.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 6 mar. 2011. Disponível em: <www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu. **A produção do viver**. Ensaio de economia feminista. ORG Cadernos Sempre Viva. Textos para ação feminista. SOF, 2003. Disponível em: <www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Caderno-A-producao-do-viver.pdf>.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. II.

CERQUEIRA, D. (Coord.) et al. **Atlas da violência 2021**. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); FBSP, 2021.

CHAMBERS, R. **Ideas for development**. Londres: Earthscan, 2012.

_____. **Whose reality counts?** Putting the first last. Londres: Intermediate Technology Publications, 1997.

COELHO, Paula Sassaki. **Mulheres e mineração**: protagonismos e narrativas de mulheres acerca dos impactos e das mudanças vividas em Conceição do Mato Dentro a partir do empreendimento Minas Rio. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-25062019095914/publico/coelho_me.pdf>.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE; FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT STIFTUNG (CEPAL/FES). Big push ambiental: investimentos coordenados para um estilo de desenvolvimento sustentável. **Perspectivas**, São Paulo, n. 20, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (CNDH). **Resolução n. 5**, de 12 de março de 2020. Dispõe sobre Diretrizes Nacionais para uma Política Pública sobre Direitos Humanos e Empresas. Brasília-DF, 2020.

COSTA, C. **Alimentação, gênero e meio ambiente**. Instituto Pólis, 2009. Disponível em: <<https://polis.org.br/wp-content/uploads/2014/10/502.pdf>>. Acesso em: ago. 2022.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1300, 1991.

CUNHA, C. C.; SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. **Territórios e territorialidades, teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

DAS, V.; KLEINMAN, A.; LOCK, M. Introduction. **Daedalus, Special Issue on Social Suffering**, v. 125, n. 1, p. 11-20, 1996.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO (DPE). **Relatório Preliminar Sobre a Situação da Mulher Atingida Pelo Desastre do Rio Doce no Estado do Espírito Santo**. Vitória, ES, 2018.

EMPODERA CLIMA. **Cinco anos do Acordo de Paris — o que isso significa para a Igualdade de Gênero?** Disponível em: <www.empoderaclima.org/pt/base-dados/artigos/cinco-anos-do-acordo-de-paris>. Acesso em: 14 jul. 2022.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017. 464 p.

FISHER, S. Violence against women and natural disasters: findings from post-tsunami Sri Lanka. **Violence Against Women**, v. 16, n. 8, p. 902-918, 2010.

FOLHA DE S. PAULO. **Mulheres são mais afetadas por mudanças climáticas**. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/11/mulheres-sao-mais-afetadas-por-mudancas-climaticas.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2022.

FREITAS, R. de C. M. A construção de uma agenda para as questões de gênero, desastres socioambientais e desenvolvimento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 889-899, set./dez. 2010.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Análise de Agravos Notificados às Bases do DATASUS — Parte 1**. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2019c. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_analise-de-agravos-notificados-as-bases-do-datasus-parte-1>.

_____. **A Situação das Mulheres Atingidas pelo Desastre do Rio Doce a partir dos Dados da Ouvidoria da Fundação Renova**. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2019a. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_situacao-das-mulheres-atingidas-pelo-desastre-do-rio-doce-a-partir-dos-dados-da-ouvidoria-da-fundacao-renova>.

_____. **A Violência Doméstica contra as Mulheres Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão**. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021a.

_____. **Encontro do Círculo de Colaboração Gênero e Deslocamentos Compulsórios**. Encontro virtual realizado em 2 ago. 2022.

_____. **Matriz Indenizatória Territorial para os Municípios de Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta e Aimorés, no Médio Rio Doce**. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021p.

_____. **Matriz Indenizatória Territorial para os Municípios de Bom Jesus do Galho, Caratinga, Córrego Novo, Dionísio, Marliéria, Pingo d'Água, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Raul Soares, Rio Casca e Timóteo, no Alto Rio Doce**. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021o.

_____. **Matriz Indenizatória Territorial para os municípios de Belo Oriente, Bugre, Fernandes Tourinho, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Naque, Periquito, Santana do Paraíso e Sobrália, no Médio Rio Doce**. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2022a.

_____. **O Rompimento da Barragem de Fundão na Perspectiva da Administração Pública Municipal**: uma Análise Qualitativa a partir de Estudos de Caso em Barra Longa (MG), Resplendor (MG) e Linhares (ES). Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020j. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_relatorio-tecnico_o-rompimento-da-barragem-de-fundao-na-perspectiva-da-administracao-publica-municipal.pdf>.

_____. **Parâmetros e Subsídios para a Reparação dos Danos Socioeconômicos nos Territórios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó**. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020m. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/rosa-fortini-parametros-e-subsidios-para-a-reparacao-dos-danos-socioeconomicos_parte-1.pdf>.

_____. **Parâmetros e Subsídios para a Reparação dos Danos Socioeconômicos na Cadeia da Pesca do Camarão na Praia do Suá em Vitória (ES)**. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020l. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/camaroeiros_parte-1.pdf>.

_____. **Racismo e o Processo de Remediação do Desastre da Barragem de Fundão**. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021v. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/2021/fgv_racismo-e-o->

processo-de-remediacao-do-desastre-da-barragem-de-fundao.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2021.

_____. **Matriz Indenizatória Territorial para os Municípios de Aracruz, Conceição da Barra, Fundão, Linhares, São Mateus e Serra, na Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo**. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2022b.

_____. **Sítio virtual do Projeto Rio Doce — aba Os Atingidos**. [s.d.]. Disponível em: <<https://projetoriadoce.fgv.br/os-atingidos>>. Acesso em: jul. 2022.

_____. **Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo**: Reconhecimento, Responsabilidade e Danos Socioeconômicos Decorrentes do Desastre da Samarco. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021w.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA (CORECON MG). Pobreza, substantivo feminino. **Boletim n. 8**, abr. 2020. Disponível em: <<http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Boletim-8.pdf>>. Acesso: jun. 2021.

FURTADO, Fabrina Pontes; ANDRIOLLI, Carmen. Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 66-93, fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-6>.

G1. **Mulheres ganham em média 20,5% menos que homens no Brasil**. Por Darlan Alvarenga, mar. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/08/mulheres-ganham-em-media-205percent-menos-que-homens-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 9 ago. 2022.

GAARD, Greta; MURPHY, Patrick D. (Ed.). **Ecofeminist literary criticism**: theory, interpretation, pedagogy. Urbana, Chicago: University of Illinois Press, 1998.

GALEANO, E. **Mulheres**. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

GEBARA, Ivone. **Teologia ecofeminista**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997.

GLENN, Evelyn Nakano. From servitude to service work: historical continuities in the racial division of paid reproductive labor. **Signs**, v. 18, n. 1, p. 1-43, 1992.

GLOBAL FACILITY FOR DISASTER REDUCTION AND RECOVERY (GFDRR). **Post-disaster needs assessments. Volume A: Guidelines**. Washington: GFDRR, 2013.

GOES, E. F.; NASCIMENTO, E. R. Mulheres negras e brancas e os níveis de acesso aos serviços preventivos de saúde: uma análise sobre as desigualdades. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 571-579, out./dez. 2013.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 376 p. Disponível em: <<https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

_____. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

HERKENHOFF; PRATES. **Oficinas de proteção social**: relatório final. maio 2017.

HERRERA, Karolyna Marin. Repensando o valor social das mulheres rurais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13. **Anais eletrônicos**. Florianópolis, 2017. Disponível em: <www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499449704_ARQUIVO_Herrera_Karolyna.pdf>.

IGNEZ S. PAULILO, Maria. FAO, Fome e mulheres rurais. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, p. 285-310, 2013. Disponível em: <www.redalyc.org/pdf/218/21827806002.pdf>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Continua Anual 2019 — PNADCA**. [Base de dados online]. 2020. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

INSTITUTO MOBILIDADE E DEENVOLVIMENTO SOCIAL (IMDS). **Atualização dos resultados de pobreza 2021**. Disponível em: <https://imdsbrasil.org/doc/imds_apresentacao_pobreza_2021_24-06-2022.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

KLEINMAN, A. **Experience and its moral modes**: culture, human conditions and disorder. Tanner Lectures on Human Values, Stanford University, 1998.

KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret (Ed.). **Social suffering**. Berkeley; Los Angeles; Londres: University of California Press, 1997.

KUHNEN, Tânia A. A crítica ecofeminista ao paradigma do desenvolvimento: a necessidade de repensar a relação humana com a natureza. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. ISSN 2179-510X.

LIMA, Aline; QUEIROZ, Ana Luiza. Mulheres Invisíveis — refletindo sobre o direito humano à alimentação, mulheres e agroecologia. In: INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL (PACS). **Mulheres e soberania alimentar**: sementes de mundos possíveis. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2019.

LÜCHMANN, L. H. **A representação no interior das experiências de participação**. São Paulo: Lua Nova, 2007.

MARTINS, P. A.; CARRIJO, C. A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e60721, 2020.

MELLOR, Mary. **Feminismo y ecología**. Tradução de Ana María Palos. Delegación Coyoacán: Siglo Veintiuno, 2000.

MELO, H. P. de; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009. Disponível em: <www.scielo.br/j/rec/a/n6MkFMkdcWNq4JfhfzW7DQh/?lang=pt&format=pdf>.

MERCHANT, C. The death of nature. In: ZIMMERMANN, M. et al. (Org.). **Environmental philosophy**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998. p. 277-290.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NEVES, M. et al. **Pesquisa sobre a Saúde Mental das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem do Fundão em Mariana**. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://site.medicina.ufmg.br/wpcontent/uploads/sites/7/2018/04/Relatorio-Prismma-.pdf>>.

OLIVERA, M.; PODCAMENI, M. G.; LUSTOSA M. C.; GRAÇA, L. **A dimensão de gênero no big push para a sustentabilidade no Brasil**: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira. Documentos de projetos (lc/ts.2021/6; lc/brs/ts.2021/1). Santiago; São Paulo: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2021.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPS). **Protección de la salud mental en situaciones de desastres y emergencias**. Washington: OPS, 2002. (Manuales y Guías sobre Desastres; Nº 1) — 107p. — ISBN92 75 32421 2.

OXFAM. **Tempo de cuidar**. Documento informativo da Oxfam. 2020. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/wpcontent/uploads/2020/01/200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo-1.pdf>.

PACHECO, T.; FAUSTINO, C. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapa. In: PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. (Comp.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil**: o mapa de conflitos [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 73-114. ISBN 978-85-7541-576-4. <https://doi.org/10.7476/9788575415764.0004>.

PACHECO, T. **O que é racismo ambiental**. Disponível em: <www.facebook.com/sescpompeia/videos/o-racismo-ambiental-por-t%C3%A2nia-pacheco/754606065215386/>. Acesso em: 26 jul. 2022.

PARLAMENTO EUROPEU. **Committee on women's rights and gender equality, report on women, gender equality and climate justice (2017/2086INI)**, [online]. 2017. Disponível em: <www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A8-2017-0403+0+DOC+XML+V0//EN>. Acesso em: 9 ago. 2022.

PEREIRA, D. M. (Org.). **Perdas ecossistêmicas**: Mariana atingida pela ruptura da Barragem de Fundão da SAMARCO/VALE/BHP BILLITON. Ouro Preto: Gráfica da UFOP, 2020. 2 v.

PIMENTA, Denise. **O cuidado perigoso**. Tramas de afeto e risco na Serra Leoa (a epidemia do ebola contada pelas mulheres, vivas e mortas). Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PLUMWOOD, Val. **Feminism and the mastery of nature**. Londres: Routledge, 2003.

PRIETO, M.; ALUJAS, Á. R. Caracterizando la participación ciudadana en el marco del Gobierno Abierto. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, v. 58, p. 61-100, 2014.

ROSA, D. D. **Violências e resistências**: impactos do rompimento da Barragem da Samarco/Vale e BHP Billiton sobre a vida das mulheres atingidas em Mariana/MG. Tese (doutorado em Psicologia Social) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SALDANHA, Nathália Silva Barbosa. **Por ser mulher**: a construção dos estudos de gênero na resposta aos desastres. O caso da indústria de mineração no Brasil do século XXI. Tese (Doutorado) — Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde, Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, a. XIII, n. 2, 1999.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. **Territórios e territorialidades, teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996. Disponível em: <www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/107_sarti_cynthia_termo.pdf>.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

SHIVA, V., Mies, M. **Ecofeminismo**. Tradução de Fernando Dias Antunes. Lisboa: Piaget, 1993.

SIENA, M.; VALÊNCIO, N. Gênero e desastres: uma perspectiva brasileira sobre o tema. In: VALÊNCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. (Org.). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

SIENA, Mariana. **A dimensão de gênero na análise sociológica de desastres**: conflitos entre desabrigadas e gestoras de abrigos temporários relacionados às chuvas. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

SILVA, J. L. **Gestão de desastres no Brasil**: uma perspectiva de gênero. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

SOBRAL, M. A.; CAMPOS, R. M. P. Da lama à luta: a busca da visibilidade da mulher vítima da mineração pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo. In: CONGRESSO NACIONAL DE DEFENSORES PÚBLICOS, XIV, 12-15 nov. 2019, Rio de Janeiro. Disponível em: <www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/42570/Da_Lama__Luta_a_busca_da_visibilidade_da_mulher_v_tima_da_minera__o_pela_Defensoria_P_blica_do_Estado_do_Esp_rito_Santo.pdf>.

SOUZA, Ayanne Larissa Almeida de; PEREIRA, Valmir. María Lugones e a descolonização do feminismo. **Revista Ideação**, n. 42, p. 432-445, jul./dez. 2020.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

TORRES, Maximiliano. Ecofeminismo: um termo novo para um saber antigo. **Terceira Margem**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 157-175, jan./jul. 2009.

TRANTER, Kellie. **Mulher e mudanças climáticas**. 2008. Disponível em: <www.sinpermiso.info/textos/mujeres-y-cambio-climtico>. Acesso em: 14 jul. 2010.

TSING, A. L. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. Tradução de Pedro Castelo Branco Silveira com revisão de Thiago Mota Cardoso. **ILHA**, v. 17, n. 1, p. 177-201, jan./jul. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8034.2015v17n1p117>.

VAYDA, A. P.; McKAY, B. J. New directions in ecology and ecological anthropology. **Annual Review of Anthropology**, v. 4, p. 293-306, 1975.

VERGÈS. Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: UBU, 2020.

WANDERLEY, L. J. **Indícios de racismo ambiental na tragédia de Mariana**: resultados preliminares e nota técnica. Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2015.

ZHOURI et al. O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social. In: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. (Org.). **Mineração na América do Sul**: neoextrativismos e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016.

APÊNDICE A — Premissas do levantamento de dados primários com pessoas atingidas

Conforme determinado no Termo de Ajustamento Preliminar, a FGV deve observar uma série de princípios na elaboração do diagnóstico de danos socioeconômicos, destacando, dado o significado que têm para a identificação de danos: (i) a centralidade das pessoas atingidas; (ii) a participação social; (iii) a valorização dos saberes locais; e (iv) o olhar sobre territorialidades de grupos sociais atingidos.

A centralidade das pessoas atingidas se expressa, sobremaneira, a partir da identificação participativa dos danos ocasionados pelo desastre, na medida em que este é o ponto de partida da construção de propostas de reparação integral. Na metodologia elaborada pela FGV, a experiência das pessoas atingidas pelo desastre é elemento fundante da identificação de danos, compreendendo as especificidades dos grupos sociais, seus modos de experimentar, conceber e responder às transformações compulsoriamente ocasionadas pelo rompimento da Barragem de Fundão aos seus modos de vida e de existência.

Este mesmo princípio deve lastrear o planejamento de projetos de desenvolvimento (CHAMBERS, 1997) e de ações de reconstrução pós-desastre³¹. De acordo com o *Global Facility For Disaster Reduction And Recovery* (GFDRR), uma abordagem centrada em pessoas tem em seu cerne o conceito de desenvolvimento humano na acepção de Amartya Sen (1998), para quem o desenvolvimento significa a realização das plenas capacidades e a expansão das liberdades individuais de cada ser humano. Nesse sentido, a centralidade das pessoas atingidas guia a concepção, o planejamento e a operacionalização de ações para restaurar as condições de as pessoas alcançarem plenamente seu potencial produtivo e criativo de acordo com seus interesses e necessidades.

No Brasil, princípio análogo vem sendo trabalhado no âmbito do debate jurídico sobre a relação entre grupos sociais atingidos por grandes empreendimentos e por desastres. A Resolução nº 5 do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH, 2020) traz o princípio da centralidade do “sofrimento da vítima”, determinando que ele seja

³¹ As avaliações de danos pós-desastre (ou *post-disaster need assessment*, PDNA, no original) surgiram em 2008 a partir de uma articulação entre União Europeia, Banco Mundial e ONU no reconhecimento de que é preciso fortalecer a coordenação de atores para lidar com situações pós-desastre. O objetivo da PDNA é auxiliar governos na avaliação dos impactos de um desastre em um país, tomando-a como base para conceber estratégias de recuperação factíveis e sustentáveis e buscar recursos técnicos e financeiros para viabilizá-las (GFDRR, 2013).

observado na construção da reparação integral pelas violações de direitos humanos cometidos por empresas. Essa resolução expressa o entendimento de que deve haver “participação ativa das pessoas e comunidades atingidas na elaboração dos mecanismos de compensação e prevenção, com vistas a evitar que a violação ocorra novamente”.

Na mesma perspectiva, a participação social no processo de identificação de danos também constitui a centralidade na pessoa atingida, reforçando conjuntamente o arranjo metodológico propiciador do protagonismo dos grupos sociais na identificação de danos realizado pela FGV³².

Importa observar que a intensidade da participação social pode variar dentro de um gradiente que revela o quão expressiva ou presente é em distintos processos e projetos, de iniciativas pouco ou nada participativas, em que autoridades ou grupos de grande poder político tomam decisões sem considerar a posição de outras partes interessadas, até aquelas com intensa participação, nas quais o poder sobre decisões é compartilhado entre diferentes grupos sociais (ARNSTEIN, 1969; PRIETO; ALUJAS, 2014).

De acordo com LÜCHMANN (2007), a participação pode catalisar um processo de transformação social. Nas palavras da autora,

a participação na construção de agendas públicas é educativa e promove, por um processo de capacitação e conscientização — individual e coletiva — o desenvolvimento da cidadania, cujo exercício é requisito central na ruptura com o ciclo de subordinação e de injustiças sociais. Com efeito, a participação conferiria um outro ciclo (virtuoso) ancorado nas relações entre participação cidadã, mudança da consciência política e redução das desigualdades sociais (LÜCHMANN, 2007, p. 142).

Nesse sentido, partir da premissa de participação social significa desenhar uma metodologia calcada em um processo promotor de ambiente de mútuo aprendizado e cooperação entre grupos sociais atingidos e os técnicos responsáveis pela identificação. Assim, a participação social se constitui como processo, com o fim na construção conjunta de conhecimento em espaços propícios à troca de informações e diálogo entre pessoas atingidas. Para a identificação de danos, partir da premissa e avançar pelo processo de participação social significa ampliar o grau de envolvimento das pessoas atingidas pelo desastre em todo o processo metodológico desenhado pela FGV.

³² Ela tem importância também na valoração dos danos e na concepção de parâmetros para a reparação desses danos, etapas posteriores do trabalho da FGV que têm como fundamentação a metodologia de identificação de danos aqui descrita.

Para tal, a valorização dos saberes dos grupos sociais atingidos torna-se fundamental. Os saberes locais compõem sistemas de conhecimento sobre o real, mantidos e propagados socialmente (FGV, 2020b). Nutridos pelo cotidiano (SANTOS, 1999), pelas interações entre comunidade e seu meio, pelas relações interpessoais e por construções coletivas da memória, constituem um produto histórico dinâmico, que se reconstrói e se modifica (CUNHA; SAQUET, 2009). São transmitidos entre grupos e gerações e podem ser ressignificados ou adaptados de acordo com as transformações vividas e com novas necessidades.

Esses saberes comportam tecnologias sociais associadas e combinam pressupostos, formas de aprendizado, pesquisa e experimentação por vezes distintos daqueles hegemônicos, porém igualmente relevantes (CUNHA; SAQUET, 2009). Dado que categorias técnicas de determinados campos científicos se afastam das epistemologias de muitos dos grupos sociais atingidos pelo desastre, partir da valorização dos saberes dos grupos sociais atingidos significa reconhecer, considerar e incorporar à metodologia os conhecimentos dos diferentes povos e comunidades no processo de identificação de danos.

Desta forma, é possível integrar os saberes dos grupos sociais em uma base sólida para a gestação de soluções em situações de conflito, construção de projetos de futuro, conforme já tratado pela FGV em outro relatório da FGV (2020b), e estratégias para o desenvolvimento territorial, sendo frutíferos à construção de caminhos e respostas para problemas complexos (CHAMBERS, 2012).

Por fim, associada ao reconhecimento dos saberes locais, a proposta metodológica da FGV (2020b) parte de um olhar sobre territorialidades. Fruto da rede de relações, interações, formas de uso e apropriação material e simbólica do território, a territorialidade é compreendida como relacional e dinâmica, mudando no tempo e no espaço conforme as características de cada grupo social. Corresponde à espacialização de relações sociais, econômicas, culturais e políticas dos indivíduos e comunidades e efetiva-se nas relações cotidianas em suas diferentes dimensões que envolvem o trabalho, a família e os espaços coletivos e comunitários, sempre de maneira múltipla e híbrida (SAQUET, 2009).

Nesse sentido, ao voltar a atenção na identificação de danos para as territorialidades, compreende-se que cada grupo social experimenta a degradação ambiental decorrente do desastre conforme a espacialização de suas práticas e saberes. Isto é, considerar territorialidades implica reconhecer a importância dos modos de vida de cada grupo

social em relação com o ambiente em que vivem, os quais foram significativamente alterados pelo desastre decorrente do rompimento da Barragem de Fundão.

APÊNDICE B — Roteiro de entrevistas com pesquisadoras e estudiosas

Roteiro entrevistas com estudiosas/pesquisadoras

Objetivo: esse roteiro visa orientar entrevista com especialistas/pesquisadoras, proporcionando abordar com maior profundidade questões de gênero relativas a contextos de desastres, com foco nas mulheres atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, ocorrido em novembro de 2015.

1 — Breve apresentação do Projeto Rio Doce e esclarecimentos iniciais

2 — Leitura de termo de consentimento

3 — Entrevista

3.1 Temas tratados:

- Relações econômicas e condição social
- Cuidado de si e com o outro
- Educação e Futuro

3.2 Organização da entrevista:

- Bloco I: Abertura: apresentação em torno dos conhecimentos sobre o território e/ou tema específico
- Bloco II: Relações Econômicas e Condição Social
- Bloco III: Violência e Saúde
- Bloco IV: Educação e Futuro

3.2.1 Bloco I — Breve abertura: Sobre o território ou tema específico (10min)

Objetivo do bloco: entender a relação da entrevistada com o território e sua compreensão sobre o desastre em questão. Caso a estudiosa/pesquisadora não possua conhecimentos específicos acerca do território e do caso, a introdução será sobre a trajetória e acúmulo em relação a algumas questões de gênero.

1 — Poderia nos contar um pouco sobre sua formação e seu histórico de pesquisa?

2 — Você possui algum conhecimento sobre o território ou o caso do rompimento da Barragem de Fundão?

3 — Ao longo da sua trajetória de pesquisa sobre a temática de gênero, você já se deparou com a temática dos desastres? (Considerando-se, também, situações de riscos

e desastres urbanos e rurais como alagamentos, fortes chuvas, deslizamentos etc.). Como entende que essas duas temáticas podem se relacionar?

4 — Alguns movimentos e correntes de pesquisa, como o ecofeminismo, tratam da relação entre exploração de gênero e exploração da natureza. Como você considera que as afetações ao meio ambiente reverberam em questões de gênero?

3.2.2 Bloco II — Relações Econômicas e Condição Social (20min)

Objetivo do bloco: trazer discussões sobre violência econômica, acesso a reparação, rede de apoio, lazer e alimentação.

1 — As mulheres atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão relatam com frequência possuírem indenizações e auxílios financeiros por parte da reparação em valores inferiores aos dos homens. Outras relatam nunca terem recebido qualquer aporte financeiro, mesmo tendo profissões similares ou complementares às masculinas, como nos casos da pesca e agricultura. Poderia falar um pouco sobre possíveis consequências dessas discrepâncias para a vida das mulheres? A perda de autonomia financeira se desenrola para quais pontos da vida pública e privada da mulher?

2 — Ainda no âmbito profissional, muitas mulheres destacam que, ao perderem suas profissões com o desastre, perdem também círculos sociais e redes de apoio, sejam de amizades ou institucionais, como associações de mulheres. Você poderia comentar um pouco sobre desdobramentos e significados do rompimento desses vínculos?

3 — A sobrecarga de trabalho doméstico e as perdas de lazer são também relatadas com muita frequência pelas mulheres atingidas pelo rompimento. As restrições na relação com o meio ambiente afetam diversas profissões (pesca, agricultura, extrativismo, entre outras) e momentos de lazer em cursos d'água, tanto dessas mulheres quanto de seus familiares e círculo social mais amplo. Comente um pouco, por favor, sobre as questões sócio-históricas que impõem o cuidado do lar e do círculo familiar às mulheres e as consequências disso para elas. Como essas situações se alteram em contextos de eventos extremos, como um desastre?

4 — Ligado à questão anterior está o cuidado com a alimentação da família. Poderia falar um pouco sobre questões de gênero e o cuidado com a alimentação/provisão de alimentos?

3.3.3 Bloco III — Violência e Saúde (20min)

Objetivo do bloco: abordar violência doméstica, saúde e demais fatores de vulnerabilidade.

1 — Como e por que eventos extremos e mudanças bruscas da vida cotidiana, como desastres e o que ocorre em contextos de grandes obras, afetam questões relacionadas com a violência doméstica e de gênero?

2 — Na relação com a pergunta anterior e o bloco II, como a saúde física e psicológica da mulher são afetadas nesses contextos? Quais são as consequências para o cuidado de si quando as mulheres se encontram tão preocupadas com o cuidado do outro?

3 — Mulheres costumam estar em situações de maior vulnerabilidade que homens, mas outros fatores, como cor da pele e situação econômica, são marcadores sociais que interferem na vulnerabilidade. Poderia discorrer um pouco sobre isso?

3.3.4 Bloco IV — Educação e Futuro (20min)

Objetivo do bloco: tratar da interrupção e projeção de sonhos a si e ao outro, perspectivas de futuro e educação.

1 — Gostaríamos agora de falar sobre sonhos e desenvolvimento pessoal. Como o cotidiano e as projeções de presente e futuro costumam se perder/relocar nesses contextos de desorganização da vida pessoal e familiar? Isso costuma afetar de maneira diversa homens e mulheres?

2 — Como a educação, seja a formal, escolar, seja aquela propiciada pela transmissão intergeracional de conhecimento, atravessa questões de gênero? E como isso pode ser afetado em contextos de eventos desorganizadores do cotidiano, como desastres?

4 Finalização (10min)

1 — Gostaria de acrescentar mais algum comentário ou trazer algum assunto que considera importante e não foi abordado nessa entrevista?

2 — Poderia, por favor, nos indicar bibliografias relevantes às temáticas aqui tratadas?

Muito obrigada!

APÊNDICE C — Currículos das pesquisadoras entrevistadas

Profa. dra. Margarita Olivera

Professora adjunta no Instituto de Economia da UFRJ, desde 2015. Ministra as disciplinas: Economia e Feminismos, Desenvolvimento Socioeconômico e Experiências de Desenvolvimento Comparadas. Em 2018 criou o projeto de extensão “Economia e Feminismos” e desde 2020 é coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Economia e Feminismos, NuEFem/IE/UFRJ. Margarita é doutora em Economia Política pela Universidade La Sapienza de Roma, Itália (2009), e tem graduação em Economia pela UBA, Argentina (2003). Entre 2011 e 2014 foi pesquisadora de Pós-doutorado e professora nos mestrados de Desenvolvimento Econômico e de Cooperação Internacional, ambos da Universidad General San Martín, Argentina. Os seus interesses de pesquisa são: economia feminista, feminismo decolonial, teoria da reprodução social e desenvolvimento econômico latino-americano.

Profa. dra. Livia Tavares Mendes Froes

Doutora e mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora EBTB do Instituto Federal Baiano, campus Senhor do Bonfim, nas modalidades ensino médio, subsequente e pós-graduação. Atualmente integra a coordenação colegiada do Geni — Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade do IF Baiano/Senhor do Bonfim. Professora colaboradora vinculada ao Mestrado Profissional em Educação do Campo (UFRB). Tem experiência e interesse pelos seguintes temas: condição feminina no campo, estudos rurais e de gênero, reprodução social do campesinato, educação do campo, trabalhadores rurais, migração sazonal, movimentos sociais do campo.

Dra. Denise Moraes Pimenta

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2009), tendo realizado formação complementar em História Social. Possui mestrado (2012) e doutorado (2019) em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Durante o doutoramento, realizou pesquisa de campo na Serra Leoa (África do Oeste), buscando compreender as relações entre gênero, trabalho do cuidado e a epidemia do vírus do Ebola. Na USP, foi orientada pelo professor titular dr. John Cowart Dawsey; na Fourah-Bay College/University of Sierra Leone, foi supervisionada pela professora dra. Aisha Fofana Ibrahim. Fez parte do Institute of Gender Research and Documentation

(INGRADO — University of Sierra Leone) e do The Ebola 100 Project, coordenado pela professora Sharon Abramowitz. Atualmente, participa dos grupos Epidêmicas Antropológicas (UFRGS), coordenado pelo professor Vitor Grunvald; CPAS-1/Faculdade de Saúde Pública da USP, coordenado pelo professor José Miguel Olivar, e também do grupo GEMMTE — Grupo de Estudos Multiespécie, Microbiopolítica e Tecnossocialidade, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenado pelo professor Jean Segata. Além disso, contribui com o Observatório da Covid-19 do núcleo CEMI-Unicamp, coordenado pelo professor Omar Ribeiro. No momento, realiza pós-doutorado no Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para a Saúde (Cidacs-Fiocruz/BA), compondo a Comissão de Equidade, Diversidade e Engajamento da instituição, e também é membro do Comitê de Estudos Africanos da ABA. Ministra aulas e orienta alunas e alunos no Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e é professora voluntária no Cursinho Popular Teresa de Benguela — Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Profa. dra. Cristiane de Assis Portela

Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Goiás (2003), mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (2006) e doutorado em História Social pela Universidade de Brasília (2011). É Professora adjunta da Área de Teoria e Metodologia do Ensino de História no Departamento de História da Universidade de Brasília, desde dezembro de 2018. Desde fevereiro de 2021 é coordenadora institucional do Programa de Iniciação à Docência (PIBID/UnB). É uma das coordenadoras do LABEH — Laboratório de Ensino de História da UnB e colíder de dois Grupos de Pesquisa cadastrados no Diretório do CNPq: GP Cauim: Estudos e Práticas Dialógicas no Contexto de Povos e Territórios Tradicionais (vinculado ao PPG em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais) e GP Pluriepistemologias e Ensino de História (em parceria institucional com a Universidade Federal de Jataí — UFJ e a Universidade Federal de Uberlândia — UFU). Coordena o Projeto de Pesquisa e o Curso de Formação Continuada “Outras Brasília: ensino de História do Distrito Federal a partir de fontes documentais” e os Projetos de Extensão “Centro de Memória(s) do CEM Elefante Branco” (contemplado com três bolsas de PIBIC Ensino Médio no edital 2021/2022) e o “App Atitude Historiadora: jogo investigativo, divulgação histórica e metodologia webquest” (contemplado nos Editais 1 e 2 do Projeto Licenciaturas em Ação DEG/ UnB). No PIBID/UnB desenvolve o Subprojeto Interdisciplinar História e Sociologia “A pesquisa como estratégia metodológica para o ensino em História e Sociologia na Educação Básica”. É docente do quadro permanente

e professora orientadora no Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais da Universidade de Brasília (MESPT), coordenando o PPG-PCTs na gestão 2021 a 2023. Neste PPG, desde 2011 orienta indígenas, quilombolas e sujeitos de outras comunidades tradicionais com ênfase em novas epistemologias, narrativas históricas e metodologias insurgentes. Desenvolveu uma pesquisa contemplada no PIBIC 2020/2021, com o tema “Por outras epistemologias: representações da história indígena em fontes documentais associadas ao Relatório Figueiredo” (1967), premiado como Melhor Trabalho no Congresso de Iniciação Científica da UnB na Categoria PIBIC AF. Atualmente coordena um PIBIC 2021/2022 contemplado com bolsas do CNPq, intitulado História Indígena e Outras Epistemologias: uma análise das memórias do Povo Tapeba a partir de indícios históricos do Relatório Figueiredo (1967). Tem experiência na área de Ensino de História, História Indígena, Narrativas Quilombolas, História do Distrito Federal, Epistemologias entre Povos e Comunidades Tradicionais, História Oral e História Pública, trabalhando principalmente com os temas: fontes documentais, diversidades, memórias e identidade.

APÊNDICE D — Termos de consentimento livre e esclarecido

APÊNDICE D.1 — Modelo de termo de consentimento livre e esclarecido aplicado a pesquisadoras

Figura 1 — Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aplicado nas entrevistas com pesquisadoras

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você foi convidado(a) a participar, como entrevistado(a), do estudo chamado "Projeto de Pesquisa para Realização de Diagnóstico, Avaliação dos Impactos e Valoração dos Danos Socioeconômicos Causados nas Comunidades Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão". Os objetivos deste estudo são:

- identificar os danos sofridos pelas pessoas em função do desastre;
- valorar esses danos e sugerir formas para reparação integral;
- recomendar medidas para melhorar o processo de reparação; e
- criar um plano para monitorar as ações de reparação adotadas.

A sua participação é importante para levantarmos dados e informações sobre o desastre em relação às comunidades atingidas, especialmente sobre os modos de vida, danos sofridos e processo de reparação. Após o aceite a este Termo de Consentimento, você será convidado(a) a participar de uma conversa conduzida pela equipe da FGV, que será guiada por um roteiro básico separado por temas. Sobre os dados fornecidos, esclarecemos o seguinte:

(1) Além do registro de áudio desta conversa, registraremos suas respostas as perguntas do nosso roteiro sobre informações socioeconômicas;

(2) Os dados coletados serão utilizados para o estudo, conforme os objetivos apresentados no início deste documento. Eles serão usados durante a execução do Projeto Rio Doce e podem ser utilizados posteriormente no trato de questões relacionadas à reparação do desastre, no âmbito do processo judicial;

(3) A FGV preocupou-se em assegurar todas as medidas de segurança possíveis para guardar os dados de pesquisa, como a utilização de dispositivos criptografados, uma central de armazenamento segura, o treinamento de todos os pesquisadores envolvidos e seleção e celebração de contratos com parceiros credenciados;

(4) Para solicitar qualquer esclarecimento sobre esta pesquisa, contate:

- Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces).
Coordenador: [REDACTED]

Caso o (a) senhor(a) concorde em participar desta pesquisa, manifeste seu aceite ao final da apresentação do conteúdo deste documento, procedimento que será gravado em áudio, destacando o local, data e horário de sua participação.

Fonte: Elaboração própria (2022).

APÊNDICE D.2 — Modelo de termo de consentimento livre e esclarecido utilizado nas rodas de conversa com mulheres

Figura 2 — Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aplicado nas interações virtuais de levantamento de danos no território em 2021 — 1 de 2



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Pesquisa à distância

Você foi convidado(a) a participar, como voluntário(a), do estudo chamado "Projeto de Pesquisa para Realização de Diagnóstico, Avaliação dos Impactos e Valoração dos Danos Socioeconômicos Causados nas Comunidades Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão". Os objetivos deste estudo são:

- Identificar os danos sofridos pelas pessoas em função do desastre;
- Valorar esses danos e sugerir formas para reparação integral;
- Recomendar medidas para melhorar o processo de reparação; e
- Criar um plano para monitorar as ações de reparação adotadas.

A sua participação é importante para levantarmos dados e informações sobre o desastre, especialmente dos danos sofridos e do processo de reparação. Após o aceite a este Termo de Consentimento, você será convidado(a) a participar de uma conversa conduzida pela equipe da FGV, que será guiada por um roteiro básico separado por temas. Não haverá identificação do seu nome no registro dos dados e das informações fornecidas. Sobre os dados pessoais fornecidos, esclarecemos o seguinte:

(1) quais dados pessoais nós registraremos? Além do registro de áudio desta conversa, registraremos seu nome, documento de identificação, faixa etária, raça, escolaridade, gênero e suas respostas às perguntas do nosso roteiro sobre informações socioeconômicas, tais como: renda, emprego, atividades de produção, pecuária e agricultura, hábitos e rotinas diárias de seu grupo familiar e de trabalho, e outros;

(2) para que utilizaremos esses dados pessoais? Esses dados serão utilizados para o estudo, conforme os objetivos apresentados no início deste documento. Eles serão usados durante a execução do Projeto Rio Doce e podem ser usados, posteriormente, no trato de questões relacionadas à reparação do desastre. Os resultados não serão divulgados de forma individual, e asseguramos o sigilo de sua participação e privacidade.

(3) quem utilizará os seus dados pessoais? Os seus dados serão usados apenas em regime de sigilo por pesquisadores vinculados à Fundação Getúlio Vargas e pela empresa prestadora de serviço Blockforce Serviços em Tecnologia da Informação Ltda, vinculada por contrato e responsáveis pelo desenvolvimento de ferramentas de análise e armazenamento dos dados coletados. Os resultados das análises serão divulgados no geral e neles não haverá a identificação de seus dados pessoais.

(4) quais as medidas de segurança serão tomadas em relação aos dados pessoais? A FGV preocupou-se em assegurar todas as medidas de segurança possíveis para guardar os seus dados, como a utilização de dispositivos criptografados, uma central de armazenamento segura, o treinamento de todos os pesquisadores envolvidos e seleção e celebração de contratos com parceiros credenciados;

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 3 — Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aplicado nas interações virtuais de levantamento de danos no território em 2021 — 2 de 2



(5) quais direitos você possui em relação a esses dados pessoais? A partir da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018), você pode exigir todo e qualquer direito assegurado por esta lei, a exemplo de retirar o seu consentimento para esta pesquisa a qualquer momento, ou solicitar a exclusão de seus dados individuais.

(6) para solicitar qualquer esclarecimento sobre esta pesquisa, contate:

- Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces).
Coordenador: [REDACTED]. Pesquisadora Sênior: [REDACTED]
[REDACTED]. Telefone: [REDACTED]. E-mail: pesquisariodoce@fgv.br.

Caso o(a) senhor(a) concorde em participar desta pesquisa, manifeste seu aceite ao final da apresentação do conteúdo deste documento, procedimento que será gravado em áudio, destacando o local, data e horário de sua participação.

Para gravar por favor digam seu nome completo e a frase "Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar".

LOCAL (Plataforma Zoom), DATA de MÊS de ANO.

Nome legível: _____ Nome legível: _____

Documento: _____

Fonte: Elaboração própria (2022).

APÊNDICE E — Codificação das interações de levantamento de dados primários realizadas

O presente apêndice apresenta o processo de codificação das diferentes interações de levantamento de dados primários realizadas pela FGV no território. Esse trabalho busca, por um lado, permitir o referenciamento de cada dado primário à respectiva interação na qual foi levantado e, por outro, salvaguardar sua adequada anonimização³³.

Partindo de banco de dados desenvolvido internamente pela FGV, cada interação, seja de identificação de danos ou de dados para valoração não monetária, recebeu também um código individual e imutável. Tais códigos são, então, utilizados ao longo do presente relatório para referenciar cada dado primário citado à interação que lhe corresponde — sem, contudo, permitir identificá-la.

Considerando a execução de três tipos distintos de interação para levantamento de dados, foram desenvolvidos três modelos de código. O primeiro, no formato FGV_ILD_001, identifica cada interação em rodas de conversa realizadas no território. Já o segundo modelo, no formato FGV_ILE_001, identifica cada entrevista realizada com pesquisadoras e estudiosas. Por fim, o terceiro modelo, de formato FGV_ILV_001, identifica cada grupo focal e roda de conversa com pessoas atingidas para a valoração não monetária realizada no âmbito das matrizes territoriais elaborada pela FGV.

³³ O procedimento de anonimização é definido no inciso XI do artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD (Lei nº 13.709/18) como: “XI — anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo”.